Relatório e Contas 2021

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA



Relatório e Contas 2021

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

Índice

1. ÓRGÃOS SOCIAIS 4
2. DIREÇÕES E REDE COMERCIAL 5
3. CAPITAL SOCIAL 8
4. PRINCIPAIS INDICADORES 9
5. MENSAGEM DO PRESIDENTE 10
6. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 13
    6.1. INTERNACIONAL 13
    6.2. NACIONAL 15
        6.2.3. BCA no Sistema 19
7. VISÃO ESTRATÉGICA 23
8. ATIVIDADE COMERCIAL 25
    8.1. RECURSOS 25
    8.2. CRÉDITO 27
9. OUTRAS ATIVIDADES 31
    9.1. RECURSOS HUMANOS 31
    9.2. GESTÃO DO RISCO E CONTROLO INTERNO 37
    9.3. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 45
    9.4 GESTÃO INTERNACIONAL E DE LIQUIDEZ 48
    9.5. OUTRAS ATIVIDADES DE SUPORTE 50
10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA 56
    10.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO 56
    10.2. CONTAS DE RESULTADOS 59
    10.3. ANÁLISE DE RÁCIOS 62
    10.4. RÁCIOS PRUDENCIAIS 63
11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS 65
12. BANCOS CORRESPONDENTES 66
13. ANEXOS 68

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Na Assembleia-Geral Ordinária do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada a 30 de junho de 2020, e na Assembleia-Geral Extraordinária, realizada a 12 de outubro de 2021, foram eleitos, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, os novos membros dos Órgãos Sociais, que ficaram assim constituídos:

Assembleia-Geral

Presidente**:** Dr. Miguel António Ramos

Vice-Presidente: Dr. Victor Paulo Gonzalêz Ribeiro

Secretário: Dra. Dulce Patrícia Dias Lopes Chantre

Conselho de Administração

Presidente: Dr. Francisco Ravara Cary
Administrador: Dr. Francisco José dos Santos Silva
Administrador: Dr. João de Deus Pires Asseiro

Administrador: Dr. Hernâni Lopes Trigueiros
Administradora: Dr.ª Herminalda Augusta Fonseca Modesto Rodrigues

Administrador: Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás (desde 7 setembro 2021)

Administradora: Dr.ª Carla Maria Moniz Brigham Gomes

Administradora: Dr.ª Cristina Maria Neves de Sousa Nobre Leite

Administrador: Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso (desde 7 setembro 2021)

Conselho Fiscal

Presidente: Manuel Lázaro Oliveira de Brito

Vogal: Dr. José Emanuel Tavares Moreira

Vogal: Dra. Maria Conceição Mendes Landim

Vogal Suplente: Dra. Florence Mendes Correia Carp Pinto Basto

A Comissão Executiva, nomeada pelo Conselho de Administração, é composta por cinco administradores:

Presidente: Dr. Francisco José dos Santos Silva

Administrador: Dr. João de Deus Pires Asseiro

Administradora: Dra. Herminalda Augusta Fonseca Modesto Rodrigues

Administrador: Dr. Hernâni Lopes Trigueiros

Administrador: Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás

2. DIREÇÕES E REDE COMERCIAL

Direção Comercial Norte – DCN
Gilda Monteiro
Diretora

Direção Comercial Sul - DCS
Luis Ramos
Diretor

Direção Contabilidade e Gestão Financeira – DCG
Fátima Pires
Diretora

Direção Gestão de Risco – DGR
Luis Santos
Diretor

Direção de Meios e Canais – DMC
Américo Andrade
Diretor

Direção de Organização e Inovação –DOI

Direção de Sistemas Informáticos - DSI
Luís Barbosa
Diretor

Direção de Segurança e Logística – DSL
Adalberto Melo
Diretor

Direção de Suporte Operacional - DSO
Anibal Moreira até junho 2021
Diretor

Gabinete Recuperação Crédito – GRE
Nuno Cabral
Coordenador

Direção de Recursos Humanos – DRH
Águeda Monteiro
Diretora

Gabinete Jurídico e Contencioso – GJC
Dulce Lopes
Coordenadora

Direção de Auditoria Interna – DAI
Emanuel Miranda
Diretor

Direção Suporte à Função Compliance – DFC
Monica Sanches
Diretora

Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR
Edilton Rodrigues
Coordenador

Direção Planeamento Estratégico e Controlo Gestão - DPC
Evaldo Lima
Diretor

Gabinete de Risco de Crédito – GRC
Danielson Fortes Pinto
Coordenador

Secretariado Conselho Administração
Marisa Santos
Coordenadora

GABINETES EMPRESAS NORTE

Gabinete Empresas Norte – GEN
António Évora
Coordenador

GABINETE EMPRESAS SUL

Gabinete Empresas Sul I – GES I
Dinolita Moreno
Coordenadora

Gabinete Empresas Sal – GESA
Vera Zego
Coordenadora

Gabinete Empresas Sul II – GES II
Dinolita Moreno
Coordenadora

AGÊNCIAS DA ZONA NORTE	AGÊNCIAS DA ZONA SUL
Elisa Santos **Coordenadora**	Celmira Mendes **Coordenadora** Romina Tavares **Coordenadora**
Agências Tipo I	Agências Tipo I
Agência de São Vicente – ASV Maísa Crisóstomo **Gerente**	**Agência da Praia – APA** Sofia Barbosa **Gerente** **Agência de Santa Catarina – ASC** Miguel Landim **Gerente**
Agências Tipo II	Agências Tipo II
Agência Boa Vista – ABV Liliana Mendes **Gerente** **Agência da Praça Nova - PNA** Valdina Monteiro **Gerente** **Agência do Porto Novo – APN** Elder Rodrigues **Gerente** **Agência Ribeira Grande – ARG** Osvaldina Brito **Gerente** **Agência do Sal – ASA** **Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral** Carla Santos **Gerente** **Agência de São Nicolau – ASN** **Prolongamento Tarrafal de São Nicolau – ATS** Carlos Santos **Gerente**	**Agência Achada Santo António I – ASTI** Elizabeth Alexandre **Gerente** **Agência Avenida – AVE** Admar Frederico **Gerente** **Agência de São Filipe - FOGO – AFG** Nereida Barbosa **Gerente** **Agência do Tarrafal – ATA** Isabel Costa **Gerente** **Agência Achada Santo António II – ASTII** Dulce Santos **Gerente** **Agência de Santa Cruz – STC** José Moniz **Gerente**

Agência Monte Sossego – MAS
Nelson Gomes
Gerente

Agência Santa Maria – ASM
Carla Santos
Gerente

Agência Palmarejo
Iliana Rocha
Gerente

Agências Tipo III

Agência Fonte Filipe – AFF
Virgínia Correia
Gerente

Balcão de Ponta do Sol – APS
Balcão Paúl – APL
Osvaldina Brito
Gerente

Agências Tipo III

Agência da Brava – ABR
Paula Reverdes
Gerente

Agência do Maio – AMA
Mónica Tavares
Gerente

Agência dos Mosteiros – AMO
Nereida Barbosa
Gerente

Agência Chã de Areia – ACA
Dúnia Ramos
Gerente

Agência de Achada S. Filipe – ASF e
Prolongamento São Domingos - PSD
Maria Teresa Borges
Gerente

Agência Assomada – ADA
Miguel Landim
Gerente

3. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA é de 1.324.765.000$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e, em 31 Dezembro de 2021 era detido pelos acionistas constantes do quadro abaixo. Destacam-se nominalmente os detentores de participações superiores a dois por cento (2%) do capital.

Quadro 1 - Capital Social do BCA

		CVE
Accionista	**Valor**	**Percentagem**
CGD/INTERATLÂNTICO	697 446 000	52,65%
INPS	166 078 000	12,54%
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	89 504 000	6,76%
GARANTIA	76 322 000	5,76%
ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA, SA	28 780 000	2,17%
TRABALHADORES	26 263 000	1,98%
OUTROS ACCIONISTAS	240 372 000	18,14%
TOTAL	**1 324 765 000**	**100,00%**



4. PRINCIPAIS INDICADORES

Quadro 2 - Principais Indicadores de Atividade e Resultados

Variáveis	Unidades	2020	2021	Variação
BALANÇO				
Ativo Total	milhões CVE	87 414	90 362	3,4%
Crédito Total Líquido	milhões CVE	51 389	53 292	3,7%
Passivo Total	milhões CVE	79 594	81 482	2,4%
Recursos De Clientes	milhões CVE	78 070	79 671	2,1%
Situação Liquida	milhões CVE	7 820	8 879	13,5%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	milhões CVE	2 819	2 928	3,9%
+Margem Complementar	milhões CVE	555	764	37,7%
=Produto Bancário	milhões CVE	3 374	3 692	9,4%
-Custos Administrativos	milhões CVE	1 573	1 630	3,6%
=Cash-Flow de Exploração	milhões CVE	1 801	2 062	14,5%
+ Resultados Filiais Excluídas Cons. Assoc.	milhões CVE	53	73	37,7%
-Amortizações do Exercício	milhões CVE	174	182	4,6%
-Imparidade/Provisões Líquidas do Exercício	milhões CVE	(40)	435	1187,5%
-Impostos s/Lucros	milhões CVE	238	93	-60,9%
=Resultados Líquidos do Exercício	milhões CVE	1 482	1 424	-3,9%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	8,4%	8,2%	
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	8,4%	8,4%	
Imparidade Crédito/Crédito Vencido	%	82,0%	83,0%	
Imparidade Crédito e Obrigações/Crédito Vencido	%	88,2%	89,9%	
Crédito Clientes/Depósitos Clientes	%	46,6%	46,6%	
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	18,9%	16,0%	
Resultado Líquido/Ativo (ROA)	%	1,7%	1,6%	
Rácio Solvabilidade	%	23,67%	26,47%	
FUNCIONAMENTO				
Cost-to-Income	%	51,3%	49,1%	
Ativo Total /Total Empregado no Activo	milhões CVE	200	213	6,5%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Ativo	milhões CVE	261	275	5,2%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Balcões	milhões CVE	3 358	3 427	2,0%
Número Empregados Ativos Totais	Unidade	437	424	-3,0%
Número Empregados Ativos do Quadro	Unidade	330	334	1,2%
Número de Balcões	Unidade	34	34	0,0%

5. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2021 continuou marcado pela pandemia Covid19, iniciando sob o signo dos confinamentos, passando depois pela certificação das vacinas e evolução do processo de vacinação, com avanços significativos, mas com ritmos diferentes entre os países mais ricos e os países mais pobres, seguido de um relaxamento das medidas restritivas de combate à pandemia e finalizando sob a ameaça da variante Ômicron, identificada em novembro de 2021, e que fez temer pelo eventual regresso dos confinamentos e seu prolongamento pelo ano de 2022.

A nível económico, o World Economic Outlook (WEO), update de janeiro de 2022, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), refere que a economia mundial terá crescido 5,9% em 2021, depois da quebra de 3,1% verificada em 2020, provocada pelos efeitos das medidas de combate à pandemia da Covid19, prevendo-se que, em 2022, o crescimento ronde os 4,4%. Contudo, as pressões inflacionistas provocadas pela rutura das cadeias de abastecimento e o desequilíbrio entre a oferta e a procura, bem como o aumento dos preços de alimentos e energia ainda em 2021, introduziram um elevado grau de incerteza sobre as previsões. Os níveis de incerteza agravaram-se substancialmente com a recente guerra provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, perspetivando-se um ano tão ou mais desafiante do que 2020 e 2021.

Em Cabo Verde a vacinação avançou a um bom ritmo em 2021, garantindo um processo gradual de desconfinamento e uma melhoria significativa da situação sanitária, embora com um retrocesso provocado pela progressão da variante Ômicron no final de 2021, seguida de uma recuperação no último mês do primeiro trimestre de 2022.

A nível económico, no Relatório de Política Monetária de outubro de 2021, o BCV apontava para um crescimento de 6,6% em 2021 e 5,6% em 2022, no cenário base. Contudo, na altura as projeções já estavam rodeadas de elevados níveis de incerteza e não consideravam os efeitos da guerra Rússia Ucrânia que viria a deflagrar em fevereiro de 2022.

Assim, contrariamente às expetativas existentes em 2021, o contexto continua ainda bastante adverso e com níveis de incerteza muito elevados, exigindo do BCA a manutenção de um grau de alerta elevado.

Foi neste contexto que o BCA desenvolveu a sua atividade em 2021 tendo, mais uma vez, ficado evidenciada a sua resiliência num contexto económico desfavorável e a capacidade de adaptação aos desafios que teve que enfrentar.

Os Resultados Líquidos registaram um decréscimo de 3,9%, relativamente a 2020, resultado, essencialmente do reforço de imparidades, devido à necessidade de precaver os impactos do vencimento das moratórias e o contexto de incerteza, relativamente ao ritmo de recuperação económica. Ainda assim, os RL de 2021, ficaram acima do Orçamentado em cerca de 90 mil contos.

No que respeita à sua atividade core, verificou-se uma melhoria dos indicadores mais relevantes, nomeadamente do Produto Bancário, que cresceu 9,4%, com a Margem Complementar a crescer quase 38%, incluindo o incremento das comissões líquidas em 12,3%.

A carteira de Crédito Normal cresceu pelo segundo ano consecutivo, aumentando 2,2% face a 2020, e o Crédito Vencido manteve-se estabilizado, com um crescimento marginal de 0,2%, mantendo-se a trajetória descendente do rácio NPL.

Os Recursos de Clientes cresceram 2,3%, reforçando a já favorável situação de liquidez do BCA e os seus Fundos Próprios, com o rácio de Solvabilidade a situar-se nos 26,6%, mais do dobro do limite regulamentar.

O ROE, calculado pelo quociente entre os Resultados Líquidos e os Capitais Próprios, diminuiu de 18,9% para 16,0%, devido à quebra de Resultados, mas também ao reforço dos Capitais Próprios.

A visão do BCA alicerçada na consolidação da liderança do mercado, no reconhecimento como a mais sólida e eficiente Instituição Bancária de Cabo Verde, comprometida com o desenvolvimento sustentável e com a construção de relacionamentos duradouros e de confiança com todos os seus stakeholders, continuaram a nortear o processo de reflexão estratégica do Banco, reajustando-se as orientações definidas anteriormente e vertendo a estratégia em 3 pilares:

I. Qualidade de serviço e extração de valor da base de clientes: com foco na melhoria da segmentação da base de clientes e no aumento da dinâmica comercial, apoiando-se na digitalização como meio de simplificação de processos e de incremento da capacidade de resposta aos clientes.
II. Eficiência operacional e rentabilidade: através de um modelo de acompanhamento da atividade comercial mais focado na definição de objetivos comerciais ambiciosos, tendo em vista garantir a sustentabilidade dos níveis de rentabilidade e também da simplificação de processos, bem como a racionalização de custos, para reforçar os níveis de eficiência,

mantendo o esforço de contínua redução do risco operacional e diminuição das deficiências de Controlo Interno.

III. Desenvolvimento do capital Humano: promovendo a revisão dos instrumentos de gestão dos Recursos Humanos, melhorando a comunicação dirigida aos Colaboradores e reforçando a oferta formativa, para fortalecimento das competências dos colaboradores.

Para concluir, gostaria de agradecer a todos os stakeholders os contributos prestados para os resultados obtidos pelo BCA, nomeadamente os nossos Acionistas, Fornecedores, Consultores e Auditores.

Uma palavra especial para todos os nossos Clientes que nos honraram com a sua preferência, mesmo num contexto em que a qualidade de serviço foi posta à prova pelas condicionantes da pandemia. Iremos continuar a trabalhar no sentido de melhorar a vossa experiência e reforçar a nossa proposta de valor.

Por último, mas não menos importante, uma palavra para os nossos Colaboradores, cuja capacidade de adaptação e resiliência tem sido testada pela complexidade dos desafios enfrentados. A todos o nosso muito obrigado pela dedicação, profissionalismo, competência e engajamento com o BCA.

Estamos convictos de que com a contribuição de todos, iremos continuar a desenvolver e consolidar o nosso Banco como Instituição Financeira de referência em Cabo Verde.

O Presidente do Conselho de Administração
Francisco Ravara Cary

O Presidente da Comissão Executiva
Francisco Santos Silva

6. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

6.1. INTERNACIONAL

O cenário macroeconómico em 2021 foi mais animador que 2020, ano em que a economia mundial sofreu uma contração na ordem dos 3%, apesar de continuar ainda marcado pelo impacto das medidas adotadas para conter a propagação da doença do coronavírus (covid-19).

O Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu *World Economic Outlook* (WEO) *Update*, de janeiro 2022, estimou um crescimento de 5,9% para a economia global, em 2021.

Para 2022, projeta um crescimento de 4,4%, (0,5 ponto percentual abaixo da projeção anterior - WEO de outubro de 2021), em decorrência principalmente de revisões em baixa nas projeções de crescimento para os Estados Unidos (-1,2 p.p.) e a China (-0,8 p.p.). Prevê um crescimento de 4% e 4,8%, respetivamente para os Estados Unidos e China.

No caso dos Estados Unidos, trata-se de um reflexo das perspetivas reduzidas de aprovação do pacote fiscal *Build Back Better* (legislação proposta pelos democratas que inclui desde um crédito fiscal expandido para crianças, creche, assistência domiciliar para idosos e pessoas com deficiência e provisões para combater as mudanças climáticas), da retirada antecipada da acomodação monetária extraordinária e da persistência de ruturas no abastecimento.

No caso da China, a revisão em baixa reflete a contínua retração no setor imobiliário e uma recuperação mais frágil do que se esperava no consumo privado.

Para o Grupo de Economias Avançadas o FMI estima um crescimento de 5% em 2021 (-4,5% em 2020). Em 2022 projeta um crescimento de 3,9% (-0,6 p.p. face às projeções de out.2021).

Relativamente à Zona Euro, a estimativa para 2021, indica um crescimento de 5,2% (-6,4% em 2020). Para o corrente ano, o Fundo estima que o crescimento não irá além dos 3,9% (-0,4 p.p. comparativamente ao projetado em out.2021).

A projeção de crescimento para o Reino Unido, em 2022, também foi revista em baixa, -0,3 p.p., cifrando-se nos 4,7%. Já a estimativa de crescimento em 2021 é de 7,2% (-9,4% em 2020).

Quanto aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, o crescimento em 2022 deverá rondar os 4,8% (-0,3 p.p.). Estima-se que em 2021 tenha crescido 6,5% (-2% em 2020).

Na África Subsaariana, a economia deverá crescer em torno de 3,7% em 2022 (-0,1 p.p.), depois de em 2021 ter crescido 4% (-1,7% em 2020).

Relativamente à inflação, considera que em 2022, deverá rondar os 3,9% (+1,6 p.p. comparativamente ao projetado em out.2021) nas Economias Desenvolvidas e 5,9% (+1 p.p.) nos Países em Desenvolvimento. As estimativas para 2021 apontam para 3,1% e 5,7% respetivamente para as Economias Avançadas e para os Mercados Emergentes e em Desenvolvimento.

No tocante ao mercado de trabalho, o FMI, no WEO de out.2021 alertou para o fato de os mercados de trabalho globais estarem a recuperar a um ritmo mais lento do que a economia de modo geral, em meio à pandemia de covid-19.

Os mercados de trabalho nos principais parceiros de Cabo Verde apresentam melhorias, com as taxas de desemprego a serem revistas em baixa em 2021 para a Área do Euro (recuando de 8,7% para 8%) e o Reino Unido (passando de 6,1% para 5%).

Na Área do Euro, a taxa de desemprego deverá manter-se estável em torno dos 8% em 2021 e 2022, pressupondo-se que grande parte dos trabalhadores abrangidos pelos regimes de *lay-off* regressem ao emprego, beneficiando da recuperação económica.

Refere que não obstante algumas fricções no mercado de trabalho, em que a procura ultrapassou a recuperação na oferta de trabalho, espera-se nos EUA que a taxa de desemprego reduza para os 5,4% e 3,5% em 2021 e 2022, respetivamente e, que no Reino Unido se mantenha em torno dos 5% tanto em 2021 como em 2022.

Esta melhoria nos mercados de trabalho dos parceiros do país poderá afetar positivamente o rendimento disponível da diáspora cabo-verdiana, a procura turística, o fluxo de remessas, bem como, o investimento no país.

Já no seu mais recente *WEO, update* de janeiro de 2022, o FMI alerta para a necessidade de os países se adaptarem a um mercado de trabalho moldado pela pandemia, reajustando e requalificando os trabalhadores, conforme necessário, para garantir empregos remunerados, em uma economia provavelmente mais digital. Refere, também, que a pandemia oferece uma oportunidade única para impulsionar os esforços de digitalização e a adoção de novas tecnologias.

O Fundo Monetário prevê uma desaceleração do crescimento global para 3,8% em 2023, 0,2 p.p. acima da projeção do WEO de outubro de 2021. A melhoria da previsão face a outubro de 2021 pressupõe uma retoma da atividade após a dissipação dos atuais entraves ao crescimento, bem como a melhoria nos números da pandemia na maioria dos países até o final do ano, assumindo que as taxas de vacinação melhorem e as terapias se tornem mais eficazes.

O FMI destaca o fato das previsões estarem sujeitas a grande incerteza, e o balanço dos riscos tender para o lado negativo. O surgimento de variantes mais letais poderia prolongar a crise. A estratégia de "Covid zero" da China poderia exacerbar as ruturas globais no abastecimento, e se as tensões financeiras no setor imobiliário do país se propagassem para o conjunto da economia as ramificações seriam sentidas em grande escala. Aumentos inesperados da inflação nos Estados Unidos poderiam instigar um aperto monetário agressivo da Reserva Federal e condições financeiras globais bem mais restritivas. O acirramento de tensões geopolíticas e agitações sociais também criam riscos para as perspetivas.

O FMI alerta também que, mesmo enquanto prossegue a recuperação, persiste uma preocupante divergência nas perspetivas para os diferentes países. Segundo as projeções, as economias avançadas devem retornar à tendência pré pandemia este ano, mas várias economias de mercados emergentes e em desenvolvimento devem sofrer perdas expressivas do produto no médio prazo.

Estima que a quantidade de pessoas em situação de pobreza extrema tenha sido cerca de 70 milhões mais em 2021 em relação à tendência pré-pandemia, o que representa um retrocesso de vários anos na redução da pobreza.

6.2. NACIONAL

6.2.1. Dados Gerais

O panorama macroeconómico nacional em 2021, à semelhança de no resto do mundo, continuou marcado pelo impacto das medidas adotadas para conter a disseminação da covid-19.

O Banco de Cabo Verde (BCV), no Relatório de Politica Monetária (RPM) publicado em outubro de 2021, afirma que os desenvolvimentos macrofinanceiros do país e dos seus parceiros continuaram, em 2021, a ser marcados pela crise sanitária global.

Refere que de acordo com as estatísticas disponíveis, denotam-se alguns sinais de recuperação da atividade económica nacional, associados à reabertura gradual da atividade económica com o avanço da taxa de vacinação no país e o consequente alívio das restrições impostas e das medidas de contenção. Assim, se previa que, em 2021, o PIB nacional cresça em torno de 6,6% (depois de em 2020 ter contraído 14,8%). A taxa de inflação média anual esperada é de 1,6% (0,6% em 2020), em consequência do contexto de recuperação da procura interna e de aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional.

Do lado da procura, a recuperação económica projetada para 2021 recairá, sobretudo, na procura interna. Não obstante a procura externa líquida registar uma melhoria, terá ainda um contributo negativo no crescimento económico. Este deverá resultar do aumento do investimento privado e do consumo público. Os investimentos beneficiarão do dinamismo dos investimentos externos realizados em Cabo Verde, do aumento do crédito à economia com a utilização das linhas de crédito excecionais com garantia do Estado, dos baixos custos de financiamento, do aumento da procura que irá aumentar a utilização da capacidade instalada, bem como, da melhoria da confiança dos agentes económicos. Por seu turno, o consumo público será sustentado pelo aumento das despesas públicas no reforço das estruturas de saúde e das condições de resposta à crise sanitária e de mitigação do seu impacto económico e social.

Com o avanço da imunização da população dos principais mercados turísticos e alguma retoma da procura turística na época alta do quarto trimestre, garantido, também, o controlo da epidemia no país, espera-se uma melhoria nas exportações de serviços, sobretudo de turismo, e um aumento das reexportações de bens em portos e aeroportos nacionais, mas não o suficiente para aumentar a procura externa líquida e contribuir positivamente para o crescimento económico. Refletindo, ainda, os efeitos da interrupção de atividades recreativas, da restrição de viagens pessoais e de negócios, do aumento da taxa de desemprego (não obstante a suspensão temporária de contratos de trabalho e a compensação dos desempregados através do subsídio de desemprego), da diminuição do rendimento pelos trabalhadores ainda em regime de *lay-off* e da constituição de poupanças precaucionais na atual conjuntura, o consumo privado deverá reduzir, embora a um ritmo muito inferior à do ano anterior beneficiando, por outro lado, do aumento das remessas de emigrantes e da melhoria da confiança dos consumidores.

Do lado da oferta, o crescimento económico em 2021 deverá ser impulsionado, principalmente, pelo aumento dos valores acrescentados brutos dos setores da construção, administração pública e comércio. O BCV projeta uma melhoria das atividades de transporte e de alojamento e restauração, considerando as perspetivas de alguma retoma do turismo no último trimestre do ano. Em consequência da redução das exportações, em particular dos serviços, sobretudo de turismo (ainda que com uma melhoria) e do aumento das importações de bens, o défice da balança corrente deverá aumentar para 18,1% do PIB, que compara com 15,9% em 2020. Vale relembrar que, em 2019, o défice da balança corrente atingiu um valor historicamente baixo, 0,2%.

Com a redução esperada nas transferências oficiais de capital, o excedente da balança de capital diminuirá 3,9% em 2021. No entanto, a balança financeira beneficiará de um aumento dos influxos líquidos de financiamento da economia provenientes em grande medida do esperado aumento dos

investimentos externos no país e dos desembolsos líquidos da dívida pública. As reservas internacionais líquidas do país continuarão a financiar boa parte das necessidades da economia, não obstante uma esperada redução do stock em cerca de 78 milhões de euros, ainda assim podendo financiar 6,7 meses de importações de bens e serviços projetadas para 2021 (7,8 meses em 2020).

Quanto ao setor monetário, o BCV prevê um aumento da liquidez na economia. A oferta monetária expressa pela evolução da massa monetária deverá aumentar em 2,4%, comparativamente a 2020, por conta do aumento do Crédito Interno Total em 8,4% (O Crédito Liquido ao Setor Público Administrativo – SPA deverá aumentar 18,7% enquanto o Crédito à Economia deverá crescer 6%). O RPM refere que as execuções, em fase de conclusão, de projetos de investimentos externos sobretudo nos sectores do turismo e imobiliária, bem como, de investimentos públicos em programas como "CV Plataforma Marítima" e "Valorização das ilhas e recursos endógenos", explicam o aumento do investimento.

Os investimentos estarão, igualmente, a beneficiar do aumento do crédito à economia sustentado, em parte, pelas linhas de crédito com garantia do Estado e a taxas de juro baixas, criadas excecionalmente no contexto de medidas de mitigação dos efeitos da pandemia. O aumento das despesas públicas no reforço das estruturas de saúde e das condições de resposta à crise sanitária e na mitigação do seu impacto social justificam, por outro lado, a evolução do consumo público.

Para 2022, o BCV projeta um crescimento do PIB na ordem dos 5,6%, no cenário base, e 4,7% no cenário adverso. Refere que as diferenças entre os cenários não estão relacionadas com a evolução da pandemia, mas têm como fator comum a incerteza em torno das suas consequências económicas, tendo em conta a forma como as famílias que não perderam rendimento podem usar as poupanças que acumularam desde o início da crise, o ritmo de recuperação das exportações de turismo, os efeitos da crise no crescimento através do possível impacto no desemprego e na falência de algumas empresas, bem como, o ritmo de resposta dos preços no consumidor à recuperação da procura e aos condicionamentos na oferta, aos efeitos desfasados da inflação importada e ao aumento esperado na taxa do IVA e em alguns direitos de importações de bens.

Estima, ainda, que o PIB não retornará ao nível pré-pandémico até o final de 2022, havendo essa possibilidade apenas a partir de 2023, o que sugere que o impacto da crise sanitária, embora temporário, será relativamente persistente.

O BCV alerta para o fato de este exercício de programação financeira apresentar um elevado nível de incertezas, que traduz a natureza do atual choque exógeno e das suas consequências económicas no curto prazo, cuja dinâmica é de difícil predição. Destaca os seguintes riscos à materialização das projeções:

- A possibilidade de novos surtos de infeções, associados a uma potencial propagação de variantes do vírus mais infeciosas e, no pior dos casos, resistentes às vacinas;
- A retirada extemporânea dos apoios orçamentais às empresas e às famílias; e,
- A persistência das pressões inflacionistas por mais tempo do que o esperado, levando ao aumento das expetativas de inflação e, consequente, reavaliação das perspetivas da política monetária.

Já o Governo de Cabo Verde, na Proposta do Orçamento do Estado para 2022, estimou um crescimento entre [6,5% - 7,5%] em 2021. Para 2022, as projeções apontam para o intervalo de [3,5% - 6%].

No tocante às contas públicas, o Governo prevê um agravamento do défice público atingindo os 9,8% do PIB (8,8% e 1,8% do PIB em 2020 e 2019, respetivamente), refletindo ainda, os efeitos da pandemia na atividade económica e as medidas excecionais adotadas para atenuar o seu impacto na liquidez das empresas e no rendimento das famílias mais vulneráveis.

A deterioração das contas públicas, em 2021, ficou a dever-se ao aumento das despesas correntes de funcionamento, bem como da quebra das receitas fiscais, das outras receitas e dos donativos. Contudo, dado o maior crescimento económico comparativamente a 2020, espera-se que o rácio da dívida pública em percentagem do PIB recue dos 155,6% estimados para 2020 para 153,9%.

No tocante à taxa de desemprego, que antes do surgimento da pandemia estava estabilizada e com sinal descendente, deverá permanecer elevada, impactando o rendimento das famílias, e consequentemente a capacidade financeira dos particulares. O Governo estima que, em 2021, se mantenha tal qual 2020 nos 14,5% (11,3% em 2019).

O FMI, por sua vez, no WEO de outubro de 2021, estima que o crescimento da economia cabo-verdiana, em 2021, não vá além dos 4% (no *update* de janeiro de 2022 não atualizou as estimativas/projeções para Cabo Verde). Para 2022 projeta um crescimento anual do PIB nacional na ordem dos 6,5%.

As estimativas do Banco Mundial (no relatório *Global Economic Prospects*, de janeiro de 2022) para o crescimento do PIB de Cabo Verde em 2021 equiparam à do FMI (4%). Já as projeções para 2022 ficam aquém, 5,2% que compara com 6,5%.

6.2.2. Nova Legislação do Sistema Financeiro

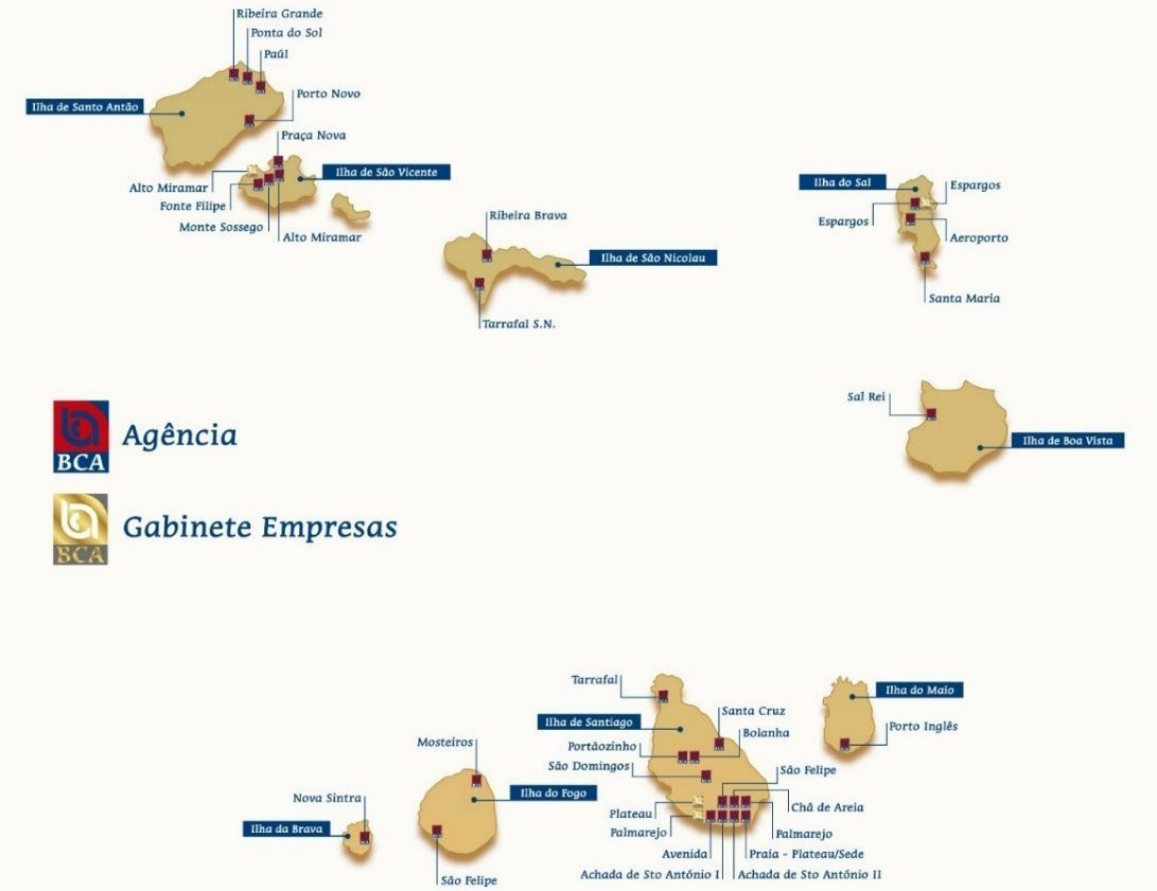
Em 2021 foram publicados diversos diplomas legais e regulamentares com impacto nas atividades prosseguidas pelo BCA, de entre os quais destacam-se os seguintes:

- Lei nº 121.IX.2021, de 17 de março - procede à segunda alteração do regime jurídico geral de proteção de dados pessoais das pessoas singulares aprovado pela Lei nº 133/V/2001, de 22 de janeiro, alterada pela Lei nº 41/VIII/2013, de 17 de setembro.
- Aviso nº 1/2021, de 17 de junho do BCV – aviso aplicável à gestão, processamento de operações e anomalias em rede partilhada de pagamentos com cartão ou dispositivo semelhante.
- Aviso nº 2/2021, de 17 de junho do BCV - Aviso referente aos requisitos de segurança para pagamentos efetuados através da internet.
- Aviso nº 3/2021, de 17 de junho do BCV - Aviso referente aos requisitos de segurança para pagamentos efetuados através de dispositivos móveis.
- Decreto-lei n.º 49/2021, de 30 de junho - procede à segunda alteração ao Decreto-lei nº 58/2020, de 29 de julho, que estabelece o Regime Jurídico de Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, e revoga o Decreto-lei nº 88/2020, de 28 de dezembro.
- Aviso nº 4/2021 - regulamenta as medidas excecionais e temporárias de flexibilização prudencial anunciadas pelo Banco de Cabo Verde com vista à mitigação dos efeitos associados à Covid-19 no sistema financeiro.
- Aviso 5/2021 - regulamenta as medidas de carácter temporário relativas aos critérios de elegibilidade dos ativos de garantia para as Operações Monetárias de Financiamento (OMF).

6.2.3. BCA no Sistema

O sistema financeiro cabo-verdiano contínua competitivo com 7 Bancos Comerciais a operarem no país, com o BCA a manter-se como banco de referência do setor, com maior volume de ativos.

O BCA manteve inalterada a sua rede comercial em 2021 com 34 balcões, incluindo 4 Gabinetes de Empresas.



Cartões de Débito Vinti4

Durante o ano de 2021, o BCA emitiu cerca de 51.907 cartões Vinti4, correspondente a uma quota de mercado de 39% e representando um crescimento de 14% comparativamente ao ano anterior.

Em relação aos cartões Vinti4 ativos e em circulação, a 31 de Dezembro de 2021 o BCA detinha cerca de 81.259 cartões, representando um decréscimo de 3% em relação ao ano anterior e correspondendo a uma quota de mercado de 31%.

Durante o ano de 2021, foram efetuadas cerca de 13,8 milhões de transações com cartões Vinti4 do BCA, representando um crescimento de 13% comparativamente ao ano anterior. Essas transações movimentaram cerca de 34,1 mil milhões de Escudos, representando um crescimento de 5% comparativamente ao ano anterior.

Cartões Visa

Durante o ano de 2021 o BCA emitiu cerca de 8.555 cartões da marca Visa, representando um decréscimo de 16% comparativamente ao ano de 2020.

No tocante aos cartões ativos e em circulação, a 31 de Dezembro de 2021 o BCA detinha cerca de 14.934 cartões da rede Visa, representando um decrescimento de 16% em relação ao ano de 2020.

Relativamente às transações realizadas com os cartões Visa do BCA o ano de 2021, não obstante ainda ser um ano sob os efeitos da pandemia Covid-19, já se vislumbrou alguma tendência de retoma.
Logo, a utilização dos cartões Visa do BCA evidenciou um ligeiro aumento, tendo sido efetuadas, em 2021, cerca de 193.357 operações que requerem a movimentação de fundos, correspondente a um aumento de 1% em relação ao ano de 2020.

Essas operações com movimentação de fundos realizados com os cartões Visa do BCA, mobilizaram cerca de 1,3 mil milhões de escudos, durante o ano de 2021, representando um crescimento de 12% em relação ao ano de 2020.

Banca Eletrónica

BCA Directo (*Internet Banking*)

Terminamos o ano 2021 com 8.247 novas adesões ao BCA Directo, 71.578 utilizadores, sendo que em relação as novas adesões houve um crescimento na ordem dos 22,7% em relação ao ano de 2020 (6.723) e em relação ao nº de utilizadores um crescimento na ordem dos 0,5% relativamente ao ano de 2020 (71.239).

Durante o ano de 2021 as transações realizadas no BCA Directo com movimentação de fundos atingiram as cifras de 1.329.345 em quantidade e 26.295.644.703 CVE em valor, representando crescimentos em relação ao ano de 2020 na ordem dos 25% e de 26% respetivamente.

Automated Teller Machine (ATM)

Terminamos o ano 2021 com 65 ATM's os mesmos que 2020, evidenciando uma quota de mercado na ordem dos 31%.

No ano 2021 foram realizadas cerca de 5.304.295 operações nos ATM's do BCA, para um montante envolvido de 17.832.871.744 CVE, representando, quanto ao volume, um crescimento na ordem dos 3% em relação ao ano de 2020 (5.136.167) e, quanto aos valores, um crescimento na ordem dos 15% relativamente ao ano de 2020 (15.473.048.734 CVE).

Terminais Pagamento Automático (TPA ou POS)

No ano de 2021, o parque de terminais de pagamento automático (POS) apoiados pelo BCA manteve a tendência crescente, tendo atingido os 2.506 equipamentos instalados e ativos, o que representou um crescimento de 2% face ao ano anterior.

Os pagamentos realizados no canal POS, apoiados pelo BCA, atingiram os 6.568.399 em quantidade e 15.236.705.253 CVE em valor, representando um crescimento face ao ano anterior de 19% e 27% respetivamente.

Em termos de quotas de mercado registou-se decréscimo de 2 p.p., em equipamentos POS's instalados, passando o BCA a deter uma quota de mercado de 26%.

7. VISÃO ESTRATÉGICA

Em linha com a missão e a visão do BCA, em 2021 a atividade do Banco continuou a ser orientada pelos objetivos estratégicos ajustados em 2020, e que se resumem no seguinte:

1. **Objetivos Estratégicos Finais:**

   a. *Defesa da rentabilidade do negócio, mantendo-a como referência do sistema financeiro de Cabo Verde;*

   b. *Melhoria do rácio de Cost-to-Income, nomeadamente pela via de ganhos de eficiência;*

   c. *Consolidação da robustez dos rácios de capital com base numa adequada política de tomada de risco e prudente distribuição de dividendos;*

   d. *Revisão dos modelos de gestão de capital humano, tendo em vista adequá-los às exigências atuais.*

2. **Objetivos Estratégicos Instrumentais**

   a. *Defesa da* ***Carteira de Crédito Normal,*** *pela via:*

      I. *Reforço da proatividade comercial*

      II. *Melhoria da Qualidade do Atendimento*

      III. *Reforço da articulação entre a rede comercial e os serviços centrais*

      IV. *Melhoria dos tempos de respostas aos clientes internos e externos*

   b. *Gestão da carteira de clientes NPL*

      I. *Maior antecipação dos sinais de alerta*

      II. *Incremento da sustentabilidade dos processos de reestruturação*

      III. *Reforço da estrutura organizacional alocada à recuperação de crédito*

   c. *Rever modelo organizacional da área de venda de ativos em carteira para venda*

      I. *Maior agressividade nos processos de venda*

      II. *Inclusão nos KPI comerciais de objetivos de venda de imóveis*

      III. *Avaliação de parcerias para desenvolvimento de alguns ativos com potencial de valorização.*

d. Acompanhar os Planos de Ação para mitigação das deficiências de controlo interno

I. Monitorização regular ao nível da CE e do CA da execução dos planos de ação e controlo de desvios com medidas corretivas, caso se justifiquem;

II. Assignação da responsabilidade de acompanhamento do controlo interno à DGR

Em 2021 foi criada a Direção de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, com o objetivo de reformular o sistema de gestão estratégica e de controlo de gestão do Banco.

Neste sentido está um curso um processo de reavaliação da estratégia e dos instrumentos de controlo de gestão do BCA, para melhorar a sua capacidade de resposta ao aumento da incerteza da envolvente externa e da complexidade da envolvente interna, que implicará uma redefinição das orientações estratégicas em vigor.

8. ATIVIDADE COMERCIAL

8.1. RECURSOS

O saldo dos recursos de Clientes junto do Banco totalizaram 79,4 milhões de contos, um incremento de 2,1% e 1,6 milhões de contos em relação ao saldo registado em 2020, evidenciando a confiança que os clientes continuam a demonstrar na marca BCA.

O incremento na carteira foi via depósitos a ordem, que cresceu 6,4% e atingiu o saldo de 38,9 milhões de contos. Os depósitos a prazo e depósitos de poupança decresceram 1,8% (-734 milhões de escudos), fixando o saldo em 40,4 milhões de contos, representado 51,9% da carteira de depósitos.

O quadro que se segue ilustra a evolução dos Recursos de Clientes de 2019 a 2021.

Quadro 5 - Depósitos de Clientes

(milhões de CVE)

Modalidades	2020	Peso	2021	Peso	Variação	
					Absoluta	Relativa
Depósitos	**77.800**		**79.423**		**1.623**	**2,09%**
Depósitos à Ordem	36.624	*47,1%*	38.980	*49,1%*	2.357	6,4%
Depósitos a Prazo	36.718	*47,2%*	36.059	*45,4%*	-658	-1,8%
Depósitos de Poupança	4.459	*5,7%*	4.384	*5,5%*	-75	-1,7%

Analisando a carteira de depósitos por segmento constata-se que os clientes Particulares detêm a maior fatia na carteira total. Em 2021 o peso deste segmento foi de 84%, uma variação positiva relativamente a 2020 e 2019, quando o peso foi de 83% e 80%, respetivamente. Igualmente, o saldo deste segmento vem incrementando nos últimos anos, e tem sido este incremento que tem suportado o crescimento da carteira total, pois os depósitos do segmento empresas evoluiu no sentido contrário, nos períodos referenciados. Essa evolução reforça a solidez e a estabilidade dos recursos do BCA.

Quadro 6 - Depósitos de Clientes por Segmento

(milhões de CVE)

Segmentos	2020	2021	Variação 2020/2021 Absoluta	Variação 2020/2021 Relativa
Empresas				
Depósitos à Ordem	10.675	10.576	-100	-0,9%
Depósitos a Prazo	2.227	2.099	-128	-5,7%
Total	**12.902**	**12.675**	**-227**	**-1,8%**
Peso no Total de Depósitos	16,6%	16,0%		
Particulares				
Depósitos à Ordem	25.948	28.405	2.456	9,5%
Depósitos a Prazo	34.491	33.960	-531	-1,5%
Depósitos de Poupança	4.459	4.384	-75	-1,7%
Total	**64.898**	**66.748**	**1.850**	**2,9%**
Peso no Total de Depósitos	83,4%	84,0%		
Total de Depósitos	**77.800**	**79.423**	**1.623**	**2,1%**

Relativamente aos depósitos por tipos de clientes, os Emigrantes destacam-se com cerca de metade da carteira global, sendo que com maior preponderância na modalidade a prazo, cujo saldo representa aproximadamente 70% do total do segmento da carteira correspondente.

Quadro 7 - Depósitos de Clientes por tipo de clientes

(milhões de CVE)

Modalidades	2020	2021	Variação 2020/2021 Absoluta	Variação 2020/2021 Relativa
Depósito à Ordem				
Emigrantes	9.875	10.920	1.045	10,6%
Peso Emigrantes	*27%*	*28%*		
Outros	26.749	28.061	1.312	4,9%
Total	**36.624**	**38.980**	**2.357**	**6,4%**
Depósito a Prazo				
Emigrantes	28.299	27.868	-431	-1,5%
Peso Emigrantes	*69%*	*69%*		
Outros	12.878	12.575	-303	-2,4%
Total	**41.177**	**40.443**	**-734**	**-1,8%**
Total de Depósitos	**77.800**	**79.423**	**1.623**	**2,1%**
Depositos Emigrantes Total	**38.174**	**38.787**	614	1,6%
Peso Emigrantes na carteira	*49,1%*	*48,8%*		

8.2. CRÉDITO

8.2.1. Condicionantes da Atividade do Crédito

O ano de 2021, de acordo com as estatísticas disponíveis, denotam-se alguns sinais de recuperação da atividade económica nacional, indelevelmente associados à reabertura gradual da atividade económica, com o avanço da taxa de vacinação no país. Contudo há setores da economia cuja retoma é ainda reduzida, principalmente as ligadas ao setor do turismo.

Sendo assim houve necessidade de se manter em 2021 alguns dos estímulos introduzidos na economia em 2020, cujo objetivo é de proteger o emprego, apoiar as empresas e gerar rendimentos para as famílias, nomeadamente, as moratórias aos contratos de créditos, o protocolo celebrado entre o Estado e a Banca comercial, que permitiu criar a linha de crédito covid19, destinada a apoiar a tesouraria das Empresas afetadas pela pandemia da Covid19, com garantia do Estado.

8.2.2. Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de crédito vivo, i.e., créditos em situação normal, sem os créditos titulados, ascendeu em 2021 a 33,95✓ milhões de contos, o que representa um incremento de 2,2% (+728 milhões de escudos) em relação ao saldo registado em 2020, evidenciando assim o montante de novos créditos concedidos superior às amortizações da carteira.
Para esta variação positiva da carteira de crédito vivo contribuiu a variação registada na carteira do segmento Particular (ou famílias), que incrementou em 5,1% e +1.033 milhões de escudos, atingido o saldo de 21.386 milhões de escudos.

A evolução favorável no *stock* de crédito aos Particulares é fundamentalmente reflexo do aumento da carteira de crédito à habitação própria permanente (+880 milhões de escudos). Nota que o saldo da carteira Habitação incrementou (+765 milhões de escudos) mais do que o montante de novos créditos concedidos para o mesmo fim (+193 milhões de escudos), por causa das moratórias concedidas no âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia provocada pela Covid19.

Ainda contribuiu para a evolução favorável do *stock* de crédito aos Particulares os demais (destinados a outros fins) que incrementaram cerca de 5% e 268 milhões de escudos, atingindo esta a carteira em 2021 o saldo de 5.709 milhões de escudos.

Quadro 8 - Carteira de Crédito Vivo por Segmentos

(milhões de CVE)

Segmentos	2020	2021	Variação		Peso na Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2020	2021
Empresas	**12.865**	**12.560**	**-305**	**-2,4%**	**38,7%**	**37,0%**
Curto Prazo	1.423	1.101	-322	-22,6%	4,3%	3,2%
M/LPrazo	11.442	11.459	17	0,1%	34,4%	33,8%
Particulares	**20.353**	**21.386**	**1.033**	**5,1%**	**61,3%**	**63,0%**
Habitação Própria	13.575	14.455	880	6,5%	40,9%	42,6%
Arrendamento	1.337	1.222	-115	-8,6%	4,0%	3,6%
Crédito Outros Fins	5.441	5.709	268	4,9%	16,4%	16,8%
Total do Crédito Vivo	**33.218**	**33.946**	**728**	**2,19%**	**100,0%**	**100,0%**

A Carteira de Crédito Total, que inclui além da carteira de crédito vivo, a carteira vencida e os respetivos juros vencidos, a carteira de crédito de titulada[1] e os Proveitos a Receber referentes à carteira de créditos (titulado e não titulado), incrementou 3,6% e 1.950 milhões de escudos face ao período homólogo. Contribuíram para este incremento tanto a carteira de crédito não titulado, nomeadamente, a carteira de crédito vivo, que como já foi referido, cresceu 728 milhões de escudos, assim como a carteira de crédito titulada que cresceu 7% e 1.185 milhões de escudos, sendo 1.007 milhões de escudos relativos a títulos da dívida pública e 179 milhões de escudos referentes a subscrição de obrigações, neste caso a subscrição do empréstimo obrigacionista emitida pela Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV).

[1] A carteira de crédito titulada são os valores concedidos por compra de Títulos de divida pública, nomeadamente, entre outros, Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro, e/ou subscrições de empréstimos obrigacionistas publicas ou privadas.

Quadro 9 - Carteira de Crédito a Clientes

(milhões de CVE)

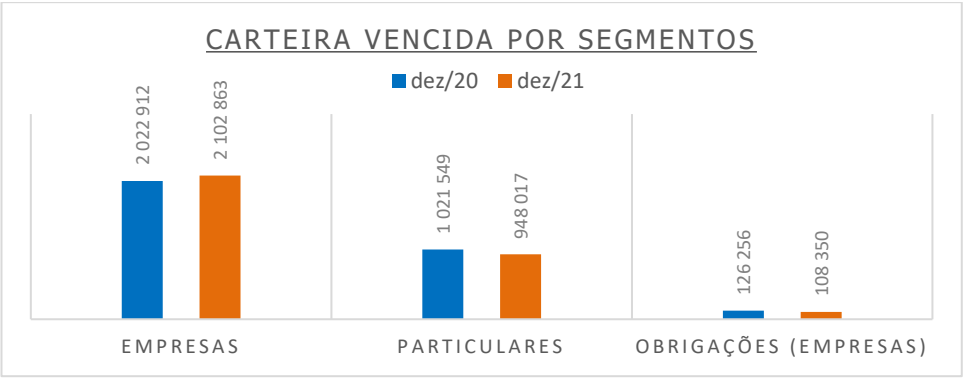
Crédito	2020	2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	**33 218**	**33 946**	**728**	**2,2%**
Curto Prazo	1 779	1 470	-309	-17,4%
Médio e Longo Prazo	31 439	32 476	1 037	3,3%
Crédito e Juros Vencidos	**3 171**	**3 159**	**-11**	**-0,4%**
Obrigações Públicas/Privadas	**3 293**	**3 471**	**179**	**5,4%**
Titulos da Divida Publica	**14 446**	**15 453**	**1 007**	**7,0%**
Proveitos a Receber	**290**	**353**	**63**	**21,7%**
Receitas c/Rendim. Diferido	**-231**	**-248**	**-17**	**7,3%**
Carteira de Crédito Total	**54 186**	**56 134**	**1 948**	**3,6%**

CARTEIRA VENCIDO

Os créditos em situação vencida em 2021, excluídos o saldo dos empréstimos obrigacionistas, mantiveram-se praticamente inalterados em relação ao período homólogo, registando um ligeiro acréscimo de 0,2%, correspondentes a 6,4 milhões de escudos.

Analisando a carteira segmentando-a entre Empresas e Particulares, verifica-se comportamento distintos entre eles, enquanto o segmento Empresas regista um acréscimo do saldo em 79,9 milhões de escudos (+4%), a carteira de Particulares reduz-se em 73,5 milhões de escudos (-7,2%).

A evolução do crédito vencido por segmentos encontra-se espelhada no gráfico seguinte.



Moratórias

O Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de março estabelece medidas excecionais de apoio e proteção de famílias, empresas e demais entidades da economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contração da atividade económica decorrente da pandemia de Covid19. Entretanto, o Decreto-Lei nº 54/2021, de 12 de agosto, na sua 5ª alteração, estendeu as moratórias para os setores mais afetados pelo impacto negativo da pandemia até 31 de março de 2022. Em 2022, através do Decreto-Lei nº 10/2022, de 8 de abril, as moratórias foram estendidas até setembro 2022, exclusivamente para o reembolso de capital, para os seguintes setores: transportes aéreos, armazenagem e atividades auxiliares dos transportes aéreos, de alojamento, restauração, estabelecimentos de bebidas, de imobiliária, de agências de viagens, operadores turísticos e outras atividades de reservas. E para as ilhas do Sal e Boavista, as empresas cuja atividade principal seja na área de captação, tratamento e distribuição de água e energia.

O BCA, em dezembro de 2020 e 2021, tinha na sua carteira os seguintes créditos que beneficiaram de moratórias:

Quadro 10 - Moratórias de Créditos por Segmento

(milhões de CVE)

Crédito	2020		2021		Var. Abs.	Var. (%)
	Montante	Nº Créditos	Montante	Nº Créditos	Montante	Montante
Empresas	**4.984**	**424**	**5.032**	**419**	**47**	**1%**
Curto Prazo	69	14	14	1	-54	-79%
M/LPrazo	4.916	410	5.018	418	102	2%
Particulares	**1.084**	**441**	**982**	**373**	**-102**	**-9%**
Habitação	718	144	642	124	-76	-11%
Outros Fins	366	297	339	249	-26	-7%
Carteira Moratórias Ativas	**6.068**	**865**	**6.013**	**792**	**-55**	**-1%**
Carteira Bruta	**36.262**		**36.997**			
Peso Moratórais/Carteira Bruta	**16,7%**		**16,3%**			

No período em análise, 2020 e 2021, registou-se uma ligeira redução nos saldos dos créditos que já beneficiaram de moratórias, em aproximadamente menos 55 milhões de escudos e menos 73 créditos, apoiada pela redução observada no segmento Particular. Em 2021 com a abertura gradual da economia e de algumas atividades, alguns dos particulares que aderiram inicialmente à moratória retomaram o seu plano financeiro normal, pelo que este segmento fechou o ano com um saldo de menos 102 milhões de escudos e -68 créditos, comparativamente ao período homólogo.

Relativamente às Empresas, pese embora a redução do número de créditos que já tiveram moratórias ter diminuído (-5 créditos), o saldo teve um incremento de 47 milhões de escudos, devido à capitalização dos juros no saldo em divida.

Ainda de realçar que este segmento continua a averbar a esmagadora maioria dos créditos que já tiveram moratórias, tanto em saldo (84%) quanto em números (53%), pois pese embora a abertura gradual da economia e de algumas atividades, há atividades cuja retoma é ainda reduzida, principalmente as ligadas ao setor do turismo, nomeadamente, hotelaria, restauração, agências de viagens, aluguer de veículos, que ainda não conseguiram retomar o seu plano financeiro normal.

9. OUTRAS ATIVIDADES

9.1. RECURSOS HUMANOS

Em 31 Dezembro de 2021 o Quadro do Pessoal apresentava um total de 424 colaboradores no ativo, sendo 334 do quadro efetivo e 90 contratados a termo certo. Contava, ainda, com 7 colaboradores em situação de inatividade (3 de licença sem vencimentos, 1 de licença ilimitada e 3 em comissão de serviço público).

Quadro 11 - Distribuição dos Colaboradores

	ACTIVOS			INACTIVOS	
	2020	2021		2020	2021
Quadro Permanente	330	334	Aposentados	250	260
Contratos a Prazo	107	90	Desvinculados/Indeminizados	4	4
			Comissão de Serviço	3	3
			Licença	5	4
			Ausência por Doença	1	0
TOTAL	**437**	**424**			

O quadro acima não inclui os administradores não executivos, o que explica a diferença face aos valores da Nota 27 do Anexo.

Desvinculações, Licenças, Reformas e Admissões

Passaram à situação de reforma um total de 16 colaboradores, todos por limite de idade e/ou tempo de serviço, aumentando para 260 o número total de aposentados pelo Sistema Privativo de Segurança Social do Banco, excluindo-se 6 falecidos no decurso do ano 2021.

Ocorreram 4 desvinculações, todas por iniciativa do colaborador. Importa referir que faleceu um colaborador que encontrava-se em situação de inatividade (suspensão por doença).

Foram admitidos 7 novos colaboradores.

Distribuição por Género e Tipo de Vínculo

Relativamente ao **Género**, as Mulheres em número de 271 correspondiam a 63,9% e os Homens em número de 153 representavam 36,1% do total dos 424 colaboradores no ativo.

Quanto ao **Tipo de Vínculo** 334 colaboradores pertenciam ao quadro efetivo permanente, representando 78,8% e 90 eram colaboradores contratados a termo certo correspondendo a 21,2% do total de trabalhadores no ativo.

Distribuição por Grupos Funcionais

No que se refere à distribuição por Grupos Funcionais dos 424 colaboradores no ativo, 5 (1,2%) exerciam funções de **Administradores Executivos,** 109 (25,7%) colaboradores exerciam cargos de **Chefia**, 208 (49%) colaboradores desempenhavam funções **Técnicas**, 43 (10,1%) desempenhavam funções de técnicos **Multifunções**, 17 (4,1%) executavam funções **Administrativas** e 42 (9,9%) exerciam funções **Auxiliares e de Apoio Geral.**

Distribuição por Habilitações Literárias

Ao nível das habilitações literárias, tem-se verificado um aumento permanente do número de colaboradores detentores do grau de **Licenciatura**. Em 31 de dezembro 272 (64,1%) colaboradores detinham o grau de licenciatura. Constata-se ainda que houve uma ligeira diminuição dos colaboradores com o **Ensino Superior Politécnico, Ensino Técnico-Profissional** e **Ensino Básico.** A percentagem dos colaboradores com **o Ensino Secundário** manteve-se**.**

Quadro 12 - Habilitações Literárias

	2020		2021	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	46	10,5%	41	9,7%
Ensino Secundário	91	20,8%	88	20,8%
Ensino Técnico Profissional	20	4,6%	17	4,0%
Ensino Superior Politécnico	9	2,1%	6	1,4%
Ensino Superior Universitário	271	62,0%	272	64,2%
TOTAL	**437**	**100%**	**424**	**100%**

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A formação é um dos pilares da estratégia de valorização dos recursos humanos do BCA, quer a nível individual, quer coletivo.

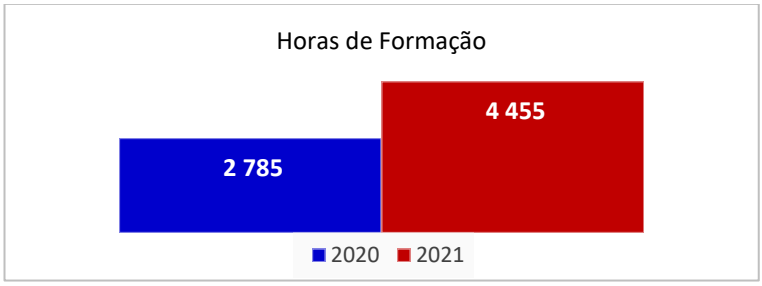
Em 2021, os colaboradores do BCA participaram em **59 ações de formação** de diferentes áreas de conhecimento sendo **53 realizadas remotamente** e **6 presencialmente**, abrangendo **376 colaboradores**, um total de **1.329 participações** e com uma carga horária total de **4.455 horas**.

As formações abarcaram diferentes temas dos quais destacam-se:

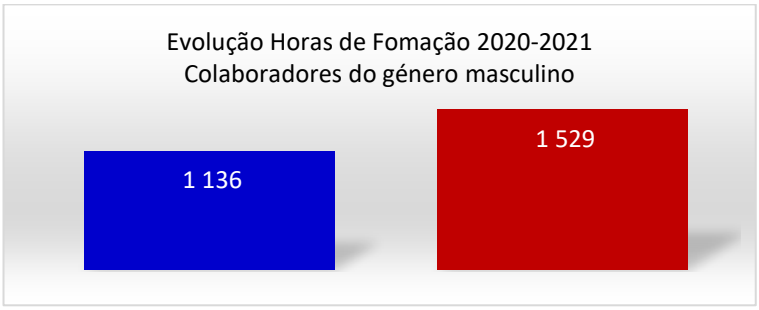
- Política de Subcontratação
- Aplicações informáticas bancárias
- Funções de risco das entidades sobre o processo de validação da resolução das deficiências de controlo interno
- Conflitos de Interesses
- O papel dos RFC na Gestão do Risco de Compliance
- Prevenção e Abuso de Mercado
- Sistema de Comunicação de Práticas Irregulares
- Risco Operacional
- Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas
- Alterações do Regime Jurídico de Proteção de Dados Pessoais
- Juízes Árbitros Tributários
- Impostos Diferidos
- Finanças Sustentáveis
- Prevenção de lavagem de capitais e combate ao financiamento de terrorismo
- Crédito documentário e Garantias Bancárias
- O papel dos bancos operadores na dinamização do mercado
- O futuro da Banca e a transformação do Sistema Financeiro
- Marketing Digital
- Intermediação Financeira em Valores Mobiliários e Principais Produtos de Bolsa
- Cibersegurança dos sistemas de informação nas organizações
- Normas para a prática profissional de auditoria interna
- Auditoria aos controlos aplicacionais
- Auditoria à Corporate Governance

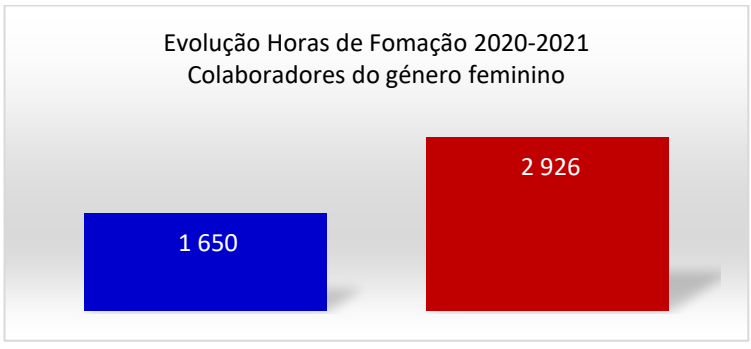
- Ética em Auditoria Interna
- Controlo Interno
- Modelos de Imparidade de Crédito

O gráfico abaixo mostra a evolução da formação nos dois últimos anos, em termos de horas de formação, um elemento demonstrativo das medidas tomadas para ultrapassar as limitações impostas pela pandemia em 2020.

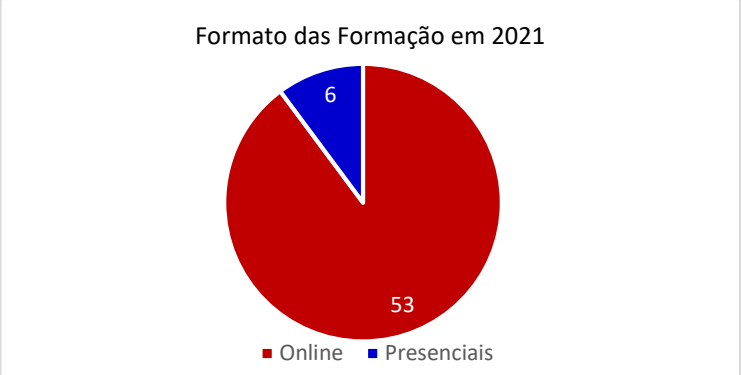


Os gráficos abaixo mostram a distribuição das formações por género:





O gráfico seguinte mostra a dimensão que a formação Online teve durante 2021 em relação à formação presencial:



Em finais de 2021 foi dado início ao Projeto Plataforma *e-learning*. Pretende-se que este projeto venha a dinamizar a gestão da formação e crie uma nova forma de interatividade entre o formando e a formação. Em dezembro foi realizada uma primeira ação através da plataforma *e-learning* e um dos objetivos do Banco para o próximo ano é, face ao contexto atual, privilegiar as formações neste formato, que se espera vir a ganhar uma dinâmica maior com a conclusão da instalação da Plataforma informática para o efeito.

Durante o ano de 2021 foram proporcionados um total de 19 (dezanove) estágios profissionais. Dos estágios proporcionados 1 foi convertido em contrato de trabalho a termo certo.

No que concerne à comparticipação do Banco na formação académica dos colaboradores, ao longo do ano o BCA comparticipou com 600.000$00 beneficiando 4 colaboradores na frequência de cursos de Mestrado.

APOIO SOCIAL AOS COLABORADORES

Durante o ano de 2021, os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados, bem como os seus agregados familiares beneficiaram, no País, de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares, auditivas, estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

Ainda, no âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal – foram emitidos 67 Termos de Responsabilidade (TR) e 2 Autorizações Prévias (AP), totalizando 69 tratamentos efetuados a colaboradores (consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares).

Ocorreram 2 evacuações, para o exterior, de beneficiários do Sistema Privativo. O Banco continuou a suportar os custos com 3 evacuações ocorridas nos anos anteriores, tendo 2 evacuados e 1 acompanhante regressado em 2021. No País foram evacuados para Santiago e S. Vicente 15 beneficiários do Sistema privativo de segurança Social do BCA e 6 acompanhantes.

Os Custos com a assistência médica – medicamentosa no País (colaboradores no ativo), ascenderam ao montante de 10.825.437,50 CVE, assim alocados:

- 3.060.000 CVE Avenças
- 131.500 CVE Subsídios de doença atribuídos a colaboradores no ativo e seus beneficiários
- 7.633.937 CVE Consultas, Medicamento, Diagnósticos e Bilhete Passagem

No exterior os custos com a assistência médica e medicamentosa totalizaram o montante (ativos e seus beneficiários) de 315.640 CVE (despesas com os SAMS).

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos, nomeadamente, para aquisição ou construção de habitação própria permanente.

Foram contratualizados, créditos para aquisição de viatura própria no montante total de 14.400.000 CVE, e créditos para habitação própria permanente no montante de 82.388.000 CVE.

Três colaboradores beneficiaram do enquadramento da taxa de juros Crédito Habitação Própria Permanente em carteira nos termos do disposto no Regulamento do empréstimo à habitação para colaboradores do BCA vigente na presente data (O.S 09/2014).

Foram autorizados reforços do Crédito de Habitação Própria e Permanente no montante de 6.025.000 CVE.

Ainda, foram contratualizados, adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários e reparações/benfeitorias, tendo atingindo o montante de 78.698.044CVE.

9.2. GESTÃO DO RISCO E CONTROLO INTERNO

Gestão do Risco

Dando seguimento ao processo de consolidação da Função de Gestão de Risco, o BCA procedeu à implementação do Modelo de *Rating* (Empresas) e *Scoring* (Particulares), em parceria com a DGR/CGD, visando a avaliação de risco dos clientes e suportar o processo de decisão de crédito.

Além disso, procedeu-se à gestão eficiente das deficiências de controlo interno, com o propósito de reduzir substancialmente o stock em carteira, o que veio a verificar-se com o empenho e dedicação de todos os intervenientes no processo. Mantiveram-se os procedimentos relativos ao acompanhamento rigoroso dos clientes, no âmbito do Plano Operacional para Lidar com Clientes em Dificuldades Financeiras, conforme alinhamento interno e corporativo.

Permanecem ainda alguns desafios para a Função de Gestão de Risco para 2022, nomeadamente a necessidade de implementar a Politica de Preço Ajustado ao Risco (PAR), sendo neste particular, fundamental o apoio da CGD. Pretende-se, igualmente, implementar uma estrutura de suporte ao Risco Não Financeiro, pois vem ganhando cada vez mais relevância, bem como proceder-se à automatização dos processos e reportes, melhorando substancialmente a partilha de dados e informação com a DGR Corporativo e Órgãos de Gestão a nível interno.

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A nível do risco de crédito convém mencionar o impacto que a pandemia provocada pela COVID19 continuou a ter no país. As moratórias legais estenderam-se durante todo o ano 2021, com as implicações orçamentais já conhecidas em 2020 e o esforço que exigiu de todo o Banco para adaptação, monitorização e preparação de estratégias para mitigação dos impactos que o período pós-moratório terá para o BCA.

Vale destacar os seguintes projetos:

- Definição e implementação de um Modelo de *Scoring* e *Rating* para o BCA – em parceria com a área de modelos da DGR/CGD foi desenvolvido um modelo de *scoring* para o segmento particulares (crédito pessoal/consumo).
    - **Jun21** - Com efeito a partir de Junho de 2021 o novo modelo de *rating* para empresas foi implementado com enfoque na redução para zero (0), o número de operações de crédito aprovadas para empresas elegíveis, sem *rating* calculado.
    - **Out21** - No tocante ao modelo de *scoring*, de referir que este foi implementado a partir de out21 com a introdução de uma fase piloto que abrangeu 3 agências localizadas nas regiões consideradas core para a carteira de crédito consumo do Banco e em nov21 com alargamento da fase piloto e inclusão de mais 4 agências, totalizando em dez21 um total de 7 agências integrantes da fase piloto. Com implementação do novo *workflow* de crédito, prevista para maio de 2022, todo o processo de cálculo de *scoring* para o crédito pessoal ao consumo passará a ser automático.

- Revisão dos Fatores de Risco – em 2021, procedeu-se à revisão anual dos Fatores de Risco do modelo de imparidade, com o suporte técnico do fornecedor da aplicação, que posteriormente validou os resultados finais.
- Por último, de realçar a performance positiva a nível da recuperação do crédito vencido, uma vez mais, com enfâse para o papel do Gabinete de Recuperação de Crédito (GRE), refletindo-se no rácio de incumprimento de 8,2% alcançado no final do exercício, contra 8,4%, registado em dez20.

Recuperação de Crédito

As famílias e o tecido empresarial nacional continuam com os seus rendimentos afetados. Em consequência, a sua capacidade de fazer face aos compromissos assumidos com a banca continua condicionada.

A intervenção do Estado de Cabo Verde, nomeadamente através do Decreto-Lei 38/2020 de 31 de Março (e suas revisões) serviu como um dos fatores mitigadores do risco de incumprimento na banca e no BCA.

O BCA, em 2021, continuou a levar a cabo o trabalho de acompanhamento de perto de todas as situações de incumprimento e de rápida aplicação das medidas de saneamento que se impunham, enquadrado na já descrita conjuntura excecional em que operou.

O reforço do trabalho de acompanhamento, controlo e resolução das novas situações de incumprimento, aliado à aplicação das medidas de resolução de situações de incumprimentos já existentes, espelhadas na Política de Acompanhamento e Recuperação de Créditos (PARC) continuou a ser um dos aspetos importantes da atuação do BCA durante ano de 2021.

A combinação destes aspetos permitiu ao BCA um melhor controlo da carteira de incumprimentos, que pese embora tenha registado um aumento de 6,4 milhões de escudos, atingindo um saldo de 3.051 milhões de escudos, o seu peso na carteira bruta (rácio de incumprimento) decresceu 0,2%. O rácio de incumprimento registado em Dezembro de 2021 foi de 8,2%, o valor mais baixo dos últimos 10 anos.

O BCA investiu nos últimos anos numa estratégia de acompanhamento e recuperação de créditos vencidos muito focada nos resultados e na redução do tempo de recuperação. Disso são exemplo a criação de um Gabinete de Recuperação de Créditos e a instituição de uma Política clara e objetiva de acompanhamento e recuperação de crédito vencido.

Aliado a estes aspetos destaca-se ainda a forte sinergia interdepartamental com as áreas comercial, jurídica, de risco de crédito, que visa aportar maior assertividade a todas as intervenções do banco ao longo de todo o processo de crédito, desde a sua abertura até à sua integral liquidação.

O resultado deste trabalho, associado também a efeito preventivo resultante da atuação da área de gestão do risco, espelha-se na tendência de redução do crédito vencido, bem como do rácio de incumprimento.

De notar ainda o trabalho, não despiciente, que BCA tem desenvolvido na recuperação de valores registados contabilisticamente como incobráveis, com impacto positivo nos resultados dos exercícios.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado traduz-se em ocorrência de impactos negativos em resultados e/ou no capital do banco, devido a movimentos desfavoráveis no preço dos títulos detidos na carteira própria ou no valor de mercado de instrumentos derivados, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias. A gestão do risco de mercado visa balizar as perdas potenciais e procura otimizar a relação entre o nível de exposição assumido e os benefícios esperados.

No BCA, a estratégia de gestão e a tolerância ao Risco de Mercado encontra-se devidamente articulada com a estratégia global de gestão de risco e continua a ser estabelecida em conformidade com a sua

declaração de apetência pelo risco, tendo como objetivo manter o foco da atividade em produtos e serviços que estejam de acordo com a estratégia de um banco de retalho/comercial, limitando a complexidade dos produtos e posições, garantindo que estes estão em linha com as capacidades existentes de monitorização do risco.

O risco de mercado do BCA continua não sendo materialmente relevante, visto que a carteira de instrumentos financeiros resume-se basicamente em obrigações e ações, que não foram constituídas para negociação. A quantidade detida nos restantes títulos reconhecidos ao justo valor não sofreram grandes alterações, pelo que a carteira de ativos financeiros do BCA, composto maioritariamente por ativos não cotados, contínua com expressão reduzida face ao total dos ativos. Neste contexto, a monitorização é feita mediante o acompanhamento da carteira, de modo a garantir a uniformização dos preços utilizados para valorização dos títulos classificados ao justo valor ou com cotações disponíveis em mercados oficiais ativos.

Relativamente à Posição Cambial, que apresenta um nível de risco com maior relevância, aplicam-se as regras de gestão específicas para o risco cambial, onde são definidas balizas de posição aberta líquida, posição aberta por moeda e limites de consumo de VaR. A monitorização do consumo de limites de risco cambial e de limites de perda aceitável é objeto de medição, controlo e reporte, no mínimo, diário. Os procedimentos de atuação em caso de quebra de limites estão perfeitamente definidos em normativo interno.

O *Value at Risk* (VaR) é a métrica de monitorização de Risco Cambial utilizada no BCA. Essa métrica é apurada segundo a metodologia de simulação histórica, com intervalo de confiança de 99% e período de detenção de 10 dias.

A fiabilidade do modelo de VaR é monitorizada diariamente através da análise comparativa entre o valor em risco e o resultado diário teórico (*backtesting* teórico) e o resultado real (*backtesting* real). O número de exceções obtidas permite avaliar a fiabilidade do modelo e equacionar eventuais medidas de ajustamento ou calibração. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos e testes de normalidade.

Em 2021 as posições cambiais raramente ultrapassaram os limites definidos para as diversas moedas que compõem a carteira e quando ultrapassaram foram prontamente justificados, corrigidos e reportados à Administração, no sentido de garantir um processo de gestão do risco cambial sem sobressaltos. US dólar (USD), franco suíço (CHF) e libra esterlina (GBP) continuam a ser as moedas com maiores exposições em termos de risco cambial.

Ao longo de 2021 as posições totais abertas mantiveram-se muito confortável relativamente aos limites de tolerâncias estabelecidos no RAS.

Portanto, as métricas de monitorização da posição cambial continuam garantindo a fiabilidade das estimativas das perdas potenciais, na medida em que continuam apresentando valores dentro dos níveis de tolerância definidos na estratégia da gestão do risco cambial.

Risco de Liquidez

As políticas de gestão do risco de liquidez são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (Asset and Liability Committee, ALCO). O Gabinete de Risco de mercado e Liquidez (GRM) é a área da Direção de Gestão de Risco que faz a mensuração, monitorização e reporte deste tipo de risco.

A gestão do risco de liquidez compreende a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados (*buckets*), os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respetivos gaps (diferenciais) de liquidez.

A avaliação do Risco de Liquidez no BCA continua a ser acompanhada de forma sistemática através das análises mensais e reportes de evolução das métricas de monitorização do risco de liquidez, tanto para a Comissão Executiva como para a CGD.

Ao longo do ano de 2021, o BCA continua a evidenciar uma ampla disponibilidade de liquidez, prosseguindo com a estratégia de aplicações em Instituições Financeiras Nacionais e Estrangeiras e nos Títulos da Dívida Pública, mantendo, assim, um *buffer* de ativos líquidos confortável, acima do limite e fora da zona de tolerância, para fazer face a quaisquer eventos de liquidez de maior gravidade.

O volume de depósitos, que representa mais de 90% do passivo do banco, continua a crescer de forma gradual, com índice média de *rollover* superior a 98% e com baixa concentração face aos 5 maiores depositantes do banco.

O BCA apresentava um LCR confortável de 450,95% em 31.12.2021, significativamente acima dos requisitos mínimos estabelecidos (rácio superior a 100%), confirmando a excelente posição de liquidez da Instituição.

Também a confirmar a excelente posição de liquidez do BCA, o NSFR apresentava um valor confortável de 152,66% em 31.12.2021.

Portanto, o atual quadro de liquidez deixa antecipar um risco de liquidez baixo para o BCA, sugerindo uma situação de relativo conforto quanto à exposição ao risco de liquidez.

Risco de Taxa de juro

Risco de Taxa de juro do balanço é a possibilidade de ocorrência de perdas, quer nos resultados quer no valor económico de uma instituição, em resultado do impacto de uma variação adversa das taxas de juro. O risco de taxa de juro insere-se na categoria mais vasta dos riscos de mercado. Numa perspetiva analítica, é útil distinguir diferentes tipologias de risco de taxa de juro, com vista a isolar, com maior precisão, a origem do risco na estrutura de balanço das instituições. Portanto, no BCA, os tipos/fontes de risco de taxa de juro mais analisados são risco de refixação de taxa que resulta de desfasamentos de maturidades residuais e/ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros e risco de Indexantes que está associado à ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos.

A avaliação do risco de taxa de juro do balanço continua sendo feita através da análise de gaps, que foi uma das primeiras técnicas desenvolvidas para mensuração do risco da taxa de juro, e continua a ser muito utilizada pelos bancos, dado produzir um indicador simples da sensibilidade da conta de resultados à variação das taxas de juro (perspetiva do rendimento). Do ponto de vista operacional, esta técnica resulta do apuramento do designado *repricing gap*, ou seja, a diferença entre ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro em cada banda temporal de uma tabela de maturidade/*repricing*. Este *repricing gap* pode ser multiplicado por uma variação da taxa de juro para obter uma aproximação à variação na margem financeira para cada banda temporal (*bucket*) que resultaria de tal movimento na taxa de juro.

A estratégia de gestão de risco de taxa de juro tem sido minimizar a exposição aos choques e movimentos das taxas de juro com cálculos de impactos de alterações na taxa de juro sobre a margem financeira e o valor económico do capital, indicadores dos limites definidos em sede de *Risk Appetite Statement* – RAS.

A dimensão da exposição a risco de taxa de juro mantém o cumprimento do respetivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração de Apetência pelo Risco do BCA, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de juro controlado, e alinhado com o foco em banca de retalho/comercial.

Risco Operacional

A estratégia de gestão do risco operacional, alinhada com a estratégia global de gestão de risco, continua a ser estabelecida em conformidade com a declaração de apetência pelo risco do Banco Comercial do Atlântico (BCA), visando gerir o risco operacional, mantendo-o dentro dos níveis de tolerância definidos pelo Conselho de Administração (CA), e mitigar outros impactos negativos relevantes, nomeadamente, na concretização de objetivos estratégicos, de reputação ou do cumprimento de requisitos regulamentares.

A Direção de Gestão de Risco (DGR) comporta três gabinetes distintos, sendo que a gestão do risco operacional, riscos não financeiros e controlo interno são garantidos pelo Gabinete de Risco Operacional (GRO). As atribuições deste último foram acrescidas, a partir de maio de 2021, com a formalização da gestão de riscos não financeiros (risco estratégico e de negócio, risco de tecnologias de informação (IT) e risco reputacional), através da transposição das normas corporativas sobre a "Política de Gestão de Riscos Não Financeiros" e "Política de Gestão de Risco Reputacional". Assim sendo, o GRO no âmbito das suas atribuições passou a contar com três áreas funcionais, o Risco Operacional, o Controlo Interno e os Riscos não Financeiros.

A nível de risco operacional trabalhou-se na atualização anual das normas corporativas, na consolidação dos processos e procedimentos, com foco na identificação e avaliação dos eventos de risco operacional e definição de planos de ação para reforço dos controlos e mitigação de impactos futuros. O trabalho foi executado com recurso às diferentes metodologias definidas, tais como, diferentes procedimentos de controlo instituídos, monitorização dos diferentes *Key Risk Indicators* (KRI), avaliação dos questionários de autoavaliação dos riscos e controlos e avaliação dos processos de subcontratação através da operacionalização do novo modelo de gestão de risco de subcontratação.

Controlo Interno

A nível de controlo interno foi priorizada a consolidação do sistema de gestão de controlo interno, com a implementação e gestão dos processos e procedimentos consubstanciados na norma corporativa sobre a "Política de Gestão de Deficiências de Controlo Interno", com impacto muito positivo nos resultados conseguidos em 2021, proporcionando assim, um nível de segurança confortável à gestão do BCA, relativamente à consecução dos objetivos em matéria de Cultura Organizacional e Sistemas de Governo e Controlo Interno.

Para 2022 pretende-se dar continuidade ao processo de estruturação do sistema de gestão de controlo interno, com a atualização anual da "Política de Gestão de Deficiências de Controlo Interno", de forma a apoiar todos os Órgãos de Administração do BCA no cumprimento das suas responsabilidades, de

estabelecimento e monitorização da adequação e da eficácia dos processos, dos mecanismos e do quadro de controlo interno, bem como pela supervisão de todos os segmentos de atividade e unidades internas, incluindo as funções de controlo interno.

Riscos Não Financeiros

A nível de riscos não financeiros pretende-se, para além da monitorização e gestão das métricas identificadas no *Risk Appetite Statement* (RAS), também dar continuidade ao processo de operacionalização da sua estruturação e gestão, com formação sobre o tema e com a operacionalização dos processos e procedimentos instituídos com os normativos corporativos publicados em 2021.

Risco Compliance

Decorrente das disposições legais e das recomendações internacionais, o BCA tem formalmente instituído uma Função Compliance que se carateriza por ser uma função independente, permanente e efetiva, de controlo do cumprimento das obrigações que emanam de leis, regulamentos, regras de conduta, princípios éticos e outros deveres a que o BCA se encontra sujeito. Fomenta assim a prevenção e mitigação de riscos de Compliance e a implementação de medidas adequadas para a resolução de deficiências ou incumprimentos detetados, em estreita colaboração com os restantes OE do BCA e da CGD. Neste sentido, a gestão do Risco Compliance é da responsabilidade de todos os Órgãos de estrutura, sob a coordenação da Direção de Função Compliance (DFC).

Este órgão de estrutura é também responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção de crimes de abuso de mercado e prevenção da corrupção e infrações conexas.

A divulgação e garantia de conformidade para com a legislação e regulamentação aplicável é assegurada através de processos e procedimentos instituídos, mantendo-se o foco na identificação das medidas necessárias à sua implementação, visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares neles consagrados.

No que toca à salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, em 2021 avançou-se no sentido de alteração da ferramenta informática de prevenção à lavagem de capitais por forma a dotar o Banco de uma ferramenta mais robusta bem como a revisão e o reforço dos procedimentos de prevenção.

9.3. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Cumprindo o seu papel de órgão de *staff* de âmbito nacional cujas principais funções são a análise, conceção e desenvolvimento de produtos e serviços financeiros com vista a serem comercializados na rede comercial, bem como proceder ao desenvolvimento das campanhas publicitárias do Banco, além de ter a responsabilidade de realização das ações externas de representação e responsabilidade de gestão da imagem do BCA, o Gabinete de Marketing e Relações Públicas (GMR) definiu para o exercício de 2021 cinco grandes áreas de atuação, sendo eles a Inovação de produtos, a segmentação, a dinamização comercial, a análise de mercado e a comunicação.

Com o foco nos seus pilares de atuação, o GMR pautou a sua atividade guiando-se pelas linhas orientadoras do seu plano de ação, desenvolvendo os seguintes aspetos: produtos e serviços, publicidade e imagem, *merchandising* e canais, patrocínios e responsabilidade social.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Fruto dos desafios impostos pela pandemia e com os canais digitais a ganharem uma relevância cada vez maior na relação com os clientes, o BCA reforçou os seus canais digitais de forma a responder a uma demanda cada vez mais crescente.

BCADirecto Telefone

O BCA reativou em 2021 o canal de atendimento aos seus clientes denominado BCADirecto Telefone. Este canal multifunções permite aos clientes interagir com o banco através de uma linha telefónica com atendimento automático ou com uma ligação direta ao operador. Podem ser realizadas operações financeiras que vão desde consultas e operações, bem como esclarecer dúvidas relativamente aos produtos e serviços do BCA.

Cartões Vinti4:

Em 2021 o BCA introduziu novas funcionalidades no cartão Vint4. As funções de pagamentos através da tecnologia *contactless*, envio de código OTP para compras *on-line* e a introdução de pagamentos através de chip, trouxeram mais e melhores opções aos clientes do BCA que passaram a usufruir de um produto mais seguro e mais versátil para a realização das suas operações e levantamentos nos ATM.

PUBLICIDADE E IMAGEM

Muito focado numa estratégia de marketing digital, pautou-se por uma maior utilização dos canais digitais como redes sociais, e-mails, SMS e/ou site do BCA, como meios privilegiados de comunicação. Em 2021 destacam-se as seguintes campanhas:

Moratórias

Em 2021 assistiu-se a duas prorrogações de moratórias e o BCA acompanhou esta dinâmica lançando sucessivas campanhas de comunicação de forma a informar e sensibilizar os seus clientes sobre as alterações legislativas, bem como os informando das implicações da adesão à moratória.

Canais Digitais

Com a introdução das novas funcionalidades a nível dos cartões Vinti4 e do BCADirecto telefone, adotou-se uma estratégia de comunicação junto dos clientes enviando e-mails, bem como a divulgação de campanhas nas redes sociais e site do BCA.

FIC

Em novembro de 2021 o BCA esteve presente na edição da FIC, que voltou a abrir portas após um ano de interregno por conta da pandemia. Foi uma oportunidade para posicionar o BCA como marca de referência a nível das instituições financeiras, bem como colocar à disposição dos seus clientes e potenciais clientes os seus produtos e serviços, que contaram com promoções para adesões a créditos no âmbito da Feira Internacional de Cabo Verde.

Atualização de dados

A atualização de dados é tida como um dos pilares fundamentais para a gestão da relação com os clientes, e neste sentido o BCA tem, desde Julho de 2021, uma campanha de atualização de dados, que comporta o envio de comunicações aos clientes com dados em falta ou desatualizados, ao mesmo tempo que corre nos meios digitais uma campanha com informações sobre a importância da atualização de dados.

MERCHANDISING E CANAIS

Agências

A pandemia da Covid19 implicou um desafio suplementar de conjugar o cumprimento das regras de prevenção sanitárias, como o distanciamento social com a qualidade e rapidez de atendimento, por isso adotámos algumas medidas, nomeadamente ao nível da comunicação sobre as regras e posturas a adotar para acesso às suas agências, colocando cartazes informativos em todos os balcões e assegurando o bom cumprimento das regras sanitárias em vigor.

Aniversário BCA

Em setembro de 2021 o BCA celebrou o 28º aniversário. Esta efeméride foi aproveitada para partilhar com os seus clientes alguns brindes durante o mês de setembro. Foram agraciados igualmente os novos clientes com oferta de uma T-Shirt de boas vindas.

Brindes de final de ano

Como forma de valorizar a relação com os seus *stakeholders* o BCA promove anualmente a produção de blocos de notas personalizados com a marca e informações dos produtos e serviços do BCA, que são distribuídos aos clientes, acionistas e fornecedores.

PATROCÍNIOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A área social e a saúde forma definidas como foco de atuação para patrocínios/apoios, e seguindo essas premissas o BCA patrocinou as seguintes entidades/atividades:

Rotary

O Rotary Club da Praia foi apoiado na operacionalização do Centro de formação, mais propriamente na aquisição de parte dos equipamentos e materiais necessários para as novas instalações de forma a garantir o funcionamento do centro, localizado na Cidade da Praia, no bairro da Terra Branca.

Camara Municipal da Boavista

A crise socioeconómica que ainda se faz sentir por conta da pandemia tem impactos sociais significativos, sobretudo num país onde o turismo ocupa uma posição de destaque na economia. Sendo a Ilha da Boavista uma das mais impactadas socialmente pela crise económica causada pela pandemia entendeu-se apoiar a Camara Municipal da Boavista com um donativo para amenizar os efeitos da crise na população local.

FICASE

A Fundação Cabo-verdiana de Acão Social tem como missão promover a igualdade de oportunidades à comunidade educativa, desenvolvendo um conjunto de ações que garantem o sucesso e a qualidade do ensino e aprendizagem. Neste âmbito contou com o apoio do BCA para a campanha nacional de distribuição de kits escolares, que tem como propósito beneficiar alunos mais carenciados do Ensino Básico, no início de cada ano letivo.

9.4 GESTÃO INTERNACIONAL E DE LIQUIDEZ

Relações com Bancos Correspondentes

A 31 dezembro de 2021, o BCA possuía uma carteira de 15 bancos correspondentes e 133 RMA's - *Relationship Management Agreement*, o que permite, com alguma folga, dar cobertura a todas a operações dos clientes e do próprio banco ao nível do negócio internacional. Nestes termos, os correspondentes continuam a ter um papel decisivo, com vista à satisfação das necessidades de negócio das empresas e dos particulares, no que respeita à viabilização de operações de comércio externo, fator essencial no contexto do reforço da internacionalização da nossa economia.

A sua gestão tem permitido a manutenção e em alguns casos a melhoria das condições oferecidas para a execução do negócio, procurando garantir a cobertura dos principais mercados no mais curto espaço de tempo e a custos mais racionais. O Bank-on-line é sem dúvida uma mais-valia decorrente desta gestão, com ganhos visíveis.

Em novembro 2021, visando uma melhoria da gestão da nossa tesouraria junto do Grupo Ing Bank, o Banco aceitou a fusão das duas contas existentes na Holanda e Bélgica numa só conta em Bruxelas, o que simplificou o controlo dos fluxos da nossa conta. Ainda no que toca a correspondentes, o destaque vai para o encerramento da nossa conta em Londres (Loyds Bank-GBP) e a consequente abertura no BOFA London, mantendo um *provider* na mesma divisa, para dar cobertura aos nossos clientes nesta praça.

Gestão da Liquidez

O ano 2021 continuou marcado pela pandemia Covid-19 e seus efeitos na economia real. Neste sentido o Banco de Cabo Verde (BCV) tomou uma serie de medidas visando alavancar a economia, com destaque para a extensão das emissões de Operação Monetária de Financiamento (OMF) até dezembro 2021 e manutenção das medidas prudenciais anunciadas em 2020.

De notar que o banco tem seguido a sua estratégia de rentabilização do excesso de liquidez, com preferência para aplicações de curto prazo no Banco de Cabo Verde (BCV), tais como *Overnight*, Títulos de Intervenção Monetária - TIM e Títulos de Regularização Monetária, tendo os proveitos com essas aplicações reduzido drasticamente por causa da redução das respetivas taxas.

A rentabilização do excesso de liquidez do Banco foi marcada também pelos limites de apetite ao risco (RAS) definido no âmbito corporativo para as entidades do Grupo CGD. As aplicações nos títulos de Tesouro continuam a revelar-se um importante segmento de aplicação do banco, com uma combinação risco/rentabilidade relativamente atrativa e responsável por ≈616 milhões de escudos anuais de proveitos.

Durante o ano 2021 subscreveram-se 2 milhões e 674 milhões de escudos em Obrigações do Tesouro (OT), tendo sido registado um vencimento total de 1 milhão 668 milhões de escudos, representando uma aplicação líquida de ≈ 1 milhão e 7 milhões de escudos, respeitando sempre o limite de apetite de risco do banco.

Ainda no mercado de capitais, em novembro foi emitido um montante de 920.000 contos da Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde (ANMCV), dos quais o banco subscreveu cerca de 25%, num total de 228.551 contos, à taxa de 3,5%, com maturidade de 5 (cinco) anos. De notar também que da emissão obrigacionista dos Correios de Cabo Verde no montante de 350.000 contos, o BCA comprometeu-se numa subscrição que ronda os 105.000 contos, à taxa de 4,5%, com maturidade a 9 (nove) anos, a realizar em fevereiro de 2022.

Ainda durante o ano de 2021 foram concluídos vários projetos em carteira com impacto na estrutura do banco, a saber:

- A implementação da Fatura Eletrónica, com reporte para as Finanças;
- Entrega dos DPR 2015-2018 por via da transmissão eletrónica de dados;
- Encerramento contas vostro inativas;
- Implementação projecto Visa Prefunding;
- Implementação do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL) em real time, a entrar em produção em janeiro 2022;
- Transposição de normas corporativas e atualização de normas internas, incluindo manuais de procedimentos, com maiores controlos e melhores arquivos;
- A centralização da Gestão de ATM's fora de agências da Praia, incluindo Cidade Velha, na Tesouraria Conservadoria de valores (TCV);

- O início do processo de Corporativização com reportes para a área de mercados da CGD, no âmbito do acompanhamento da função de mercados financeiros das Entidades do Grupo CGD;

O acompanhamento e encerramento das deficiências de controlo interno tiveram impacto positivo na melhoria e controlo dos processos, mitigando sobretudo o risco operacional.

9.5. OUTRAS ATIVIDADES DE SUPORTE

Segurança e Logística

Num contexto ainda difícil de prevenção e contenção da infeção pelo SarsCov2, a área de segurança e logística consumiu recursos e concentrou as prioridades na mitigação dos riscos de propagação do vírus no banco (colaboradores e clientes da instituição).

Para assegurar o funcionamento dos serviços continuou-se a dar respostas operacionais às necessidades dos vários órgãos de estrutura, nomeadamente:

- Carregamento mensal de internet para colaboradores em teletrabalho;
- Adaptação de espaços, ajustamentos de *layouts*, e colocação de protetores acrílicos assegurando distanciamento físico entre colaboradores;
- Reforço do serviço de vigilância humana para nomeadamente organizar filas e controlo de acesso dos clientes às agências;
- Fornecimento de EPI's (máscaras, álcool gel/desinfetantes);
- Gestão dos encerramentos temporários, desinfeção e reabertura de agências;
- Gestão da logística de encerramentos temporários e reaberturas de agências;

No que se refere à manutenção e beneficiação dos edifícios, destacam-se as obras de reforço de segurança do arquivo de crédito na Divisão de Apoio Logístico em Achada Grande Frente e a criação de condições para a instalação dos serviços localizados em Chã-de-areia, tendo em conta a venda do edifício do BCA.

O controlo de custos continuou a orientar a atuação da Direção de Segurança e Logística (DSL), com especial atenção à energia elétrica, que em Cabo Verde é bastante caro.

Considerando o facto de que o país vem apostando nas energias renováveis sendo a energia Solar indicada como fonte viável, em 2021, com a assistência técnica da CERMI, elaborou-se um estudo para implementação de um projeto de energias renováveis/fotovoltaicos.

A proposta para instalação de um gerador fotovoltaico (ligado a rede para autoconsumo) na cobertura do edifício DAL/AGF teve subjacente a previsão de aumento na ordem de 30% do consumo de energia no edifício devido ao plano para deslocação do Data Center do edifício Chã d'Areia para as instalações da DAL/AGF.

O estudo aponta para uma redução considerável do consumo total do edifício, esperando-se efeitos visíveis em 2022.

Outra fonte potencial de redução de custos são os contratos com os fornecedores com peso mais significativo, tendo sido renegociado em 2021 os prémios de seguros e procurado otimizar a utilização de consumíveis.

Sistemas Informáticos

A Direção de Sistemas Informáticos (DSI) tem como atribuições gerir o sistema informático, implementar soluções informáticas integradas com as novas tecnologias de informação, operacionalizar a simplificação e otimização dos processos de negócio, dotar o Banco de ferramentas de operação e de gestão modernas e que propiciam a potenciação do negócio, garantir o nível de segurança (confidencialidade, integridade e disponibilidade) dos sistemas e a consistência e coerência da base de dados do Banco.

A DSI faz o alinhamento dos termos da arquitetura de informação e aplicacional (SI), arquitetura tecnológica (TI) e arquitetura de governo das Tecnologias e Sistemas de Informação (TSI). Isso permite trabalhar a informação de forma a responder ao potencial de informatização do negócio, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo BCA e das melhores práticas internacionais de segurança da informação, transparência e proteção de dados.

As principais ações, iniciativas e projetos desenvolvidos pela área de sistemas informáticos em 2021, devidamente alinhadas com o Plano de Modernização de Sistemas de Informação (PMSI) foram as seguintes:

a) Modernização do sistema core

- *Procurement* e negociação para a substituição do *Front End* da Asseco PST pelo novo Portal PFS
- Fecho do *procurement* e negociação para a Implementação de Automatização de Processos de Crédito em WorkFlow Crédito em Contencioso
- Implementação de Swift Tracker

- Fecho do *procurement* e negociação e implementação do Projeto SGDL
- Fecho do *procurement* e negociação para o licenciamento do EAGLE Compliance AML;
- *Upgrade* aplicação Exxis
- Nova Central Risco BCV
- Repositório Único Report CGD
- *Upgrade* da solução de gestão de incidentes (procurement e adjudicação)

b) Modernização da infraestrutura de segurança

- Substituição do parque virtualização: identificação das plataformas e possíveis soluções, fecho do *procurement* e aquisição de equipamentos e do *procurement* Consultoria Serviços Owner Plataformas identificadas e implementação das plataformas em curso.
- Início do *procurement* e negociação para a implementação do Cluster SQL.
- Fecho do *procurement* e negociação para a substituição de Equipamentos de Segurança com implementação em curso.
- Fecho do *procurement* e negociação para a substituição de Equipamentos Infraestrutura Básica Files AD e Exchange com implementação em curso.
- Implementação SOC / Serviços de Monitorização / Centralização Logs.

c) Certificação ISO/IEC 27001

- Projeto de Implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) - Norma ISO/IEC 27001: definição da Segurança Física e Ambiental dos Sistemas de Informação, Política de Criptografia, procedimentos de Auditoria para ações corretivas, preventivas e de melhoria dos Sistemas de Informação, Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação; ferramentas de Análise de Risco (inventário de ativos, *risk assessment* e tratamento de risco) e Indicadores de Segurança da Informação (KPIs); aplicabilidade dos controlos
- Processo contínuo de implementação dos normativos e aumento do âmbito da certificação

d) Implementação de nova arquitetura de rede de comunicação

- Desenho da Nova Arquitetura: levantamento de necessidades e desenho e aprovação da nova topologia.

- *Upgrade Network* BCA: *procurement*, negociação, com implementação em curso a potenciação da nova arquitetura.
- Implementação "Plus" sobre nova Tecnologia/Topologia: fecho da implementação e planificação em curso.

e) Capacitação da DSI

- Capacitação de Quadros da DSI: definição das necessidades e de políticas de formação, planificação e calendarização da formação, capacitação de colaboradores (AgilePM Foundation: focado no entendimento básico da terminologia e abordagem do DSDM Agile Project Framework, PRINCE2 Foundation: método genérico para gestão de projetos).

Meios de pagamento e canais eletrónicos

A gestão e o desenvolvimento da atividade comercial através dos meios de pagamentos eletrónicos e dos canais eletrónicos é assegurada pela Direção de Meios e Canais (DMC) que é um órgão do primeiro nível da estrutura orgânica do BCA formalmente criada em finais do ano de 2010.

Compete à DMC o desenvolvimento de produtos e serviços através de canais não presenciais, bem como a disseminação e aumento da utilização dos meios de pagamento eletrónicos. A Divisão de Meios de Pagamentos (DMP) é responsável pelo negócio dos cartões, sendo que a sua responsabilidade vai desde o acompanhamento e implementação da estratégia do BCA no âmbito dos Meios de Pagamento até às questões operacionais mais básicas de distribuição de Pins e cartões à rede de Balcões. A Divisão de Banca Eletrónica (DBE) é responsável pelo acompanhamento e implementação das estratégias de desenvolvimento tecnológico e da política comercial, que garantam a competitividade do Banco no segmento da Banca Eletrónica.

Durante o ano de 2021, ainda na situação de crise pandémica, a DMC, para além das atividades rotineiras, centrou a sua atuação no respeitante às duas áreas (DMP e DBE), na organização interna, na otimização de circuitos operacionais, no desenvolvimento de soluções mais convenientes para os clientes, no reforço de segurança dos meios e canais eletrónicos, no acompanhamento e no apoio aos clientes (internos e externos).

Nessa ordem de ideia, as atividades mais relevantes desenvolvidas pela DMP durante o ano transato foram as seguintes:

- PIN por SMS/E-mail: o BCA passou a disponibilizar aos clientes o PIN dos cartões Vinti4 através de SMS ou E-mail, contribuindo para a melhoria na segurança do processo de transmissão do código PIN e também do *timing* de entrega dos códigos PIN's e consequentemente dos cartões Vinti4.
- Emissão de Cartões Vinti4 com Chip Contactless: os cartões Vinti4 passaram a incluir o Chip e a possibilitar transações Contactless (pagamento por aproximação do cartão ao terminal), conferindo maior segurança nas transações realizadas com os cartões Vinti4.
- Eliminação do valor máximo diário para pagamentos com cartões Vinti4 na Internet: face à implementação do mecanismo de segurança adicional (OTP) nos pagamentos sem cartão presente (pagamentos na Internet), o BCA eliminou o valor máximo diário de pagamentos na Internet (20.000 Escudos), passando a ser possível aos clientes fazerem pagamentos até ao saldo disponível na conta associada ao cartão;
- Arranque do projeto Carregamento Real Time dos cartões Visa Flex: iniciou-se o desenvolvimento da solução que possibilita o carregamento em Real Time dos cartões Visa Flex, com disponibilização imediata dos fundos carregados no cartão e também com possibilidade dos clientes consultarem os saldos e movimentos do cartão em Real Time, que certamente vão contribuir para a melhoria significativa da qualidade do produto/Cartão pré-pago e responder aos desejos dos utilizadores desse cartão.

A DBE continuou a assegurar a gestão do correio interno ONBOX BCA Direct (Tratamento e produção de mensagens), as regularizações na rede Vinti4, a criação, alteração, reposição e renovação de Contratos Internet Banking, a destruição de chaves de confirmação e o controlo do envio e receção chaves de confirmação.

Além disso, focou o desenvolvimento de atividades/projetos com impacto quer na segurança das operações em ambiente web, quer na satisfação e conveniência dos clientes, mais concretamente:

- Automatização da recolha de contactos telefónico dos clientes;
- *Upgrade* chave de confirmação – obrigatoriedade da alteração à 1ª entrada;
- Envio chave de confirmação por email, com validação através de smstoken - em teste.
- Dinamização *Contact Center* – Reativação do serviço CC com afetação de operadores a tempo inteiro;
- Reformulação de Canais Digitais (Internet Banking, Intranet, Portal Institucional e App Mobile) - Elaboração dos requisitos funcionais e recolha de proposta de fornecedores (Fase de *procurement*).

Assessoria Jurídica

A assessoria jurídica no BCA é uma atribuição do Gabinete de Assessoria Jurídica (GAJ), tendo focado a sua atenção nas seguintes atividades em 2021:

- Coordenação das ações judiciais movidas contra o Banco, preparando e enviando os processos para os advogados constantes da lista de prestadores de serviço na modalidade de mandato, prestando toda a informação jurídica, em estreita colaboração com os órgãos de estrutura competentes;
- Patrocínio e acompanhamento de cerca de 50 processos judiciais, sendo 43 para a recuperação contenciosa de crédito, 2 declarativos e 5 processos crimes instaurados pelo Banco;
- Apoio ao GRE no acompanhamento das ações movidas pelo Banco para a recuperação contenciosa de créditos, e no relacionamento com os advogados externos;
- Emissão de pareceres e informações várias, escritas e orais, solicitadas pela C.E. e demais órgãos de estrutura do Banco, sobre assuntos de diversa natureza;
- Emissão de pareceres sobre alterações legislativas nas diversas áreas;
- Participação em diversos grupos de trabalho no âmbito de projetos em curso;
- Análise de minutas de diversos contratos e respetivos *dossiers*, com o objetivo de assegurar que os interesses do Banco estejam devidamente acautelados;
- Colaboração na assinatura de escrituras, designadamente nos de compra e venda de bens, dação em cumprimento, prestação de serviços, entre outros;
- Colaboração na aquisição judicial de bens e respetiva transferência de propriedade para o Banco;
- Elaboração, uniformização e aperfeiçoamento de minutas de contratos;
- Apoio jurídico na preparação e concretização de processos de negociação com terceiros, nomeadamente, devedores e garantes;
- Intervenção em atos judiciais;
- Entrega e levantamento de peças processuais junto dos Tribunais, bem como levantamento e liquidação de guias e registo dos processos distribuídos aos advogados;
- Elaboração e apresentação de diversos requerimentos nas Conservatórias, Câmaras Municipais, Cartórios Notariais, assim como outros organismos ou entidades, em representação ou no interesse do Banco.

10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

10.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

O Ativo Líquido em 2021 alcançou os 90,4 milhões de contos, o que corresponde a um incremento de 3,4% e 2.947 milhões de escudos em relação ao valor registado em 2020. Para esta evolução contribuíram, entre outros, mas principalmente, a variação positiva de 1.903 milhões de escudos registada na carteira líquida de crédito a cliente, a rúbrica Caixa e Deposito junto do Bancos Central em 697 mil contos e as Aplicações junto de outras Instituições de Créditos em mais 194 mil contos.

Quadro 15 - Balanço

	2020	2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	3.463	4.160	697	*20,1%*
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	715	670	-45	*-6,3%*
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	109	117	8	*7,4%*
Aplicações em Instituições de Crédito	25.492	25.686	194	*0,8%*
Crédito a Clientes Líquido	51.389	53.292	1.903	*3,7%*
Outros Ativos Tangíveis Líquidos	1.825	1.901	76	*4,1%*
Ativos Intangíveis	47	41	-6	*-13,2%*
Propriedade de Investimento	1	1	0	*0,0%*
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	409	454	46	*11,2%*
Ativos por Impostos Correntes	47	164	117	*251,5%*
Ativos por Impostos Diferidos	108	121	13	*12,4%*
Outros Ativos	3.810	3.754	-56	*-1,5%*
Total	**87.414**	**90.362**	**2.947**	***3,4%***
Passivo				
Recursos de Outras Instituições de Créditos	440	674	234	*53,1%*
Recursos de Clientes e Outros Emprésitimos	78.070	79.671	1.601	*2,1%*
Provisões	306	321	14	*4,6%*
Passivos por impostos correntes	280	232	-48	*-17,1%*
Passivos por Impostos Diferidos	15	0	-15	*-100,0%*
Outros Passivos	482	585	102	*21,2%*
Total Passivo	**79.594**	**81.482**	**1.888**	***2,4%***
CAPITAIS PRÓPRIOS	**7.820**	**8.879**	**1.059**	***13,5%***
Dos quais : Resultado Líquido	**1.482**	**1.424**	**-57**	***-3,9%***
TOTAL	**87.414**	**90.362**	**2.947**	***3,4%***

Crédito a Clientes

A Carteira de Crédito a Clientes, líquida de imparidades, atingiu os 53,3 milhões de contos, o que representa uma variação positiva de 1.903 milhões de escudos, isto é, mais 3,7% do valor alcançado no período homólogo. Contribuíram para este incremento tanto a carteira de crédito não titulado,

nomeadamente, a carteira de crédito vivo, que cresceu 728 mil contos, quanto a carteira de crédito titulada que registou ainda um maior crescimento, aproximadamente 7% e 1.185 milhões de escudos. A Imparidade de Crédito, que inclui a imparidade para as obrigações das empresas privadas, atingiu o saldo de 2,8 milhões de contos, correspondendo a um reforço de aproximadamente 45 mil contos ou 1,6% do saldo inicial. O valor registado representa um rácio de cobertura relativamente a carteira de crédito em situação vencida (incluindo obrigações) de 83,6%.

Carteira de Títulos

O saldo da carteira de Aplicações em Títulos, que inclui os Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral, nomeadamente as participações do BCA na Promotora e nas empresas não supervisionadas pelo BCV (Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Sita, Fundo Gari e Visa), rondou 117 mil contos, representando um ganho de aproximadamente 8 mil contos referente à valorização destes ativos.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

A carteira de Recursos de Clientes, incluindo os juros a pagar, apresentou um acréscimo relativamente ao período homólogo de 2,1% e 1.601 milhões de escudos, atingindo um saldo acumulado de cerca de 79,7 milhões de contos. Esta variação na carteira resulta exclusivamente do incremento verificado na carteira de depósito a ordem em mais 2,3 milhões de contos.

Pese embora o aumento verificado nos Recursos de Clientes, o seu peso no ativo líquido do Banco diminuiu em acerca de 1pp, passando para 88%, dado que o valor do ativo líquido registou um maior acréscimo.

Do total da carteira de recursos de clientes, os depósitos de emigrantes representam cerca de 49%. Em 2021 este segmento de depósito registou um aumentou de aproximadamente 614 mil contos em relação ao período homólogo, atingindo o saldo de 38.787 milhões de escudos.

Quadro 16 - Depósitos de Emigrantes

(milhões de CVE)

Rúbricas	2020	2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	9.875	10.920	1.045	10,6%
Depósito Poupança	3.334	3.274	-59	-1,8%
Depósitos a Prazo	24.965	24.593	-371	-1,5%
Total Emigrantes	**38.174**	**38.787**	**614**	**1,6%**
TOTAL DEPOSITOS	**77.800**	**79.423**	**1.623**	**2,1%**
Peso Emigrante/Total	**49,1%**	**48,8%**		

Provisão para Benefícios dos Empregados (incluído na rubrica de provisões)

Nesta rubrica são contabilizados as provisões para despesas de tratamento no exterior do pessoal afeto ao Sistema Privativo de Segurança Social (SPSS). O saldo em 2021 ascende a cerca de 259 milhões de escudos, um reforço de aproximadamente 6 milhões de escudos, referente a variação positiva entre as comparticipações do Banco e dos Trabalhadores e o desvio atuarial, em 19,6 milhões de escudos, 9,9 milhões de escudos e 15,3 milhões de escudos, respetivamente, e as utilizações para os tratamentos dos reformados no exterior, as reposições e anulações que totalizaram 23,6 milhões de escudos e 15,3 milhões de contos.

Quadro 17 - Valor Patrimonial da Provisão para Benefícios aos Empregados

(milhões de CVE)

		Movimento no Periodo					
Rubricas	Valor de dez20	Custos do Banco	Utilização	Reposição e Anulações	Comparticipação dos Trabalhadores	Desvios Actuariais	Valor de dez21
Sistema Privativo Segurança Social	**252 910**	19 671	(23 645)	(15 348)	9 942	15 374	**258 904**

Também, eram ainda contabilizados nesta rubrica as provisões para o Fundo de Pensões, mas este foi transferido para o INPS. Contudo o BCA continua a comparticipar para o referido Fundo de Pensões com 11% da massa salarial dos trabalhadores afetos e que se encontram no ativo. Em 2021 o montante da contribuição foi de 14,9 milhões de escudos, uma redução de 2,7 milhões de escudos face ao período homólogo (17,6 milhões de escudos), por conta da redução do número de trabalhadores no ativo afetos ao fundo.

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram em 13,5% e 1 milhão de contos em 2021, atingindo 8,9 milhões de contos. Esta variação é resultado da incorporação de 75% dos lucros líquidos conseguidos em 2020.

10.2. CONTAS DE RESULTADOS

Quadro 18 - Demonstração de Resultados

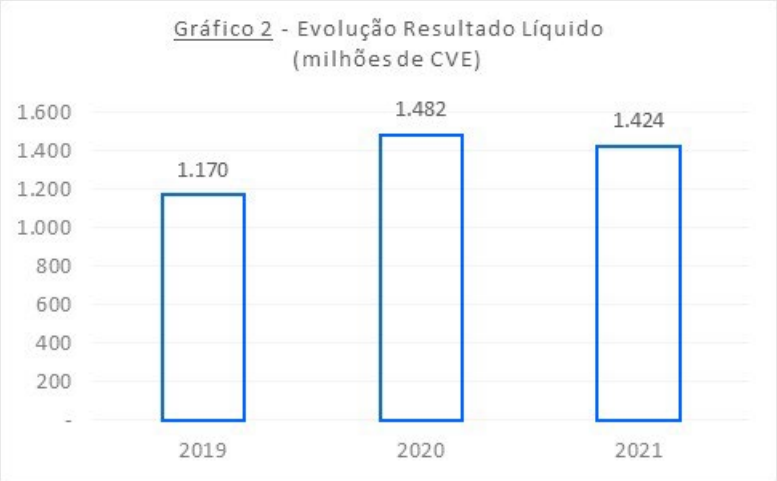
(milhões de CVE)

	2020	2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3 411	3 415	3,8	0,1%
Juros e Encargos Similares	(592)	(487)	105	-17,7%
Margem Financeira	**2 819**	**2 928**	**109**	**3,9%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	2	2	0	2,7%
Rendimentos de Serviços e Comissões	397	432	35	8,8%
Encargos de Serviços e Comissões	(69)	(64)	5	-7,7%
Resultados de Reavaliação Cambial	115	177	62	53,9%
Resultados de Alienação de Outros Ativos	(5)	44	49	-1084,6%
Outros Resultados de Exploração	115	174	59	51,1%
Margem Complementar	**555**	**764**	**210**	**37,9%**
Produto Bancário	**3 374**	**3 692**	**319**	**9,4%**
Custos com Pessoal	1 024	1 016	(7)	-0,7%
Gastos Gerais Administrativos	550	614	64	11,7%
Amortizações do Exercício	174	182	8	4,6%
Custos Operativos	**1 747**	**1 812**	**65**	**3,7%**
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(42)	8	50	-119,5%
Imparidade Líquida de Outros Ativos Financeiros	2	427	426	25215,4%
Resultados de filiais Excluídas de Consolidação	53	73	20	37,0%
Resultados Antes de Impostos	**1 719**	**1 518**	**(202)**	**-11,7%**
Impostos Correntes	200	110	(91)	-45,2%
Passivos fiscais correntes	54	-	(54)	-100,0%
Impostos Diferidos	(17)	(16)	0	-0,8%
Resultado Líquido	**1 482**	**1 424**	**(57)**	**-3,9%**

Resultado Líquido

O resultado líquido em 2021 atingiu os 1.424 milhões de escudos, o que representa um decréscimo, de 57 milhões de escudos, em relação a 2020 (1.482 milhões de escudos).

Contribuíram para este resultado, principalmente, os ganhos angariados tanto na margem financeira (2.928 milhões de escudos) quanto na margem complementar (764 milhões de escudos) que compensaram os custos operativos (1.812 milhões de escudos) e com imparidades (427 milhões de escudos), cujos montantes foram superiores aos registados no período homólogo.



Margem Financeira

A Margem Financeira fixou-se nos 2,9 milhões de contos, o que representou uma variação positiva de 109 mil contos face ao período homólogo. Este resultado deriva da conjugação do incremento dos ganhos com Juros e Rendimentos Similares (cerca de +4 mil contos) e da redução dos Juros e Encargos Similares (cerca de +105 mil contos).

Dos ganhos com Juros e Rendimentos Similares destacam-se, entre outros, o incremento dos juros de créditos a clientes, em cerca de 1,6% (+27,3 mil contos, atingindo os 3,2 milhões de contos) e das comissões recebidas associadas (+1,3 mil contos). Mas, paralelamente verificou-se uma redução nos ganhos com as Aplicações em outras Instituições de Crédito em -16 mil contos e com títulos, principalmente Obrigações do Tesouro, (-5 mil contos), que pese embora a carteira base ter aumentado, a taxa média remuneratória foi menor.

Relativamente aos ganhos alcançados com a redução de Juros e Encargos Similares (+105 mil contos), é o resultado desfasado da redução da taxa de juros dos recursos dos clientes efetuada em 2020 bem como da redução dos depósitos a prazo e poupança.

Margem Complementar

A Margem Complementar também revelou uma boa performance, registando um ganho de 764 mil contos, mais 210 mil contos em relação a 2020. Este resultado é a combinação do aumento dos ganhos verificados em todas as rubricas que compõem esta margem, com destaque para Comissão Líquida (+30 mil contos) [*Rendimentos com Serviços e Comissões (+35* mil contos*) menos Encargos com Serviços e Comissões (-5* mil contos*)*], Resultados de Reavaliação Cambial (+62 mil contos), Resultados de Alienação de Outros Ativos (+49 mil contos), Outros Resultados de Exploração (+59 mil contos).

Produto Bancário

Os ganhos conseguidos tanto na Margem Financeira (+109 mil contos) quanto na Margem Complementar (210 mil contos) traduziram-se no aumento do Produto Bancário em 319 mil contos, que atingiu os 3.692 milhões de escudos em 2021, um crescimento de 9,4% em relação a 2020.

Custos Operativos

Os Custos Operativos, que é o somatório dos Custos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações, registaram um aumento de 3,7% (+65 mil contos) face ao período homólogo, atingindo 1.812 milhões de escudos.

Este aumento é justificado, principalmente, pelo aumento verificado na rubrica Gastos Gerais Administrativos (+ 64 mil contos), uma vez que o decréscimo nos custos com pessoal (-7 mil contos) e o incremento nas amortizações (+8 mil contos) compensaram-se mutuamente.

O incremento nos Gastos Gerais Administrativos (GGA) relativamente a 2020 deve-se ao fato do último ano ter sido atípico. Por causa do Estado de Emergência decretado devido a pandemia de Covid-19, o Banco teve que readaptar-se, colocando em teletrabalho boa parte dos colaboradores, reduzindo a capacidade de execução da sua atividade normal, contribuindo para a diminuição de algumas despesas diretamente associadas ao funcionamento (água, eletricidade, transporte e telefone entre outros). A baixa execução de alguns projetos programados para o ano também contribuíram para a diminuição dos custos em 2020 para níveis abaixo do normal, gerando um efeito base que explica o crescimento

de 2021. Note-se que, comparando os Gastos Gerais e Administrativos de 2021 com o registado antes da pandemia (2019) constata-se uma redução de 30 milhões de escudos (em 2019 o total dos GGA foi de 645 milhões de escudos).

Quadro 19 - Evolução dos Custos Operativos

(milhões de CVE)

RUBRICAS	2020	2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	**1 024**	**1 016**	**-7**	**-0,7%**
Remunerações	833	867	34	4,1%
Encargos Sociais Obrigatórios	147	133	-14	-9,6%
Pensões de Reforma e Sobrevivência	18	0	-18	-100,0%
Encargos Sociais Facultativos e Outros	44	16	-28	-63,6%
Gastos Gerais Administrativos	**550**	**614**	**64**	**11,7%**
Amortizações	**174**	**182**	**8**	**4,6%**
TOTAL CUSTOS OPERATIVOS	**1 747**	**1 812**	**65**	**3,7%**

10.3. ANÁLISE DE RÁCIOS

Os Banco continua a apresentar bons rácios, contudo em 2021 comparativamente a 2020 registou uma ligeira redução de alguns indicadores de rentabilidade. Rentabilidade dos Ativos passou de 1,70% para 1,60% devido principalmente ao incremento registado nos ativos líquidos, cujo resultado líquido não acompanhou na mesma proporção. Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) também registou uma redução, passando para 16%, uma quebra de 2,9pp devido essencialmente ao valor registado nos Capitais Próprios, que tem aumentado nos últimos anos pela incorporação dos lucros dos exercícios quase na totalidade.

O rácio de eficiência – *Cost-to-Income* – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário continua em redução, atingiu os 49,1% no último exercício (contra 51,8% em 2020 e 54,8% em 2019), reflexo do incremento no produto bancário, como resultado dos ganhos alcançados nas margens financeira e complementares.

Nos indicadores de Risco importa salientar o comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento/Crédito Total que tem variado positivamente – em 2019 era 9,9%, em 2020 diminuiu para os 8,4% e agora em 2021 foi de 8,2%, consequência da diminuição da carteira em incumprimento. O rácio de cobertura pela Imparidade sobre Crédito Vencido também tem melhorado, em 2021 foi de

89,9%, um melhoramento de 1,7pp face a 2020, resultado da combinação do reforço da imparidade e da diminuição da carteira vencida.

O rácio de transformação medido pelo Crédito a Clientes relativamente aos Recursos de Clientes, mantem-se praticamente inalterado, fixou-se nos 46,6%, o mesmo valor alcançado em 2020. Pois, pese embora o aumento registado na carteira de crédito, os recursos do cliente também registaram um crescimento.

10.4. RÁCIOS PRUDENCIAIS

Em termos prudenciais o BCA continua a apresentar uma situação bastante sólida. Em 2021 os Fundos Próprios atingiram 8.197 milhões de escudos, o rácio de Cobertura de Imobilizado (364,36%) e o Rácio Solvabilidade (26,47%) continuando muito acima do mínimo legalmente exigido, 100% e 10%[2], respetivamente.

Quadro 20 - Evolução dos Rácios Prudenciais

Rácios	Unidade	2021	2020	2019	Minimo
Fundos Próprios	Milhões CVE	8 197 618	7 140 977	5 553 995	---
Cobertura de Imobilizado	%	364,36%	332,36%	256,22%	100,00%
Rácio de Solvabilidade	%	26,47%	23,67%	19,16%	10,00%

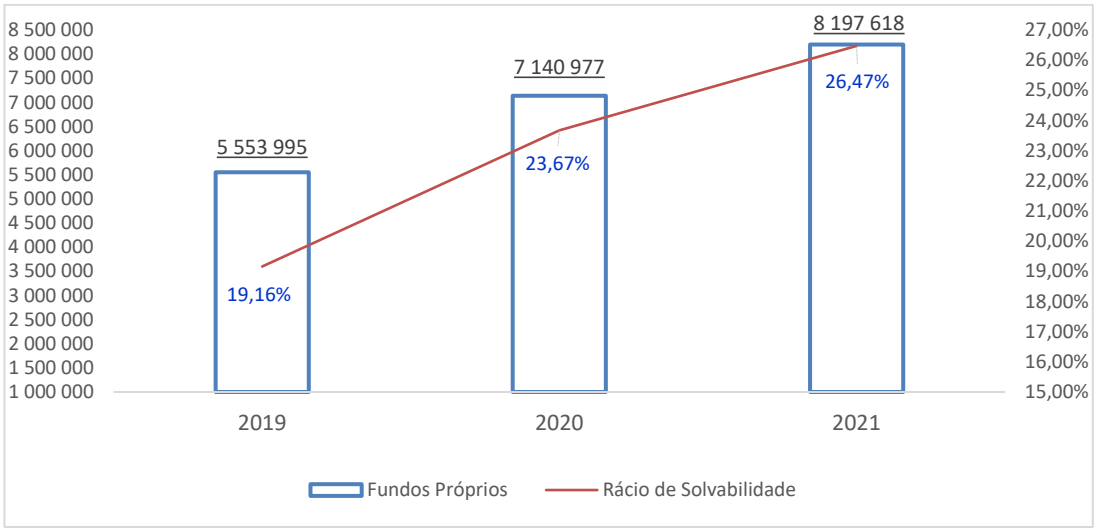
Os Fundos Próprios registaram um aumento de mais de um milhão de contos, resultado da incorporação nas reservas de um percentual considerável dos lucros de 2020 (75%).

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde, atingiu 26,47%, acima do alcançado em 2020 em mais 2,8pp (23,67%), em razão do aumento registado nos Fundos Próprios.

O gráfico seguinte mostra a evolução dos Rácios Prudenciais nos três últimos anos:

[2] O BCV com o objetivo de atenuar o impacto da pandemia provocada pela Covid-19 na economia e no sistema financeiro, adotou algumas medidas prudenciais, de carater excecional e temporária. Entre outras medidas, reduziu o **rácio** de **solvabilidade** dos bancos em dois pontos percentuais até Dezembro de 2021, passando de 12% para **10**%.

Gráfico 3 - Evolução dos Rácios Prudenciais



O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu os 19,30%, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos e Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

O risco de concentração de crédito encontra-se controlado, pois não há nenhum cliente ou grupo de clientes cujo limite de exposição possa ser considerado, no curto prazo, de risco potencial elevado para produzir perdas que impactem significativamente os Fundos Próprios.

11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que no artigo 32.º do Código dos Benefícios fiscais – CBF é expressamente referido que os lucros retidos pelos bancos para reforço dos Fundos Próprios possam ser deduzidos à coleta do Imposto sobre Rendimentos Pessoa Coletiva - IRPC, não podendo em cada exercício exceder 20% da mesma e, dependendo a sua aplicação da constituição de uma reserva especial não distribuível durante um período de 5 (cinco) anos.

Considerando ainda que o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 1.424.163.191$00 (Um bilhão, quatrocentos e vinte e quatro Milhões, cento e sessenta e três Mil, cento e noventa e um Escudos), o Conselho de Administração deliberou propor aos acionistas a seguinte aplicação de resultados:

Resultado Líquido	**1 424 163 191**
Reserva Legal (10%)	142 416 319
Outras Reservas (40%) - Lucros Retidos (código beneficio fiscal)	569 665 276
Distribuição de Resultados (50%)	712 081 595

12. BANCOS CORRESPONDENTES

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA, Lisboa

Banco Português de Investimento SA, Porto

Banco Santander Totta SA, Lisboa

Reino Unido

Bank Of America, N.A. London

Austria

Bank of Austria Creditanstald, Viena

Noruega

DnB NOR Bank ASA, Oslo

Espanha

Banco Sabadell SA TSB, Sabadell

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd., Tokyo

Estados Unidos da América

Bank Of America, N.A. New York

França

Caixa Geral de Depósitos SA, Paris

Itália

Intesa Sanpaolo SPI, Milão

UniCrédito Italiano SPA, Milão

Bélgica

IngBelgium SA/NV, Bruxelas

China

BNU - Banco Nacional Ultramarino (Macau)

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG Zurique

Anexos

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

13. ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados a 31/12/2021

CVE

Descritivo	Valor
Juros e Rendimentos Similares	3.414.613.080
Juros e Encargos Similares	486.876.698
Margem financeira	**2.927.736.382**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1.660.488
Rendimentos com Serviços e Comissões	431.616.397
Encargos com Serviços e Comissões	63.905.842
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-
Resultados de Reavaliação Cambial	176.806.947
Resultados de Alienação de Outros Activos	44.455.969
Outros Resultados de Exploração	173.846.392
Produto Bancário	**3.692.216.733**
Custos com Pessoal	1.016.095.942
Gastos Gerais Administrativos	613.808.012
Amortizações do Exercício	182.024.820
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	8.132.389
Imparidade Out. Activos Financeiros Líquida Reversões/Recuperações	151.620.593
Imparidade Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações	275.628.336
Resultados Filiais excluidas Consolidação, Associadas Empreend. Conjunto	72.620.221
Resultados antes Impostos	**1.517.526.863**
Impostos	93.363.671
Correntes	109.812.623
Passivos fiscais correntes	0
Diferidos	-16.448.952
Resultados Líquido	**1.424.163.192**

A Diretora Contabilidade Gestão Financeira — Maria Fátima Veiga Pires

O Administrador Contabilidade Gestão Financeira — Hernâni Trigueiros

O Presidente da Comissão Executiva — Francisco Santos Silva

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31/12/2021

CVE

Rubricas	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.159.933.475		4.159.933.475
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	670.181.081		670.181.081
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	116.561.372		116.561.372
Aplicações em instituições de crédito	25.685.644.571		25.685.644.571
Créditos a clientes	56.133.870.535	-2.841.403.933	53.292.466.602
Propriedades de investimento	1.529.000	-103.600	1.425.400
Outros activos tangíveis	4.266.112.922	-2.365.047.202	1.901.065.720
Activos intangíveis	423.453.859	-382.660.896	40.792.963
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	454.178.954		454.178.954
Activos por Impostos Correntes	163.934.045		163.934.045
Activos por impostos diferidos	121.381.955		121.381.955
Outros Activos	4.393.393.629	-639.429.222	3.753.964.407
Total de Activos	**96.590.175.397**	**-6.228.644.852**	**90.361.530.545**
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito			674.020.279
Recursos de Clientes e outros empréstimos			79.670.738.278
Provisões Para Beneficios aos empregados e Outros			320.514.008
Passivos por impostos correntes			232.109.966
Outros passivos			584.771.538
Total do Passivo			**81.482.154.069**
Capital			
Capital Social			1.318.522.814
Reservas de reavaliação			60.332.497
Outras reservas e resultados transitados			6.076.357.973
Resultado do exercício			1.424.163.192
Total de Capital			**8.879.376.476**
Total do Passivo + Capital			**90.361.530.545**

A Diretora Contabilidade Gestão Financeira
Maria Fátima Veiga Pires

O Administrador Contabilidade Gestão Financeira
Hernâni Trigueiros

O Presidente da Comissão Executiva
Francisco Santos Silva

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Cost to Income - Custo Operativo /Produto Bancário

Produto Bancário

CVE

Rúbricas	2020	2021	Variação	
			Relativa	Absoluta
Margem Financeira	2 819 083 362	2 927 736 382	3,9%	108 653 020
+ Margem Complementar	554 574 027	764 480 351	37,9%	209 906 324
= Produto Bancário	**3 373 657 388**	**3 692 216 732**	**9,4%**	**318 559 344**

Custo Operativo

CVE

Rúbricas	2020	2021	Variação	
			Relativa	Absoluta
Custo Administrativo	1 573 238 791	1 629 903 954	3,6%	56 665 163
Amortizações	174 053 699	182 024 820	4,6%	7 971 121
= Custo Operativo	**1 747 292 490**	**1 811 928 774**	**3,7%**	**64 636 284**

Cost-to- Income

Rúbricas	2020	2021
Cost to Income	51,8%	49,1%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura

CVE

Rúbricas	2020		2021	
	Valores	%	Valores	%
1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	1 890 444 627 / 36 388 441 239	**5,2%**	1 580 999 392 / 37 105 181 415	**4,3%**
2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes	34 371 736 426 / 36 388 441 239	**94,5%**	35 415 832 052 / 37 105 181 415	**95,4%**
3-Crédito e obrigações Vencidos/Crédito Clientes	3 170 721 108 / 36 388 441 239	**8,7%**	3 159 229 668 / 37 105 181 415	**8,5%**
4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido	2 496 369 742 / 3 044 464 775	**82,0%**	2 533 303 717 / 3 050 879 696	**83,0%**
5-Crédito Clientes/Depósitos	36 388 441 239 / 77 800 475 241	**46,8%**	37 105 181 415 / 79 423 442 443	**46,7%**
6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo	36 388 441 239 / 41 176 819 174	**88,4%**	37 105 181 415 / 40 442 959 521	**91,7%**
7-Crédito Normal/Depósito a Prazo	33 217 720 131 / 41 176 819 174	**80,7%**	33 945 951 008 / 40 442 959 521	**83,9%**
8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo	1 890 444 627 / 41 176 819 174	**4,6%**	1 580 999 392 / 40 442 959 521	**3,9%**
9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo	34 371 736 426 / 41 176 819 174	**83,5%**	35 415 832 052 / 40 442 959 521	**87,6%**
10-Depósito Ordem/Depósitos Totais	36 623 656 068 / 77 800 475 241	**47,1%**	38 980 482 923 / 79 423 442 443	**49,1%**
11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais	41 176 819 174 / 77 800 475 241	**52,9%**	40 442 959 521 / 79 423 442 443	**50,9%**

Rácios de Avaliação de Desempenho

CVE

Rúbricas	2020		2021	
	Valores	%	Valores	%
1-ROE=Resultado Líquido/Capitais Próprios	1 481 638 176 / 7 819 973 399	**18,9%**	1 424 163 191 / 8 879 376 475	**16,0%**
2-ROA=Resultado Líquido/Activo Médio	1 481 638 176 / 87 419 710 545	**1,7%**	1 424 163 191 / 88 890 620 545	**1,6%**
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	1 481 638 176 / 5 142 963 407	**28,8%**	1 424 163 191 / 5 443 843 176	**26,2%**
4-RA = Proveitos/Activo	5 142 963 407 / 87 414 136 529	**5,9%**	5 443 843 176 / 90 361 530 546	**6,0%**
6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo	2 819 083 362 / 87 414 136 529	**3,2%**	2 927 736 382 / 90 361 530 546	**3,2%**

ROE = Rentabilidade dos Capitais Próprios
ROA = Rentabilidade dos Activos
ML = Margem de Lucro
RA = Rotação dos Activos
MF = Margem Financeira

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez

CVE

Rúbricas	2020		2021	
	Valores	%	Valores	%
1-Depósitos Totais/Activo	77 800 475 241	**89,0%**	79 423 442 443	**87,9%**
	87 414 136 528		90 361 530 546	
2-Crédito Clientes / Activo	36 388 441 239	**41,6%**	37 105 181 415	**41,1%**
	87 414 136 528		90 361 530 546	
3-Crédito Curto Prazo / Activo	1 890 444 627	**2,2%**	1 580 999 392	**1,7%**
	87 414 136 528		90 361 530 546	
4-Crédito M.Longo Prazo / Activo	34 371 736 426	**39,3%**	35 415 832 052	**39,2%**
	87 414 136 528		90 361 530 546	
5-Crédito Clientes / Depósitos Totais	36 388 441 239	**46,8%**	37 105 181 415	**46,7%**
	77 800 475 241		79 423 442 443	

Indicadores de Produtividade

Rúbricas	2020		2021	
	Valores	Contos	Valores	Contos
1-Cr. e Depósitos / Nº de Empregados Activo	114 188 916	**253 191**	116 528 624	**266 656**
	451		437	
2-Produto Bancário / Nº de Empregados Activo	3 692 217	**8 187**	3 373 657	**7 720**
	451		437	
3-Crédito e Depósitos / Nº de Balcões	114 188 916	**3 358 498**	116 528 624	**3 427 312**
	34		34	

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

Principais Indicadores	Unidade	2020	2021
1. ROE	%	18,9%	16,0%
2. ROA	%	1,7%	1,6%
3. Cost/income sem Fundo Pensões	%	51,3%	49,1%
4. Volume do Crédito Vencido	Contos	3 170 721	3 159 230
5. Rácio de Solvabilidade	%	23,67%	26,47%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base / Activo Ponderado)	%	25,63%	28,35%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	%	46,8%	46,7%
8. Produtividade por Empregado (Resultado Liquido/Nº Empregados)	Contos	3 285 229	3 258 955
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos) / Nº empregados	Contos	253 191	266 656
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	Contos	8 187	7 720
9. Cobertura do Imobilizado	%	332,36%	364,36%
10. Fundos Próprios	Contos	7 140 977	8 197 618

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2021

Francisco Cary (Apr 20, 2022 17:14 GMT+1)

Presidente do Conselho de Administração **Dr. Francisco Ravara Cary**

Presidente do Conselho Executivo **Dr. Francisco José dos Santos Silva**

Administrador **Dr. João de Deus Pires Asseiro**

Administrador **Dr.ª Herminalda Augusta Fonseca Modesto Rodrigues**

Administrador **Hernâni Lopes Trigueiros**

Administrador **Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás (desde 7 setembro 2021)**

Administrador **Dr.ª Carla Maria Moniz Brigham Gomes**

Administrador **Dr.ª Cristina Maria Neves de Sousa Nobre Leite**

Jorge Freire Cardoso (Apr 19, 2022 16:05 GMT+1)

Administrador **Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso (desde 7 setembro 2021)**

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO ECONÓMICO 2021
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, SA

I. RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do Relatório de Gestão, das Demonstrações Financeiras e do respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (BCA), referentes ao exercício de 2021.

A responsabilidade do Conselho Fiscal, de acordo com as suas competências, é a de apreciar os documentos de prestação de contas, a qualidade e integridade da informação financeira, os procedimentos contabilísticos, o cumprimento das normas legais e estatutárias e elaborar um Relatório sobre a sua atividade fiscalizadora e emitir o Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do Banco e a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

II. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

Assim, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências apreciou o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do BCA e o respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2021, e o correspondente Relatório de Auditoria emitido pela Ernest & Young Audit & Associados - SROC (EY), sem qualquer ênfase ou reserva, os quais mereceram a nossa concordância. Como resultado da apreciação destes documentos o Conselho Fiscal pôde concluir que:

a) O Relatório de Gestão cumpre os requisitos legais e estatutários e espelha, com propriedade, a atividade desenvolvida na prossecução da estratégia e objetivos definidos e apresenta uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Banco se enfrenta;

b) O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como o Anexo às demonstrações financeiras, satisfazem os preceitos legais e estatutários, refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira do Banco tal como consta do Relatório de Auditoria;

c) A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração cumpre igualmente as disposições legais e estatutárias;

Tomando por base a informação constante do relatório e das demonstrações financeiras o Conselho Fiscal destaca ainda os indicadores seguintes.

III. INDICADORES DE GESTÃO

Em termos de Demonstração dos Resultados, o Resultado líquido apurado no exercício de 2021 foi de 1 424 mil contos, apresentando relativamente ao período homólogo, um decréscimo de 57 mil contos (-3.9%). Esse resultado é essencialmente devido ao reforço das Imparidades realizado em 2021, dado o contexto de incerteza e também precaver os impactos do vencimento das moratórias no crédito concedido e reforços de imparidades para alguns bens da carteira de ativos recebidos em dação.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos principais indicadores de "perfomance" ao longo dos últimos três anos:

Quadro 1 – Indicadores de Performance

Indicadores	2019	2020	2021	Variação 2020/2021
Margem Financeira	2 708	2 819	2 928	3,9%
Produto Bancário	3 442	3 374	3 692	9,4%
Resultado Líquido	1 170	1 482	1 424	-3,9%

Unidade: Mil Contos

Comparando o exercício de 2021 com o exercício anterior, verifica-se que o valor da Margem Financeira atingido em 2021 de 2 928 mil contos, corresponde a uma variação positiva de 3,9% (+109 mil contos) relativamente a 2020. Este resultado deriva da evolução positiva dos ganhos com Juros e Rendimentos Similares (aprox. + 4 mil contos), conjugado com a redução dos Juros e Encargos Similares (aprox -105 mil contos).

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO ECONÓMICO 2021
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, SA

Quanto à Margem Complementar, esta também revelou uma boa performance, com um ganho total de 764 mil contos, mais 210 mil contos em relação ao ano 2020. Contribuíram para este resultado, as Comissões Líquidas em aproximadamente +30 mil contos, os Resultados de Reavaliação Cambial em +62 mil contos, os Resultados de Alienação de Outros Ativos em +49 mil contos e, Outros Resultados de Exploração em +59 mil contos.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos principais indicadores de rentabilidade, eficiência e solvabilidade:

Quadro 2 – Indicadores de rentabilidade, eficiência e Solvabilidade

Indicadores	2019	2020	2021
ROA	1,30%	1,70%	1,60%
ROE	18,70%	18,90%	16,00%
Cost to Income	54,80%	51,80%	49,10%
Solvabilidade	19,16%	23,67%	26,47%

O BCA continua a apresentar bons rácios. Contudo importa frisar que em 2021, houve uma ligeira redução de alguns indicadores, nomeadamente dos ROA e ROE. Apesar destas ligeiras reduções nos rácios de rendibilidade, o BCA melhorou a sua performance atingindo em 2021 um Cost to Income de 49,10% e continua a reforçar a sua solidez, atingindo um Rácio de Solvabilidade em 2021 de 26,47%, mais do dobro do mínimo legal (10%).

A situação patrimonial do Banco, apresenta os valores abaixo indicados (mil contos) e as variações percentuais por comparação com o período homólogo:

Ativo Total	**90 362**	**3,4%**
Crédito a Clientes Líquido	**53 292**	**3,7%**
Recursos de Clientes e Out. Empréstimos	**79 671**	**2,1%**
Situação Líquida	**8 879**	**13,5%**

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO ECONÓMICO 2021
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, SA

Em 2021 o Ativo líquido total do BCA atingiu 90 362 mil contos, tendo registado um aumento, de +3,4% (+2 947 mil contos), face ao ano anterior. Em relação à carteira de crédito, importa realçar que o crédito a clientes, líquido de imparidades, atingiu 53 292 mil contos, o que representa uma variação positiva de 1.903 mil contos, isto é, mais 3,7% do valor alcançado no período homólogo. O crédito normal em 2021 aumentou 2,2% e alcançou 33 946 mil de contos. No que se refere ao crédito e juros vencidos praticamente mantiveram-se inalterados com uma variação de -0.4% (-11 mil contos) em relação ao período homólogo de 2020.

Quanto aos recursos de clientes e outros empréstimos apresenta em 31.12.2021 um valor de 79 670 mil contos, registando um aumento de 2,1%, comparando com o ano de 2020. De destacar os depósitos de emigrantes, que atingiram os 38 787 mil contos, e representam 49% do total dos depósitos em 2021, perfazendo +614 mil contos (1,6%) em relação a 2020.

Relativamente aos capitais próprios, estes atingem em 31.12.2021 um total de 8 879 mil contos, registando um aumento de 1 059 mil contos (+13,5%), devido à incorporação de 75% dos lucros líquidos de 2020.

PARECER E PROPOSTAS

Neste contexto, considerando a informação prestada pelo Órgão de Gestão do BCA e a apreciação das contas e demais documentos feita pelo Conselho Fiscal, declaramos que foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização do Banco e que, na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram observadas as normas contabilísticas aplicáveis.

Assim, o Conselho Fiscal é do parecer que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados, todos relativos ao exercício de 2021, cumprem as disposições estatutárias aplicáveis e traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e dos resultados financeiros, pelo que reúnem as condições necessárias para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é do parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

a) Aprove o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2021, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em conta o Relatório de Auditoria, emitido pela SROC, sobre as demonstrações financeiras;

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO ECONÓMICO 2021
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, SA

b) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados;

c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as necessárias conclusões.

O Conselho Fiscal deseja manifestar ao Conselho de Administração e às Direções do Banco o seu maior apreço pela prestimosa colaboração.

Do mesmo modo agradece-se ainda ao Auditor Externo o apoio que prestou.

Cidade da Praia, 26 de Abril de 2022

O Conselho Fiscal

Manuel Lázaro Oliveira de Brito

Presidente

José Emanuel Tavares Moreira

Vogal

Maria da Conceição Landim

Vogal

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria – Complexo Atlântico
Apartamento 305 – 3º andar
Avenida Cidade de Lisboa
Praia – Santiago
Tel: + 238 3561351

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Comercial do Atlântico, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 90.361.531 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 8.879.376 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 1.424.163 milhares de CVE), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2021, o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 2.841.404 milhares de CVE, representando 5% do valor do crédito. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2 c); 7 e 16). A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre a perda esperada nas exposições de	A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2021. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do banco na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão. Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas. Adicionalmente, os efeitos da pandemia Covid-19 poderão não estar totalmente ultrapassados, nem integralmente materializados, sendo ainda incerta a sua extensão total. A pandemia diminuiu, a previsibilidade da evolução da economia, pelo que a determinação dos cenários e ponderações usadas para calcular a perda esperada da carteira de crédito a clientes é mais incerta, aumentando o julgamento inerente à identificação de devedores com aumento significativo do risco de crédito. Neste contexto, o registo da imparidade de crédito deve ponderar os potenciais impactos na qualidade dos ativos. Na Nota 36 são apresentados os impactos e medidas de mitigação Covid-19 adotadas pelo Banco. Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.	► testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expetativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ► seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados. Apreciámos os julgamentos considerados para refletir os impactos da pandemia Covid-19 em devedores ou sectores individuais; ► com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; e v) o teste por amostragem à classificação das operações nos *stages* 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. ► análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2021, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 519.224 milhares de CVE, representando 19,4% do valor daqueles ativos (Notas 13 e 16). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2, g). Periodicamente, o Banco solicita, a peritos avaliadores externos, na sua maioria registados no Banco Central de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade. A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante. Devido à pandemia Covid-19, a incerteza sobre a estimativa do justo valor aumentou devido aos potenciais efeitos (i) no volume e valor das transações de referência de ativos semelhantes e comparáveis, (ii) no alargamento dos prazos para concluir os ativos imobiliários em construção, (iii) aos fluxos de caixa decorrentes de bens arrendados, (iv) às taxas de desconto consideradas, (v) à capacidade de arrendar ativos desocupados e (vi) ao risco de prémio exigido por potenciais investidores. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido; ► testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expetativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ► para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ► análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente

e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

25 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**
Num. de Identificação: BI08539023
Data: 2022.04.25 19:37:46 GMT Daylight Time

CHAVE MÓVEL

Ana Salcedas
Diretora Geral/Partner

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2021 Ativo bruto	2021 Imparidade e amortizações	2021 Ativo líquido	2020 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	4 159 933		4 159 933	3 462 864
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	670 181		670 181	715 189
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5	116 561		116 561	108 553
Aplicações em instituições de crédito	6	25 685 645		25 685 645	25 491 603
Crédito a clientes	7	56 133 871	(2 841 404)	53 292 467	51 389 285
Propriedades de investimento	8	1 529	(104)	1 425	1 425
Outros ativos tangíveis	9	4 266 113	(2 365 047)	1 901 066	1 825 454
Ativos intangíveis	10	423 454	(382 661)	40 793	46 998
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	454 179	-	454 179	408 545
Ativos por impostos correntes	12	163 934	-	163 934	46 639
Ativos por impostos diferidos	12	121 382	-	121 382	108 033
Outros ativos	13	4 393 394	(639 429)	3 753 964	3 809 547
Total de ativos		96 590 175	-6 228 645	90 361 531	87 414 137

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2021	2020
Recursos de outras instituições de crédito	14	674 020	440 254
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	79 670 738	78 069 809
Provisões	16	320 514	306 387
Passivos por impostos correntes	12	232 110	279 833
Passivos por impostos diferidos	12		15 388
Outros passivos	17	584 772	482 492
Total do passivo		81 482 154	79 594 163
Capital	18	1 318 523	1 318 523
Reservas de Justo Valor	19	60 332	42 655
Outras reservas	19	6 027 832	4 928 527
Resultado Transitados	19	48 526	48 631
Resultado do exercício	19	1 424 163	1 481 638
Total do capital próprio		8 879 376	7 819 973
Total do passivo e do capital próprio		90 361 531	87 414 137

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2021	2020
Juros e rendimentos similares	20	3 414 613	3 410 785
Juros e encargos similares	21	(486 877)	(591 702)
MARGEM FINANCEIRA		2 927 736	2 819 083
Rendimentos de instrumentos de capital	22	1 660	1 616
Rendimentos com serviços e comissões	23	431 616	396 764
Encargos com serviços e comissões	23	(63 906)	(69 255)
Resultados de reavaliação cambial	24	176 807	114 912
Resultados de alienação de outros ativos	25	44 456	(4 515)
Outros resultados de exploração	26	173 846	115 051
PRODUTO BANCÁRIO		3 692 217	3 373 657
Custos com pessoal	27	(1 016 096)	(1 023 546)
Gastos gerais administrativos	29	(613 808)	(549 693)
Depreciações e amortizações do exercício	9 e 10	(182 025)	(174 054)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	(8 132)	41 723
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	16	(151 621)	9 023
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	16	(275 628)	(10 710)
Resultados em empresas associadas e filiais mensuradas através do MEP	11	72 620	53 024
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1 517 527	1 719 424
Impostos			
Correntes	12	(109 813)	(254 369)
Diferidos	12	16 449	16 583
		(93 364)	(237 786)
Resultado do Exercício		**1 424 163**	**1 481 638**
Número médio de acções ordinárias emitidas	30	1 324 765	1 324 765
Resultado por Acção	30	1,08	1,12

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

				Outras reservas e resultados transitados					
	Notas	Capital	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	18,19	1 318 523	(55 242)	873 016	2 890 224	48 631	3 811 874	1 170 433	6 245 585
Distribuição do resultado do exercício de 2019:									
Incorporação em reservas				117 043	1 053 390		1 170 433	(1 170 433)	-
Distribuição de Dividendos							-		-
Aquisição de acções próprias							-		-
Rendimento integral do exercício							-		-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			3 982						3 982
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos			93 915		(5 147)		(5 147)		88 768
Transição para a IFRS9									-
Transferência entre rúbricas									-
Resultado líquido do exercício							-	1 481 638	1 481 638
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	18,19	1 318 523	42 655	990 060	3 938 467	48 631	4 977 160	1 481 638	7 819 974
Distribuição do resultado do exercício de 2020:									
Incorporação em reservas				148 163	963 065		1 111 228	(1 111 228)	(0)
Distribuição de Dividendos							-	(370 410)	(370 410)
Aquisição de acções próprias							-		-
Rendimento integral do exercício							-		-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			17 678			(105)	(105)		17 573
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos (reservas Livres)					(15 374)		(15 374)		(15 374)
Transição para a IFRS9							-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					3 450		3 450		3 450
Resultado líquido do exercício							-	1 424 163	1 424 163
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	18,19	1 318 523	60 333	1 138 223	4 889 608	48 526	6 076 359	1 424 163	8 879 377

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2021	2020
Outros rendimentos integrais			
Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos (Nota 2.3)			
Variação ocorrida no exercício	28	(11 924)	(5 147)
Efeito fiscal	12	-	93 915
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Alterações no justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Variação no exercício	19	5 296	5 148
Efeito fiscal	12	12 382	(1 166)
Outros		(105)	
Outros rendimentos integrais		5 649	92 750
Resultado do exercício		1 424 163	1 481 638
Total do rendimento integral do exercício		1 429 812	1 574 388

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		3 796 760	3 806 884
Pagamento de juros e comissões		(552 962)	(775 811)
Recuperação de crédito e juros vencidos		206 083	95 449
Resultados cambiais		176 807	(81 428)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1 586 293)	(1 570 200)
Pagamentos de pensões e assistência médica		(15 863)	(49 453)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		634 066	-
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		(271 381)	(87 890)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		2 387 217	1 337 552
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		(200 197)	(2 892 504)
Créditos sobre clientes		(1 035 294)	(374 108)
Títulos de dívida pública		(989 761)	(319 072)
Outros ativos		(805 431)	(129 045)
		(3 030 683)	(3 714 728)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		234 132	12 222
Recursos de clientes		1 609 075	(707 795)
Outros passivos		51 731	(37 891)
		1 894 938	(733 463)
Caixa líquida das atividades operacionais		1 251 472	(3 110 639)
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		26 987	-
Ativos intangíveis		(19 899)	(13 234)
Outros ativos tangíveis		(231 532)	(101 187)
Dividendos recebidos		1 660	78 626
Caixa líquida das atividades de investimento		(222 784)	(35 795)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Locação Operacional		(6 111)	(5 046)
Outros passivos subordinados		(370 410)	-
Outras Variações CP		(104)	
Caixa líquida das atividades de financiamento		(376 626)	(5 046)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		652 062	(3 151 480)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3,4	4 178 053	7 329 533
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3,4	4 830 114	4 178 053

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de dezembro de 2005, as ações do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas atividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 34 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade individual do BCA. Adicionalmente, as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Abril 2022 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As contas do Banco são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. com sede em Lisboa.

O cenário macroeconómico, em Cabo Verde, foi em 2021 mais animador que 2020, ano em que a economia mundial sofreu uma contração na ordem dos 3%, apesar de continuar ainda marcado pelo impacto das medidas adotadas para conter a propagação do vírus Sars-cov-2 (covid19).

O Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu World Economic Outlook (WEO) Update, de janeiro 2022, estimou um crescimento de 5,9% para a economia global, em 2021.

Para o ano em curso, projeta um crescimento de 4,4%, 0,5 ponto percentual abaixo da projeção anterior (WEO de outubro de 2021), em decorrência principalmente de revisões em baixa nas projeções de crescimento para os Estados Unidos e a China.

No caso dos Estados Unidos, trata-se de um reflexo das perspetivas reduzidas de aprovação do pacote fiscal Build Back Better, da retirada antecipada da acomodação monetária extraordinária e da persistência de ruturas no abastecimento.

No caso da China, a revisão em baixa reflete a contínua retração no setor imobiliário e uma recuperação mais frágil do que se esperava no consumo privado.

O Fundo Monetário prevê uma desaceleração do crescimento global para 3,8% em 2023, 0,2 ponto percentual acima da projeção do WEO de outubro de 2021, refletindo, em grande medida, uma retoma da atividade após a dissipação dos atuais freios ao crescimento.

O FMI alerta contudo que, mesmo enquanto prossegue a recuperação, persiste uma preocupante divergência nas perspetivas para os diferentes países. Segundo as projeções, as economias avançadas devem retornar à tendência pré pandemia este ano, mas várias economias de mercados emergentes e em desenvolvimento devem sofrer perdas expressivas do produto no médio prazo.

Estima que a quantidade de pessoas em situação de pobreza extrema tenha sido cerca de 70 milhões a mais em 2021 em relação à tendência pré-pandemia, o que representa um retrocesso de vários anos na redução da pobreza. O FMI alerta para o fato das previsões estarem sujeitas a grande incerteza, e os riscos em geral tenderem para o lado negativo. O surgimento de variantes

mais letais poderia prolongar a crise. A estratégia de "Covid zero" da China poderia exacerbar as ruturas globais no abastecimento, e se as tensões financeiras no setor imobiliário do país se propagassem para o conjunto da economia as ramificações seriam sentidas em grande escala.

Aumentos inesperados da inflação nos Estados Unidos poderiam instigar um aperto monetário agressivo da Reserva Federal e condições financeiras globais bem mais restritivas. O acirramento de tensões geopolíticas e agitações sociais também criam riscos para as perspetivas.

A nível nacional, o Governo de Cabo Verde determinou um pacote de medidas, visando a mitigação do impacto da pandemia na economia, onde se destaca a concessão de uma moratória legal e a celebração de um acordo tripartido (entre o Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Finanças, os sete Bancos Comerciais que operam no país e as instituições do ecossistema de financiamento à economia) para financiamento às empresas.

Em consonância com a medida de prorrogação das moratórias públicas, exclusivamente de capital, por parte do Governo, até setembro de 2022, o Banco de Cabo Verde decidiu, manter, por igual período, as medidas prudenciais atualmente em vigor, nas seguintes condições:

I. No que tange aos requisitos de capital, a manutenção do rácio de adequação de fundos próprios totais num nível mínimo de 10%. De notar que a manutenção desta medida representa uma maior margem para os bancos continuarem a financiar projetos viáveis e, assim, contribuírem para a retoma da economia nacional;
II. Suspensão da dedução dos valores dos bens recebidos, no período de 2013 a 2016, em reembolso de crédito próprio (dação em cumprimento), igualmente com impacto positivo ao nível da capacidade de financiamento por parte dos bancos;
III. Para os créditos que ainda se mantêm em regime de moratória pública, enquanto durar a medida, a possibilidade de não serem classificados de forma automática como "crédito reestruturado" ou em "default", sem impacto nos indicadores prudenciais e financeiros das instituições de crédito;
IV. Permite-se temporária e excecionalmente que, num período de seis meses, os bancos não façam a classificação como "crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente" de operações de crédito cujo o reembolso do capital iniciou a 1 de abril e nas situações em que os clientes solicitam a reestruturação e/ou renegociação de dívida, desde que na avaliação da instituição de crédito haja perspetiva de viabilidade económico – financeira da entidade beneficiária.

Em termos da evolução do PIB, o Governo de Cabo Verde, na Proposta do Orçamento do Estado para 2022, estimou um crescimento entre [6,5% - 7,5%], para 2021, depois de em 2020 a economia nacional ter contraído 14,8%. Para 2022 projetou crescimento no intervalo de [3,5% - 6%].
Já o FMI e o Banco Mundial preveem que o crescimento da economia cabo-verdiana, em 2022, atinja os 6,5% e 5,2%, respetivamente.

Em face deste contexto, as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021, refletem a melhor avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos potenciais efeitos financeiros decorrentes desta pandemia, incluindo no que à valorização dos seus ativos e à mensuração das perdas esperadas na carteira de crédito, os quais não deixarão de ser sujeitos a monitorização e revisão contínua ao longo deste período. Os principais impactos desta situação na componente de mensuração do risco de crédito são apresentados em maior detalhe na Nota 36 – "Impactos e medidas de mitigação Covid-19".

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os

princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com as de 31 de dezembro de 2020

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais do Banco e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em escudos de Cabo Verde, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As transações em moedas diferentes do escudo de Cabo Verde são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por valores não monetários, tal como ações, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cujas variações de justo valor são registadas em capital próprio.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como instrumentos de capital relativamente aos quais tenha sido exercida a opção de classificação ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, que são registadas diretamente em “Outras reservas”.

Nos exercícios de 2021 e 2020, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o câmbio médio de divisas face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2021	2020
1 USD	97,554	89,785

c) Ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 24 de julho de 2014 a Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” que veio substituir a IAS 39 - “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, para exercícios económicos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2018.
Os requisitos da norma foram aplicados retrospetivamente, mediante ajustamento dos valores de balanço a 1 de janeiro de 2018.
O BCA aplicou a exceção que permite a não reexpressão da informação financeira

comparativa de períodos anteriores. Adicionalmente, o enquadramento do modelo de negócio, assim como a designação e/ou revogação prévia de certos ativos financeiros em classes de mensuração ao justo valor por contrapartida de resultados, ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (por instrumentos de capital que não de negociação), foi realizada por referência nos factos e circunstâncias existentes à data da aplicação inicial da mesma.

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. O Banco não tem ativos de "trading" ou outros ativos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na IFRS 9:

a) Ativos Financeiros ao Custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio da entidade e das características dos cash flows contratuais do instrumento financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

O BCA classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num portfolio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os cash flows contratuais e estes cash flows possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

Por outro lado, o BCA classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral quando este seja incluído num portfolio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos cash flows contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI.

No entanto, no momento do reconhecimento inicial o BCA pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo justo valor através de outro rendimento integral um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constitua uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3.

O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, o BCA considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiro, nomeadamente:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão do BCA; e
- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos;

Conforme referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos cash flows contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI).

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e Rendimentos Similares, se cobrados no mesmo exercício ou na rubrica "Outros Resultados de Exploração", se cobrados no exercícios posteriores.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração". Assim, o abate de créditos só ocorre após (i) ter sido exigido o vencimento da totalidade do crédito; (ii) terem sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados; e (iii) as expectativas de recuperação de crédito sejam muito reduzidas, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total.

b) <u>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</u>

Os ativos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral são valorizados ao justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) se cumprir, simultaneamente, com as características seguintes e não for designado ao FVTPL por opção (utilização da Fair Value Option):

• O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro (HTC and Sell – Held to collect and Sell); e os fluxos de caixa contratuais

ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida da rubrica "Reservas de justo valor".

Atualmente a rubrica de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apenas contém Instrumentos de capital.

No âmbito da IFRS 9, não é reconhecida imparidade em instrumentos de capital registados ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos/perdas acumuladas na reserva de justo valor transferidos para Resultados transitados no momento da alienação.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode irrevogavelmente designá-lo ao FVOCI. Esta designação é efetuada numa base casuística, investimento a investimento. Esta opção está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A e 16D da IAS 32.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

d) Compensação de Instrumentos Financeiros

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do BCA, assim como em caso de default, falência ou insolvência do Grupo ou da contraparte.

e) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco:

- Stage 1 – Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Stage 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- Stage 3 - Ativos em imparidade (ativos em default).

Dependendo da classificação do stage da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em stage 1; e,
- Perdas esperadas lifetime: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais.

A observação de um aumento significativo do risco de crédito (Significant Increase in Credit Risk - SICR) desde o reconhecimento inicial, é efetuada de acordo com os seguintes indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Inexistência de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efetua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 30.000 ou de 15.000 com atrasos superiores a 90 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Estes ativos encontram-se em stage 3 quando i) se verifica evidência objetiva de imparidade que resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, e ii) quando esse evento (ou eventos) produza

impactos ao nível dos fluxos de caixa futuros destes instrumentos, os quais podem ser razoavelmente estimados.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Setor Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, a imparidade ou deriva da análise individual ou coletiva.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

No âmbito da implementação da norma IFRS 9, foi definida uma abordagem metodológica para apuramento de imparidade para a carteira de dívida soberana do Grupo CGD (carteira titulada e crédito concedido). Em síntese apresenta-se os pressupostos do Modelo de Imparidade Dívida Soberana:

- Aplicar parâmetros de Risco Externo (fonte: Moody's) - Probabilidade de Default (PD):
- Para exposições diretas a risco Soberano (exemplo: obrigações do Tesouro e Crédito) e no stage 1, aplica-se a PD correspondente ao upgrade de um nível de rating, desde que sejam observáveis informações externas com perspetivas económicas positivas e que o outlook do rating não seja negativo;
- Para exposições indiretas ao Soberano em stage 1 (exemplo: empresas com aval do Estado) será aplicada a PD 12 Meses do rating do Pais do Soberano;
- Operações classificadas em stage 2 e 3, aplica-se a PD Life Time ajustada à maturidade residual da notação externa atribuída ao Estado com base nas default rates acumuladas de uma agência de rating.
- Utilização da LGD de 45% (regulamentar);

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Conforme referido na Nota 2.2. c), os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor”.

f) Passivos financeiros

O Banco classifica os seus instrumentos financeiros enquanto passivos financeiros quanto existe uma obrigação contratual para que a sua liquidação seja realizada mediante a entrega de dinheiro, ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

Os passivos financeiros são valorizados subsequentemente pelo custo amortizado sendo os juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, a mesma é desreconhecida do Balanço sendo o diferencial entre o valor contabilístico do mesmo e o valor de recompra reconhecido em resultados do período.

g) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Em 2021, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, foram registados seguindo as duas políticas:

1. De Janeiro a Setembro de 2021, os bens adjudicados foram registados pelo menor entre valor de arrematação e o valor de avaliação;
2. A partir de Outubro de 2021, data em que foi aprovada a norma corporativa referente a IFRS 5, os ativos executados e os ativos recebidos em dação passaram a ser valorizados pelo valor mais baixo de entre:
    - O montante transitado dos ativos financeiros aplicado, tratando como garantias os ativos executados e ativos recebidos em dação em pagamento;
    - O justo valor do ativo arrematado deduzido dos custos a incorrer na venda.

    Assim, de forma a garantir o cumprimento das regras contabilísticas em vigor no tratamento destes ativos, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos serão valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o valor de arrematação e o valor de balanço, líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associado(s).
    Em geral, as seguintes condições devem ser atendidas para que um ativo seja classificado como mantido para venda:
    - A gestão está comprometida com um plano de venda;
    - O ativo está disponível para venda imediata;
    - Um programa ativo para localizar um comprador é iniciado;
    - A venda é altamente provável, dentro de 12 meses de classificação como mantido para venda (sujeito a exceções limitadas);
    - O ativo está sendo ativamente comercializado para venda a um preço de venda razoável em relação ao seu valor justo;
    - As ações necessárias para completar o plano indicam que é improvável que o plano seja significativamente alterado ou retirado.

Estes ativos não são amortizados, sendo que de três em três anos, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos.
Caso o valor de avaliação, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira. Quando o valor contabilístico dos ativos não correntes corresponde ao justo valor menos custos de venda, o nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados na rubrica "Outros resultados de exploração".

h) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, sendo incluídos na sua valorização os custos de transação diretamente relacionados e incorridos com a sua aquisição. As propriedades de investimento não são depreciadas, sendo subsequentemente valorizadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração".

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

i) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Para os bens adquiridos a partir de 2015 as taxas aplicadas são as constantes da tabela fixada pelo Boletim Oficial nº 52 de 28 Agosto 2015, nomeadamente:

	Anos de vida útil
Imóveis Serviço próprio	33
Material Transporte	3 e 7
Equipamento Informático	3
Equipamento Segurança	3 e 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como

locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedades de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso, calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida, e o justo valor menos custos estimados de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, até ao limite de valor que o ativo teria, caso nunca lhe tivessem sido imputadas perdas de imparidade.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

j) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a entidade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

k) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas controladas ("filiais/subsidiárias"). Subsidiárias são todas as entidades (incluído as entidades estruturadas) sobre as quais o Banco tem controlo. O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividade

relevantes da entidade. A rubrica inclui ainda empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas/subsidiárias.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Banco é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nas filiais e associadas, este reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Banco e as suas filiais e associadas são eliminados na proporção do interesse do Banco nestas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas das filiais e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Banco.

l) Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, com base nas regras fiscais em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor. Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos ao reconhecimento inicial de goodwil e de

diferenças temporárias que não resultem de concentrações de atividades empresariais, e que não tenham sido originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao registo de responsabilidades com benefícios dos empregados e à valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

m) Provisões e passivos contingentes

Esta rubrica do passivo engloba as provisões constituídas para fazer face a riscos associados a processos judiciais, com base na avaliação da probabilidade de condenação indicada pelos advogados que acompanham os processos. Assim sendo, uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

O Banco reconhece uma provisão para contratos onerosos, na data em que, para o contrato em curso, se determine que o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados. Esta análise é efetuada contrato a contrato de acordo com a informação prestada pelos responsáveis dos projetos.

O Banco reconhece uma provisão, sempre que tenha assumido a obrigação de restituir locais arrendados a terceiros, nos quais efetuou obras ou implantou ativos, de acordo com as condições em que estes se encontravam à data do início do contrato de arrendamento. A provisão é calculada com base na estimativa dos custos a suportar com o desmantelamento, e o período em que se estima a sua realização, considerando o prazo de arrendamento negociado.

Os reforços e reversões de provisões relacionados com processos judiciais são registados nas rubricas "Provisões líquidas de reposições e anulações".

n) Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

o) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em agosto de 2019, na sequência do acordo tripartido assinado entre o Estado, o INPS e o BCA, o Sistema Privativo de Segurança Social do BCA- SPSS foi transferido para o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS por contrapartida dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMFs, deixando o BCA de ter quaisquer responsabilidades adicionais com o fundo de pensões de reforma e sobrevivência desses trabalhadores.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respetivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal).

O Banco não tinha responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efetivo a partir de julho de 1998, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários, para os empregados que passaram ao quadro efetivo até junho de 1998. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respetivamente, da massa salarial.

As responsabilidades definidas com base na avaliação atuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 16).

O custo do exercício com encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros é refletido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Banco cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. O Banco reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual o Banco deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Banco reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

p) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em rendimentos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

q) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito", correspondendo a instrumentos financeiros imediatamente mobilizáveis, ou com maturidades iguais ou inferior a 3 meses, e com risco de variação de justo valor reduzido.

s) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de capital próprio.

t) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

u) Segmentos Operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

-Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

-Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

-Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.

-Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.

-Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

-Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

v) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

a) Determinação de perdas por imparidade em crédito a clientes e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. e). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação. A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia implicar o

reconhecimento de perdas de imparidade, que não as que se encontram atualmente contabilizadas.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia, apresentada, na Nota 16 permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS9.

b) Valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objetiva de valorização, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser desreconhecidas.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de valorização pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de desvalorização nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IFRS9 (ver Nota 2.2. e).

De acordo com a IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c), em conformidade com a IFRS 13 – justo Valor. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver Nota 5).

c) Valorizações de imóveis

A valorização dos imóveis registados na rubrica de Outros Ativos – Bens Arrematados considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

d) Benefícios dos empregados – Plano de saúde

Conforme referido na Nota 2.2. o), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis (ver Nota 29).

e) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a

existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
Os impostos diferidos ativos são desreconhecidos na medida em que se prevê a existência de resultados tributáveis futuros. Tantos os impostos diferidos ativos como os impostos diferidos passivos são calculados com base na legislação fiscal Cabo-Verdiana – alterações na interpretação que a Gestão realiza sobre esta legislação podem influenciar os impostos diferidos reconhecidos nas contas do Banco.

f) Pandemia Covid-19

O cenário macroeconómico em 2021 foi mais animador que 2020, ano em que a economia mundial sofreu uma contração na ordem dos 3%, apesar de continuar ainda marcado pelo impacto das medidas adotadas para conter a propagação do vírus Sars-cov-2 (covid19).
O Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu World Economic Outlook (WEO) Update, de janeiro 2022, estimou um crescimento de 5,9% para a economia global, em 2021.
Para o ano em curso, projeta um crescimento de 4,4%, 0,5 ponto percentual abaixo da projeção anterior (WEO de outubro de 2021), em decorrência principalmente de revisões em baixa nas projeções de crescimento para os Estados Unidos e a China.
No caso dos Estados Unidos, trata-se de um reflexo das perspetivas reduzidas de aprovação do pacote fiscal Build Back Better, da retirada antecipada da acomodação monetária extraordinária e da persistência de ruturas no abastecimento.
No caso da China, a revisão em baixa reflete a contínua retração no setor imobiliário e uma recuperação mais frágil do que se esperava no consumo privado.
O Fundo Monetário prevê uma desaceleração do crescimento global para 3,8% em 2023, 0,2 ponto percentual acima da projeção do WEO de outubro de 2021, refletindo, em grande medida, uma retoma da atividade após a dissipação dos atuais freios ao crescimento.
O FMI alerta contudo que, mesmo enquanto prossegue a recuperação, persiste uma preocupante divergência nas perspetivas para os diferentes países. Segundo as projeções, as economias avançadas devem retornar à tendência pré pandemia este ano, mas várias economias de mercados emergentes e em desenvolvimento devem sofrer perdas expressivas do produto no médio prazo.
Estima que a quantidade de pessoas em situação de pobreza extrema tenha sido cerca de 70 milhões a mais em 2021 em relação à tendência pré-pandemia, o que representa um retrocesso de vários anos na redução da pobreza.
O FMI alerta para o fato das previsões estarem sujeitas a grande incerteza, e os riscos em geral tenderem para o lado negativo. O surgimento de variantes mais letais poderia prolongar a crise. A estratégia de “Covid zero” da China poderia exacerbar as ruturas globais no abastecimento, e se as tensões financeiras no setor imobiliário do país se propagassem para o conjunto da economia as ramificações seriam sentidas em grande escala. Aumentos inesperados da inflação nos Estados Unidos poderiam instigar um

aperto monetário agressivo da Reserva Federal e condições financeiras globais bem mais restritivas. O acirramento de tensões geopolíticas e agitações sociais também criam riscos para as perspetivas.

A nível nacional, o Governo de Cabo Verde determinou um pacote de medidas, visando a mitigação do impacto da pandemia na economia, onde se destaca a concessão de uma moratória legal e a celebração de um acordo tripartido (entre o Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Finanças, os sete Bancos Comerciais que operam no país e as instituições do ecossistema de financiamento à economia) para financiamento às empresas.

Em termos da evolução do PIB, o Governo de Cabo Verde, na Proposta do Orçamento do Estado para 2022, estimou um crescimento entre [6,5% - 7,5%], para 2021, depois de em 2020 a economia nacional ter contraído 14,8%. Para 2022 projetou crescimento no intervalo de [3,5% - 6%].

Já o FMI e o Banco Mundial preveem que o crescimento da economia cabo-verdiana, em 2022, atinja os 6,5% e 5,2%, respetivamente.

Em face deste contexto, as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021, refletem a melhor avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos potenciais efeitos financeiros decorrentes desta pandemia, incluindo no que à valorização dos seus ativos e à mensuração das perdas esperadas na carteira de crédito, os quais não deixarão de ser sujeitos a monitorização e revisão contínua ao longo deste período. Os principais impactos desta situação na componente de mensuração do risco de crédito são apresentados em maior detalhe na Nota 36 – "Impactos e medidas de mitigação Covid-19".

w) Resultados por ação – básico e diluídos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

y) Locações

A IFRS 16 – "Locações" estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, mensuração, à apresentação e à divulgação dos contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações.

Locador

As locações continuam a ser classificadas locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente.

Locatário

A norma define um único molde de contabilização de contratos de locação, que emerge no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo de locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, sendo que nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

Na data de entrada em vigor de um contrato de locação, o locatário mensura o ativo sob direito de uso pelo seu custo. O custo do ativo inclui: i) o montante de mensuração inicial do passivo de locação; ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados na data da entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos e, iii) uma estimativa dos custos a serem suportados pelo locatário com o desmantelamento e a remoção do ativo subjacente.
Após essa data, o locatário mensura o ativo sob direito de uso pelo custo: i) depois de deduzidas as depreciações e as perdas por imparidade acumuladas; e ii) depois de ajustado em função de uma eventual remensuração do passivo de locação.

A depreciação dos ativos sob direito de uso é efetuada de acordo com os requisitos previstos na IAS 16 – "Ativos Tangíveis". Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente para o locatário no fim do prazo da locação, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o locatário ir exercer uma opção de compra, o locatário deve depreciar o ativo sob direito de uso desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. Caso contrário, o locatário deve depreciar o ativo sob direito de uso desde a data de entrada em vigor até à data de termo da vida útil do ativo sob direito de uso, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja inferior.

À data de entrada em vigor, o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. Os pagamentos de locação devem ser descontados à taxa de juro implícita na locação, se essa taxa puder ser facilmente determinada. Se a taxa não puder ser facilmente determinada, o locatário deve utilizar a taxa incremental de financiamento do locatário.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem os seguintes pagamentos pelo direito de usar o ativo subjacente durante o prazo de locação que não tenham sido efetuados nessa data: i) os pagamentos fixos (incluindo os pagamentos fixos em substância descritos no parágrafo B42) da IFRS 16, deduzidos os incentivos à locação a receber; ii) os pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de entrada em vigor; ii) as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual; iii) o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e iv) os pagamentos de sanções por rescisão e locação quando aplicável.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo da locação: i) aumentando a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados; e iii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Caixa		
. Moeda nacional	532.757	530.637
. Moeda estrangeira	717.288	250.262
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	2.909.888	2.681.966
	4.159.933	3.462.864

A rubrica Caixa – Moeda estrangeira, foi alvo de um aumento relevante, em cerca de 467.000cts, justificado maioritariamente pelo stock de euro e dólar, relativamente ao ano anterior, aumentaram em 285.435cts e 150.267cts, respetivamente, tendo em conta que 2020 foi um na atipico.

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 10% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes, emigrantes e não residentes. A partir de 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2021 e 2020, estes depósitos não foram remunerados. A partir de 01 de janeiro de 2018 estas disponibilidades passaram a corresponder a 13% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Devido a pandemia da Covid19, umas das medidas do BCV recaiu sobre a alteração da taxa para 10% a partir de abril de 2020.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	262.558	364.425
. Unicredito Italiano SpA	-	5.029
. Outras	320.564	293.273
	583.122	662.727
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	60.981	40.255
Sobre o estrangeiro	26.078	12.206
	87.059	52.461
	670.181	715.189

Nos exercícios de 2021 e 2020, estes depósitos não foram remunerados.

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do mês seguinte.

Em termos de rating do país, considerando as classificações da agência Fitch os correspondentes encontram-se classificadas como Investimento (Credit Rating de AAA até BBB).

De notar que a CGD, onde constata-se maior exposição, foi recentemente (março 2022) classificada como Investimento, afirmado na melhoria da qualidade de ativos mesmo durante o período pandémico, a resiliência da rendibilidade assente na liderança de mercado e fortes níveis de eficiência e os melhores rácios de capital.

5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Instrumentos de capital	116.561	108.553
	116.561	108.553

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

			2021			2020		
Título	% de participação	Custo de aquisição	Reserva de Justo Valor (Nota 19)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva por Imposto Diferido (Nota 19)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor (Nota 19)	Reserva por Imposto Diferido (Nota 19)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Visa International Service Association	n.d.	1.313	37.073	38.057	-	35.127	36.855	(8.270)
A Promotora, Sociedade Capital de Risco CV, S.A.R.L.	11,11%	50.000		50.000	-	50.000		(2.433)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,65%	10.134	6.602	16.736	-	15.315	5.181	(1.163)
Fundo G.A.R.I.	0,19%	4.203		4.203	-	4.203		-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,63%	1.750	5.816	7.566	-	3.909	2.159	(516)
		67.399	49.491	116.561	-	108.553	44.195	(12.382)

A reavaliação anual de ações, nomeadamente SCT- Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, VISA, Fundo Gari e SITA, foram enquadradas na norma sobre Politica de Avaliação de Posições Próprias em Títulos e Derivados reconhecidos ao Justo Valor, onde se incluiu a reavaliação das participações com base nas informações observáveis no mercado.
No caso em específico da SCT – Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, em função de alguns argumentos, nomeadamente a expetativa de prorrogação por mais 5 anos do regime de monopólio, ainda que o mesmo tenha terminado a empresa continua a operar em iguais condições, o desafio ao justo valor da participada resultou numa valorização, com aumento do preço por ação.
A informação referente aos dividendos obtidos com os instrumentos financeiros que se encontram valorizados de acordo com o justo valor através de outro rendimento integral encontra-se na “Nota 22”.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	2.652.000	1.733.000
- Aplicações a muito curto prazo	22.500.000	23.000.000
	25.152.000	24.733.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	487.770	718.280
. Contas caução		
- Outras instituições de crédito no exterior	47.228	41.240
	534.998	759.520
Juros a receber	36	123
Proveitos diferidos	(1.389)	(1.039)
	25.685.645	25.491.603

Esta rubrica incluí uma caução junto da VISA, sendo de mCve 47.228 em 2021 e mCve 41.240 em 2020.
No último mês de 2021, passados dois anos após o surgimento da Covid-19, a economia mundial ainda se encontra num ambiente de riscos e incertezas consideráveis, mas já se fez sentir um ambiente encorajador onde se verifica que a produção em muitos países se recuperou durante o ano. Em dezembro, Cabo Verde registou uma subida significativa do número de casos de Covid-19 devido à entrada da variante Ómicron, o que afetou o nível de confiança dos consumidores e investidores e fez com que o país voltasse para o estado de contingência

Não obstante, registou-se evolução positiva das transações comerciais em Moeda Estrangeira apresentando maiores disponibilidades nos Correspondentes. De frisar que as aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro, realizadas na CGD, representam as aplicações efetuadas e que estiveram em carteira, sendo que em Dezembro constaram aplicações que totalizaram um montante de 5,0MUSD, registando uma diminuição face ao período homólogo de dezembro de 2020 (8MUSD), beneficiando de taxas mais baixas em 2021 (0,11% face ao 0,17% média de dez2020).

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Crédito interno a curto prazo:		
. Créditos em conta corrente	937.511	890.931
. Descobertos em depósitos à ordem	70.921	84.855
. Cartões de crédito	123.364	109.793
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	31.051.962	30.380.802
Crédito externo a curto prazo:		
. Descobertos em depósitos à ordem	368	419
. Cartões de crédito	3.145	3.589
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	220.929	228.174
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3.471.369	3.292.823
Crédito ao pessoal	1.537.750	1.519.158
	37.417.320	36.510.543
Juros a receber	185.101	120.231
Comissões e outros proveitos diferidos	(247.897)	(231.102)
Custos diferidos	1.270	1.415
Crédito e juros vencidos	3.159.230	3.170.721
	40.515.022	39.571.808
Imparidade de crédito a clientes (Nota 16)	(2.841.404)	(2.796.221)
	37.673.618	36.775.587
Títulos da Dívida Pública		
Valor Nominal	15.452.568	14.445.685
Juros a receber	166.280	168.013
	15.618.848	14.613.698
	53.292.467	51.389.285

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) ” reflete o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c) i) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2021	2020	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	982.727	982.727	14/06/2025
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche F	318.976	318.976	27/07/2026
Câmara Municipal da Praia	192.809	214.232	23/07/2030
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	149.253	149.253	25/08/2027
Câmara Municipal do Sal	46.580	58.225	15/07/2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	66.569	66.569	18/02/2017
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	41.781	59.687	31/07/2024
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche G	94.253	111.190	06/01/2023
ANMCV - Associação Nacional Municipio Cabo Verde	228.551	-	12/11/2026
	3.579.719	3.419.079	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde.
Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações emitidas pela Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se em incumprimento com o pagamento de cupões de juros desde agosto de 2013. Relativamente à emitente SOGEI, foi apresentado e aprovado em reunião dos Obrigacionista, de 22 outubro de 2019, um projeto da conversão das obrigações em unidades de participação de um Fundo de Investimento Imobiliário, fechado e de subscrição particular, mas não teve outros desenvolvimentos.
Em 31 de dezembro de 2021, o empréstimo obrigacionista de Cabo Verde Fast Ferry, SA (CVFF), com maturidade para 2024, tinha em dívida o pagamento dos cupões 11º.12º e 13º, antes da restruturação (de 2016) e 15º, 18º, 24º e 25º, depois da reestruturação. Ademais acrescenta-se que liquidou o capital referente à 1ª e 2ª amortização de 2020, estando em dívida a 3ª e 4ª amortização, pese embora em Janeiro 2021, numa concertação entre os principais subscritores e a Representante Comum de Obrigacionistas da CVFF houve um compromisso da emitente de pagamento de próximos cupões, trabalhar e consensualizar com a Representante Comum de Obrigacionista uma proposta de um plano de regularização que regularize a partir do cupão previsto para Julho 2021. Todavia a entidade não se encontra a cumprir com o compromisso assumido.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as obrigações com aval do Estado de Cabo Verde ascendem a mCve. e 2.854.176 e 2.871.113, respetivamente. O crédito vivo com Aval do Estado ascende em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a mCVe 1.087.431 e 1.026.350 e os com carta conforto do Estado ascende a mCve 72.198 e 25.037 respetivamente.

A análise dos prazos residuais encontra-se na Nota 34 (divulgações relativas a instrumentos financeiros).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o crédito bruto concedido a clientes, incluindo crédito e juros vencidos e excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados”, dívida Pública, juros corridos, comissão e custos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	31.12.2021								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			-	134.632.358	3.537.931	138.170.289	134.632.358	3.537.931	138.170.289
Pesca			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas			-			-	-	-	-
Extracção de produtos energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras			-	928.294.812	52.095.270	980.390.082	928.294.812	52.095.270	980.390.082
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco			-			-	-	-	-
Indústria têxtil			-			-	-	-	-
Indústria do couro e de produtos de couro			-			-	-	-	-
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras			-			-	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão			-			-	-	-	-
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas			-			-	-	-	-
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas			-			-	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos			-			-	-	-	-
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos			-			-	-	-	-
Fabrico de máquinas e de equipamentos			-			-	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões			-			-	-	-	-
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica			-			-	-	-	-
Fabrico de material de transporte			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas			-			-	-	-	-
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás			-	10.286.327	500	10.286.827	10.286.327	500	10.286.827
Construção	58.474.101		58.474.101	776.111.577	251.404.673	1.027.516.249	834.585.678	251.404.673	1.085.990.350
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.			-	2.024.771.544	882.364.173	2.907.135.717	2.024.771.544	882.364.173	2.907.135.717
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)			-	1.701.137.040	177.880.829	1.879.017.868	1.701.137.040	177.880.829	1.879.017.868
Transportes, armazenagem e comunicações	623.150.098		623.150.098	750.942.426	4.785.309	755.727.735	1.374.092.524	4.785.309	1.378.877.833
Actividades de informação e de comunicação			-	674.015.967	1.791.067	675.807.035	674.015.967	1.791.067	675.807.035
Actividades financeiras			-			-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões			-			-	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social			-			-	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira			-			-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas			-	168.810.624	559.367.162	728.177.786	168.810.624	559.367.162	728.177.786
Actividades imobiliárias			-	168.810.624	559.367.162	728.177.786	168.810.624	559.367.162	728.177.786
Outras actividades			-			-	-	-	-
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	1.966.131		1.966.131	56.874.694	63.542.057	120.416.751	58.840.826	63.542.057	122.382.882
Actividades administrativas e dos serviços de apoio			-			-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.813.439.295	369.723	2.813.809.018			-	2.813.439.295	369.723	2.813.809.018
Educação			-	38.623.644	25.344	38.648.988	38.623.644	25.344	38.648.988
Saúde e segurança social			-	438.877.178	2.896.094	441.773.272	438.877.178	2.896.094	441.773.272
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	468.776.335	2.140	468.778.475	890.484.899	102.800.740	993.285.638	1.359.261.233	102.802.880	1.462.064.113
Famílias com empregados domésticos			-			-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais			-			-	-	-	-
	3.965.805.960	371.863	3.966.177.823	8.593.863.091	2.102.491.146	10.696.354.238	12.559.669.051	2.102.863.009	14.662.532.060
Particulares									
Habitação			-	15.677.577.803	804.402.212	16.481.980.015	15.677.577.803	804.402.212	16.481.980.015
Outros fins			-	5.708.703.414	143.615.215	5.852.318.628	5.708.703.414	143.615.215	5.852.318.628
	-	-	-	21.386.281.216	948.017.426	22.334.298.643	21.386.281.216	948.017.426	22.334.298.643
	3.965.805.960	371.863	3.966.177.823	29.980.144.308	3.050.508.573	33.030.652.881	33.945.950.268	3.050.880.436	36.996.830.703

	31.12.2020								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			-	93 118 049	727 394	93 845 443	93 118 049	727 394	93 845 443
Pesca			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas			-			-	-	-	-
Extracção de produtos energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras			-	879 135 494	92 317 079	971 452 573	879 135 494	92 317 079	971 452 573
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco			-			-	-	-	-
Indústria têxtil			-			-	-	-	-
Indústria do couro e de produtos de couro			-			-	-	-	-
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras			-			-	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão			-			-	-	-	-
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas			-			-	-	-	-
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas			-			-	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos			-			-	-	-	-
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos			-			-	-	-	-
Fabrico de máquinas e de equipamentos			-			-	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões			-			-	-	-	-
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica			-			-	-	-	-
Fabrico de material de transporte			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas			-	879 135 494	92 317 079	971 452 573	879 135 494	92 317 079	971 452 573
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás			-	13 573 979		13 573 979	13 573 979	-	13 573 979
Construção	63 667 789		63 667 789	728 430 963	252 613 011	981 043 975	792 098 752	252 613 011	1 044 711 764
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.			-	2 759 964 539	431 553 782	3 191 518 320	2 759 964 539	431 553 782	3 191 518 320
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)			-	1 087 221 042	213 063 083	1 300 284 125	1 087 221 042	213 063 083	1 300 284 125
Transportes, armazenagem e comunicações	656 448 005		656 448 005	742 150 510	67 703 503	809 854 013	1 398 598 515	67 703 503	1 466 302 018
Actividades de informação e de comunicação			-	797 701 651	1 798 028	799 499 680	797 701 651	1 798 028	799 499 680
Actividades financeiras			-			-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões			-			-	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social			-			-	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira			-			-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas			-	741 590 171	791 037 423	1 532 627 594	741 590 171	791 037 423	1 532 627 594
Actividades imobiliárias			-	741 590 171	791 037 423	1 532 627 594	741 590 171	791 037 423	1 532 627 594
Outras actividades			-			-	-	-	-
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	2 590 861		2 590 861	56 987 064	66 180 047	123 167 111	59 577 924	66 180 047	125 757 971
Actividades administrativas e dos serviços de apoio			-			-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2 947 770 625	697 983	2 948 468 608			-	2 947 770 625	697 983	2 948 468 608
Educação			-	41 086 871	27 318	41 114 189	41 086 871	27 318	41 114 189
Saúde e segurança social			-	302 693 036	5 818 322	308 511 358	302 693 036	5 818 322	308 511 358
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	86 327 424	2 140	86 329 564	864 433 133	100 117 230	964 550 364	950 760 558	100 119 370	1 050 879 928
Famílias com empregados domésticos			-			-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais			-			-	-	-	-
	3 756 804 704	700 123	3 757 504 827	9 108 086 502	2 022 956 220	11 131 042 722	12 864 891 206	2 023 656 344	14 888 547 549
Particulares									
Habitação			-	14 446 674 013	826 057 997	15 272 732 010	14 446 674 013	826 057 997	15 272 732 010
Outros fins			-	5 906 154 912	194 750 434	6 100 905 346	5 906 154 912	194 750 434	6 100 905 346
	-	-	-	20 352 828 925	1 020 808 431	21 373 637 356	20 352 828 925	1 020 808 431	21 373 637 356
	3 756 804 704	700 123	3 757 504 827	29 460 915 427	3 043 764 652	32 504 680 079	33 217 720 131	3 044 464 775	36 262 184 906

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as imparidades de crédito tem a seguinte composição:

	31.12.2021				31.12.2020			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Administrações Públicas	224.452	48.004	0	272.455	223.672	1.095	-	224.767
Empresas Não Financeiras	31.792	290.201	1.586.425	1.908.418	61.455	3.680	1.953.644	2.018.779
Familias	46.842	129.412	484.276	660.530	41.578	9.125	501.973	552.675
	303.085	467.617	2.070.702	2.841.403	326.706	13.899	2.455.617	2.796.221

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as tabelas seguintes consideram como exposição total o crédito concedido, com exceção de crédito titulado (nomeadamente crédito e juros vivos e vencidos e comissões e outros valores diferidos).

Segmento	Esposição Total 31.12.2021	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2021	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito								
Construção e CRE	2.609.105.442	1.563.097.784	152.153.339	1.715.251.123	152.153.339	893.854.319	743.596.975	39.298.902			667.646.498
Consumo e outros part.	6.541.364.175	6.317.553.084	95.385.625	6.412.938.709	74.386.100	128.425.465	147.328.936	14.287.133	1.322.460		57.569.650
Empresas (exc. Const e CRE)	12.093.911.125	10.796.170.687	106.037.591	10.902.208.278	94.885.457	1.191.702.847	958.545.429	6.664.894	950.508	13.422	568.006.791
Habitação	15.665.947.690	14.725.110.513	204.536.486	14.929.646.999	167.276.697	736.300.691	513.201.163	11.837.473	4.751.493		347.104.800
Total	**36.910.328.431**	**33.401.932.068**	**558.113.041**	**33.960.045.109**	**488.701.593**	**2.950.283.322**	**2.362.672.502**	**72.088.402**	**7.024.461**	**13.422**	**1.640.327.739**

Segmento	Esposição Total 31.12.2020	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2020	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito								
Construção e CRE	3 408 933 614	2 064 376 336	187 288 580	2 251 664 916	185 621 185	1 157 268 697	869 883 393	2 164 553	435 374		792 427 768
Consumo e outros part.	6 055 194 452	5 788 451 012	78 883 056	5 867 334 068	34 436 876	187 860 385	111 683 020	4 161 377	308 331		72 946 763
Empresas (exc. Const e CRE)	11 474 949 248	9 910 477 282	732 232 620	10 642 709 903	717 812 661	832 239 345	741 480 033	3 496 088	115 202 173	8 925	502 462 136
Habitação	15 187 218 603	14 124 110 357	261 610 432	14 385 720 789	213 988 902	801 497 815	440 992 080	3 091 800	41 073		364 079 700
Total	**36 126 295 917**	**31 887 414 988**	**1 260 014 688**	**33 147 429 675**	**1 151 859 624**	**2 978 866 242**	**2 164 038 526**	**12 913 817**	**115 986 950**	**8 925**	**1 731 916 367**

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habitação			Consumo e outros part.		
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida
2009 e anteriores	129	612.370.195	158.990.629	34	746.876.675	371.587.822	1716	3.474.802.962	186.006.378	2403	239.127.374	26.958.643
2010	17	209.554.930	99.810.126	5	44.702.602	7.453.767	314	1.046.407.925	66.052.087	100	33.353.096	12.673.930
2011	28	512.796.798	45.250.660	4	69.924.693	58.890.107	370	1.455.864.908	79.140.521	181	31.231.167	1.741.769
2012	27	415.613.172	91.594.172	5	34.429.877	1.554.745	197	774.620.521	52.133.013	175	45.323.584	6.032.657
2013	29	274.758.943	55.960.540	7	113.036.399	33.923.713	165	627.192.074	34.315.390	213	41.783.497	1.396.592
2014	22	232.336.920	3.313.857	8	70.604.064	19.456.029	168	650.405.068	19.298.326	180	44.646.289	7.520.793
2015	66	628.137.196	25.752.900	8	247.420.788	154.839.265	131	490.928.741	8.233.840	310	54.919.522	911.452
2016	75	1.103.784.662	133.272.605	21	162.783.839	5.069.335	158	568.699.021	7.319.465	506	146.398.879	4.668.059
2017	132	1.206.245.442	60.946.335	22	62.012.419	6.569.613	217	928.388.753	18.334.032	1275	358.094.043	12.601.691
2018	178	1.557.721.474	80.895.908	28	279.352.558	49.536.364	333	1.392.868.428	10.242.654	1833	751.671.404	23.119.939
2019	274	1.680.607.884	47.749.508	39	117.851.403	636.829	327	1.509.527.161	15.658.076	2505	1.095.374.812	23.441.299
2020	449	2.017.300.349	140.816.287	73	436.054.541	6.328.414	274	1.405.357.945	3.747.707	2513	1.493.024.913	12.709.604
2021	393	1.642.683.160	14.191.901	68	224.055.585	27.750.970	265	1.340.884.183	12.719.673	7253	2.206.415.594	13.552.506
Total	**1.819**	**12.093.911.125**	**958.545.429**	**322**	**2.609.105.442**	**743.596.975**	**4.635**	**15.665.947.690**	**513.201.163**	**19.447**	**6.541.364.175**	**147.328.936**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente. por segmento e setor

Segmento

	Empresas (exc. Const e CRE)		Construção e CRE		Habitação		Consumo e outros part.		Total	
31.12.2021	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Colectiva	10.983.602.506	449.152.690	1.615.498.441	45.191.498	15.577.062.467	465.642.893	6.511.751.966	134.970.476	34.687.915.380	1.094.957.556
Individual	1.110.308.619	509.392.739	993.607.002	698.405.476	88.885.223	47.558.270	29.612.209	12.358.460	2.222.413.052	1.267.714.946
Total	12.093.911.125	958.545.429	2.609.105.442	743.596.975	15.665.947.690	513.201.163	6.541.364.175	147.328.936	36.910.328.431	2.362.672.502

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente. por segmento e setor

Sector

	G-Comércio por grosso e a retalho		F-Construção		R-Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas		I-Atividades de alojamento e restauração		Q-Serviços de saúde humana e atividades de ação social		C-Indústrias transformadoras		P-Educação	
31.12.2021	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação														
Colectiva	2.441.594.393	63.868.714	863.706.707	20.204.550	94.642.666	4.345.078	1.723.382.195	205.069.366	439.473.103	6.837.721	1.035.473.065	11.851.566	68.808.954	3.643.702
Individual	860.742.842	346.392.910	235.905.247	206.978.757			156.965.190	78.192.362			171.994.864	70.258.970		
Total	3.302.337.235	410.261.624	1.099.611.954	227.183.307	94.642.666	4.345.078	1.880.347.385	283.261.728	439.473.103	6.837.721	1.207.467.929	82.110.535	68.808.954	3.643.702

H-Transportes e armazenagem		A-Agricultura, silvicultura e pesca		J-Informação e comunicação		E-Abastecimento de água		L-Atividades imobiliárias		O-Administração pública e defesa, segurança social obrigatória		S-Outros serviços	
Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
1.402.332.794	88.631.509	160.107.581	1.918.796	692.638.623	13.490.524	5.962.712	33.843	170.525.431	12.202.377	2.810.480.103	22.262.870	144.761.241	3.470.579
2.594.218	849.149							556.931.219	408.652.450				
1.404.927.012	89.480.658	160.107.581	1.918.796	692.638.623	13.490.524	5.962.712	33.843	727.456.650	420.854.826	2.810.480.103	22.262.870	144.761.241	3.470.579

B - Industrias Extractivas		D - Eletrecidade, Gas, Vapor, Água quente e fria e ar frio		K - Atividades financeiras e de seguros		M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Total Não Particular	
Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
35.158.859	19.181	6.625.247	4.545	2.406.563	31.012	128.094.108	10.919.946	372.926.601	25.538.310	12.599.100.947	494.344.188
						44.931.186	39.021.941	73.850.855	57.451.677	2.103.915.620	1.207.798.215
35.158.859	19.181	6.625.247	4.545	2.406.563	31.012	173.025.294	49.941.887	446.777.456	82.989.987	14.703.016.567	1.702.142.403

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	31.12.2021											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de créd			Exposições em situação de imparidade			Total		
Medida	Número de operacoe	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	6	9.496.868	8.854	8	19.426.600	643.005	31	217.354.038	126.191.315	45	246.277.505	126.843.173
Periodo de carência									0	0	0	0
Redução da taxa de juro	1	5.552.647	8.440	2	3.439.385	113.490	15	86.889.566	21.391.040	18	95.881.598	21.512.969
Outros	8	13.684.421	37.077	7	17.811.527	360.895	54	1.183.312.294	576.666.749	69	1.214.808.242	577.064.721
Total	**15**	**28.733.936**	**54.370**	**17**	**40.677.512**	**1.117.390**	**100**	**1.487.555.897**	**724.249.103**	**132**	**1.556.967.345**	**725.420.863**

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	31.12.2020											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de créd			Exposições em situação de imparidade			Total		
Medida	Número de operaçoes	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	9	21 156 792	52 876	4	8 122 759	64 678	19	41 047 211	7 429 879	32	70 326 762	7 547 432
Periodo de carência							1	13 256 314	0	1	13 256 314	0
Redução da taxa de juro	1	13 883 082	134 432	7	22 758 029	610 329	23	266 783 838	124 970 043	31	303 424 949	125 714 804
Outros	13	36 642 347	101 816	5	5 592 055	110 529	67	1 276 068 809	580 453 149	85	1 318 303 211	580 665 494
Total	**23**	**71 682 221**	**289 123**	**16**	**36 472 843**	**785 535**	**110**	**1 597 156 172**	**712 853 071**	**149**	**1 705 311 235**	**713 927 729**

Movimentos de entradas e saidas na carteira de crédito reestruturado

		31.12.2021
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		1.705.311.235
Créditos reestruturados no periodo		114.105.795
Juros corridos da carteira reestruturada		309.916
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-	153.912.816
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-	109.113.918
Outros		267.133
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		**1.556.967.345**

Movimentos de entradas e saidas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2020
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	1 290 522 449
Créditos reestruturados no periodo	719 044 300
Juros corridos da carteira reestruturada	895 434
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	- 111 375 610
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	- 193 942 507
Outros	167 169
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	**1 705 311 235**

31.12.2021	Empresas não-financeiras								Para aquisição habitação			
	Empresas (exc. Const e CRE)				**Construção e CRE**				**Habitação**			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	3	1.400.181	66	58.384.133			10	10.525.839	13	1.541.200	1	4.937.500
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	11	9.114.394	41	50.708.191	3	822.466	12	12.125.902	37	10.825.266	3	1.245.530
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	175	256.152.964	240	406.052.087	32	60.382.224	31	73.152.200	2277	4.134.821.543	33	69.031.127
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	140	436.795.710	40	125.358.988	18	53.682.186	12	31.299.642	1582	6.546.800.137	61	269.463.507
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	143	760.848.956	26	188.587.991	31	186.477.992	10	54.010.886	504	3.621.907.188	37	245.928.762
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	79	797.961.351	34	536.599.133	36	512.454.101	3	50.606.478	52	579.344.768	10	131.956.443
>= 50 MCVE	69	3.178.750.219	28	1.643.669.921	19	1.183.509.291	3	144.190.456				
Total	620	5.441.023.775	475	3.009.360.443	139	1.997.328.259	81	375.911.403	4.465	14.895.240.102	145	722.562.869

31.12.2020	Empresas não-financeiras								Para aquisição habitação			
	Empresas (exc. Const e CRE)				**Construção e CRE**				**Habitação**			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	5	2 192 722	61	73 540 453	1	482 386	10	14 036 278	22	10 163 522		-
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	17	24 033 890	46	56 358 101	3	1 270 939	7	9 158 395	77	59 749 466	6	21 970 631
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	222	398 771 741	224	384 401 280	55	173 531 153	30	60 934 842	2 491	4 875 932 490	21	46 277 872
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	136	436 717 073	22	92 708 411	25	77 031 156	12	117 063 977	1 495	6 388 855 739	6	29 820 222
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	142	979 664 353	17	164 420 688	27	180 348 482	2	14 237 226	431	3 164 429 924	2	9 458 871
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	82	1 629 644 469	13	327 806 160	32	555 970 883			40	461 666 842		
>= 50 MCVE	43	1 690 751 081	22	1 489 568 380	19	1 748 287 898	1	63 694 745	1	41 255 157		-
Total	647	5 161 775 329	405	2 588 803 472	162	2 736 922 898	62	279 125 463	4 557	15 002 053 141	35	107 527 596

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const e CRE), construção, cre e OAR e H

Empresas não-financeiras

			31.12.2021			
	Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade
	Empresas (exc. Const e CRE)					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		2.649.397.031	966.401.986	27.727.890	125.055.636
1	>= 150%	481	2.461.411.907	1.336.414.308	848.083.664	460.554.547
2	<= 150% e > 125%	70	1.033.707.314	169.300.342	221.217.945	159.949.653
3	<= 125% e > 100%	41	883.398.822	396.193.110	129.397.147	158.971.288
4	< 100%	28	746.383.975	165.704.190	59.171.494	54.014.305
	Construção e CRE					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		210.811.503	14.578.898	10.475.379	12.761.846
1	>= 150%	109	656.043.466	96.077.304	733.179.872	481.965.064
2	<= 150% e > 125%	15	148.507.214	25.622.441	256.315.596	205.480.944
3	<= 125% e > 100%	9	97.464.811	56.889.405	46.036.811	42.903.160
4	< 100%	6	255.450.274	1.652.468		485.961
	Habitação					
Sem colateral associado	Sem colateral associado	0	41.593.596		6.551.123	6.671.399
1	>= 150%	2404	5.184.656.622	267.253.729	168.778.375	52.400.621
2	<= 150% e > 125%	1058	4.572.158.637	198.674.357	193.928.918	99.344.317
3	<= 125% e > 100%	952	3.866.308.305	391.391.817	434.364.985	279.259.373
4	< 100%	51	134.545.547	105.787.692	99.953.987	75.525.453

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const e CRE), construção, cre e OAR e Habitação

Empresas não-financeiras

			31.12.2020			
	Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade
	Empresas (exc. Const e CRE)					
Sem colateral associado	Sem colateral associado	12	3 669 573 408	22 276 727	32 520 312	67 994 209
1	>= 150%	450	2 590 171 262	109 057 199	380 314 828	164 868 334
2	<= 150% e > 125%	71	957 069 956	12 739 338	121 317 666	37 121 445
3	<= 125% e > 100%	43	1 273 223 806	8 382 909	86 728 047	78 210 469
4	< 100%	71	1 245 625 120	37 015 597	928 933 072	393 285 576
	Construção e CRE					
Sem colateral associado	Sem colateral associado	1	377 356 127	151 066	15 378 060	19 688 880
1	>= 150%	113	489 573 826	18 439 041	731 460 974	415 798 113
2	<= 150% e > 125%	21	437 531 609	5 108 611	29 867 941	20 272 393
3	<= 125% e > 100%	9	300 225 477	0	278 731 193	200 626 541
4	< 100%	18	437 657 975	0	287 451 714	213 497 467
	Habitação					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		66 983 849	0	10 654 018	8 276 919
1	>= 150%	2355	4 640 621 554	88 510 711	175 196 595	29 250 328
2	<= 150% e > 125%	929	3 822 220 766	83 998 972	105 948 662	32 728 304
3	<= 125% e > 100%	1074	4 526 442 291	65 457 051	516 598 335	263 845 109
4	< 100%	71	867 419 959	10 132 076	207 033 766	106 891 420

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica é composta por terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de “Outros ativos tangíveis” na transição para as NIRF.

9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021							
	Saldo em 31.12.2020							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2021
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-					-	75.034
Edifícios	2.330.674	(872.179)	3.485			(44.549)	-	1.417.431
Obras em imóveis arrendados	379.295	(357.765)	49.477	845		(7.302)	-	64.550
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	266.258	(240.018)	4.011	161		(9.061)	(176)	21.175
Máquinas e ferramentas	35.334	(31.373)	3.904	-		(2.396)	(48)	5.421
Equipamento informático	247.837	(233.790)	26.220	19.894		(19.804)	-	40.357
Instalações interiores	144.647	(133.421)	10.625	787	(17)	(2.560)	(94)	19.967
Material de transporte	225.437	(124.448)	25.790	-		(26.068)	(8.147)	92.563
Equipamento de segurança	186.510	(162.390)	4.509	3.633		(12.450)	(11)	19.802
Outro equipamento	170.942	(142.133)	5.843	2.318		(9.927)	(4)	27.038
Ativos em Locação Operacional	67.931	(21.638)	29.129		(103)	(21.788)	7.987	61.517
Activos tangíveis em curso	14.712		69.137	(27.638)				56.211
	4.144.610	(2.319.156)	232.129	-	(120)	(155.904)	(493)	1.901.066

	2020							
	Saldo em 31.12.2019							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2020
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	2.330.586	(827.639)	88	-	-	(44.540)	-	1.458.495
Obras em imóveis arrendados	408.732	(377.377)	265	10.696	-	(15.254)	(5.533)	21.529
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	259.164	(230.890)	7.727	-	-	(9.761)	-	26.240
Máquinas e ferramentas	35.245	(30.541)	1.189	-	-	(1.931)	-	3.962
Equipamento informático	238.845	(227.606)	11.383	-	-	(8.576)	-	14.046
Instalações interiores	146.048	(136.465)	3.924	150	-	(2.252)	(181)	11.224
Material de transporte	194.838	(117.995)	44.851	-	-	(18.352)	(2.350)	100.992
Equipamento de segurança	184.985	(148.776)	5.538	1.345	-	(18.964)	(9)	24.119
Outro equipamento	170.921	(132.448)	247	-	-	(9.904)	(8)	28.808
Ativos em Locação Operacional	61.158	(14.172)	6.773	-	9.365	(16.831)	-	46.293
Activos tangíveis em curso	2.397	-	24.506	(12.191)	-	-	-	14.712
	4.107.953	(2.243.909)	106.491	-	9.365	(146.365)	(8.081)	1.825.454

Os mapas acima demonstram os movimentos nos ativos Tangíveis ao longo de 2021 e 2020. A reconciliação entre estes mapas e a Demostração de Resultados deverá ser feito somando a coluna de "Amortizações" deste mapa com a coluna de "Amortizações" do mapa dos Ativos Intangíveis (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos tangíveis em curso referem-se à aquisição de equipamento informático (46.211cts) e aquisição de 4 viaturas (10.000cts) que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos tangíveis em curso referem-se essencialmente à aquisição de equipamento informático que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 16).

Os equipamentos em locação operacional são direitos de uso de acordo com o IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos ativos por direito de uso, o valor dos passivos de locação e a taxa de desconto aplicada apresentam a seguinte composição:

		2021						
Contratos	Maturidade	Ativo por Locação			Passivo por Locação			
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Bruto	Valor Liquidado	Valor Liquido	Taxa Desconto
Contrato 1	2 anos	1.647	343	1.304	1.647	320	1.327	0,72%
Contrato 2	5 anos	4.042	3.234	808	4.042	3.120	923	0,76%
Contrato 3	5 anos	10.380	6.443	3.937	10.380	5.895	4.484	0,76%
Contrato 4	5 anos	2.376	1.645	731	2.376	1.543	834	0,76%
Contrato 5	1 ano	516	86	430	516	83	433	0,69%
Contrato 6	5 anos	5.875	3.110	2.765	5.875	2.732	3.144	0,76%
Contrato 7	5 anos	4.599	2.855	1.745	4.599	2.612	1.987	0,76%
Contrato 8	1 ano	2.296	957	1.339	2.296	934	1.362	0,69%
Contrato 9	1 ano	1.275	425	850	1.275	414	862	0,69%
Contrato 10	1 ano	1.830	762	1.067	1.830	744	1.086	0,69%
Contrato 11	5 anos	1.767	1.719	48	1.767	1.712	55	0,76%
Contrato 12	10 anos	26.766	7.138	19.629	26.766	4.820	21.946	0,72%
Contrato 13	5 anos	4.318	1.223	3.095	4.318	1.030	3.288	0,76%
Contrato 14	5 anos	29.129	5.361	23.769	29.129	4.506	24.623	0,72%
		96.818	35.301	61.517	96.818	30.465	66.353	

		2020						
Contratos	Maturidade	Ativo por Locação			Passivo por Locação			
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Bruto	Valor Liquidado	Valor Liquido	Taxa Desconto
Contrato 1	2 anos	1.889	1.619	270 0	1.889	1.594	294	0,75%
Contrato 2	5 anos	4.042	2.156	1.886 0	4.042	1.983	2.059	0,76%
Contrato 3	5 anos	10.380	4.295	6.085 0	10.380	3.748	6.631	0,76%
Contrato 4	5 anos	2.376	1.097	1.280 0	2.376	981	1.396	0,76%
Contrato 5	1 ano	517	86	430 0	517	83	433	0,69%
Contrato 6	5 anos	5.875	2.074	3.802 0	5.875	1.737	4.138	0,76%
Contrato 7	5 anos	4.599	1.903	2.696 0	4.599	1.661	2.939	0,76%
Contrato 8	1 ano	2.296	957	1.339 0	2.296	934	1.362	0,69%
Contrato 9	1 ano	1.275	425	850 -	1.275	414	862	0,69%
Contrato 10	1 ano	1.830	762	1.067 -	1.830	744	1.086	0,69%
Contrato 11	5 anos	1.767	1.146	621 -	1.767	1.089	678	0,76%
Contrato 12	10 anos	26.766	4.758	22.008 -	26.766	3.073	23.694	0,72%
Contrato 13	5 anos	4.318	360	3.958 -	4.318	289	4.029	0,76%
		67.931	21.638	46.293	67.931	18.330	49.601	

Os contratos sujeitos a IFRS 16 são os edifícios onde estão instaladas algumas das agências do banco, sendo que a maturidade dos contratos encontra-se nos quadros anterior. Os direitos de uso e o passivo relacionados (ver nota 17).

Na Assembleia Geral de Acionista de 30 Junho 2020 foi apreciado e aprovado pela maioria dos votos emitidos a proposta de venda do imóvel próprio do BCA, a sua quota-parte no edifício chã d'Areia, ao Banco Interatlântico. O processo de compra e venda ainda não foi concluído, estando a ser feitas diligências junto da Câmara Municipal da Praia e dos cartórios/conservatórias, no sentido de se obter a documentação necessária para o efeito, nomeadamente regularização da inscrição em nome dos três coproprietários, bem como constituição em propriedade horizontal e consequente partilha das frações. Perspetiva-se que o processo seja regularizado ainda no 1º semestre de 2022

Pese embora tratar-se da venda de um edifício localizado numa área de excelência concluiu-se que a operação apresentava mais-valia financeira para o BCA com oportunidades de deslocação para outras localizações/edifícios que respondam às necessidades atuais do Banco.

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021					
	Saldo em 31.12.2020					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2021
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	402.299	(356.438)	12.707	7.799	(25.892)	40.475
Outros activos intangíveis	649	(119)	-	-	(212)	318
Activos intangíveis em curso	607	-	7.192	(7.799)		0
	403.555	(356.557)	19.899	-	(26.104)	40.793

	2020					
	Saldo em 31.12.2019					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2020
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	387 364	(328 854)	12 598	2 337	(27 584)	45 861
Outros activos intangíveis	13	(13)	636	-	(106)	530
Activos intangíveis em curso	2 944	-	-	(2 337)	-	607
	390 321	(328 867)	13 234	-	(27 690)	46 998

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	336.528	31/12/2021	3.956.082	210.738	1.615.573
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	117.651	31/12/2021	1.721.821	199.358	1.183.717
		110.000	454.179				

	2020						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100 000	310 830	31/12/2020	3 628 177	179 905	1 476 323
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	97 715	31/12/2020	1 141 586	80 479	985 147
		110 000	408 545				

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

Em 30 de abril de 2014, o Banco vendeu 20.000 ações, representativas de 10% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia), pelo montante de mCve. 123.497, passando a deter uma percentagem de participação no capital de 25%, tendo a operação gerado uma mais-valia de mCve. 66.884.

Em 8 de maio de 2014, a Garantia vendeu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) 89.504 ações

representativas de 6,576% do capital social do Banco, pelo montante de mCve 313.635, reduzindo a sua participação no Banco de 12,5% para 5,76%. A operação gerou uma redução do valor de balanço no montante de mCve. 22.376, a qual foi registada por contrapartida de Capital Próprio. Adicionalmente, a venda dessa participação originou uma mais valia nas contas da Garantia que foi registada pelo Banco por contrapartida de Capital Próprio na proporção da sua participação na Garantia ascendendo a cerca de mCve. 56.000.

A participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2021 e 2020 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	291.380	102.079	393.460
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	-	0	-
Resultados em associadas referente a exercicios anteriores	-	-	-
Resultados em associadas no exercicio	44.976	8.048	53.023
Dividendos recebidos	(25.526)	(12.412)	(37.938)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	310.830	97.713	408.545
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	-	0	-
Resultados em associadas referente a exercicios anteriores	-	-	-
Resultados em associadas no exercicio	52.684	19.936	72.620
Dividendos recebidos	(26.987)	-	(26.987)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	336.528	117.649	454.179

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

O Banco encontra-se sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC).

No exercício de 2021 e de 2020, a Taxa de Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR) fixou-se em 22% e a taxa de incêndio em 2%, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento e ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

	2021	2020
Activos por impostos correntes		
IUR a recuperar de 2018	43.073	4.788
	43.073	4.788
Pagamento por contas		
. Exercício de 2021	120.861	41.852
	163.934	46.639
Passivos por impostos correntes		
IUR	(190.562)	(225.942)
Outros	(53.891)	(53.891)
	(244.453)	(279.833)
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	121.382	108.033
. Por prejuízos fiscais	-	-
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	-	(15.388)
	121.382	92.645

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021		
	Saldo em 31.12.2020	Capital Próprio	Saldo em 31.12.2021
Movimentos efectuados por reservas			
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(12.382)	12.382	(0)
	(12.382)	12.382	(0)

	2021		
Movimentos nos Ativos por Imposto Diferido	Saldo em 31.12.2020	Movimentos 2021	Saldo em 31.12.2021
Imparidade de Crédito não hipotecario não aceite fiscalmente	30.363	10.423	40.786
Valorização VISA	3.100	(3.100)	-
Imparidade não aceite fiscalmente	74.570	6.026	80.596
	108.033	13.349	121.382

	2020		
	Saldo em 31.12.2019	Capital Próprio	Saldo em 31.12.2020
Movimentos efectuados por reservas			
Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(93.915)	93.915	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(11.216)	(1.166)	(12.382)
	(105.131)	92.749	(12.382)

	2020		
Movimentos nos Ativos por Imposto Diferido	Saldo em 31.12.2019	Movimentos 2020	Saldo em 31.12.2020
Imparidade de Crédito não Hipotecário não aceite fiscalmente	21.504	8.859	30.363
Prejuízo Fiscal de 2018	66.846	(66.846)	-
Valorização VISA		3.100	3.100
Imparidade não aceite fiscalmente		74.570	74.570
	88.350	19.684	108.033

Análise da recuperabilidade de ativos por impostos diferidos

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS12 – "Impostos sobre o rendimento", os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expetativa do Banco quanto à sua recuperabilidade futura, a qual assenta fundamentalmente (i) na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes e (ii) na interpretação efetuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise.

A expetativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada em projeções de rentabilidade preparadas que tem por base os seguintes pressupostos:

- Aumento do negócio com controlo do crédito em incumprimento e que sustenta a expetativa favorável do aumento do Resultado Bruto medio esperado para os próximos três anos a volta de 1,797 milhões de contos, relacionado com o aumento do produto bancário e o controlo das imparidades, associado á estratégia implementação de diminuição de custos operativos. Manutenção das variações patrimoniais dos acréscimos e diminuições fiscais de 2020 extrapolado para os próximos três anos permitindo a recuperação dos impostos diferidos registados.

De notar que eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis relevantes na determinação dos lucros tributáveis projetados poderiam conduzir a resultados e conclusões substancialmente diferentes.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser demonstrada como se segue:

	2021		2020	
Resultado antes de impostos		1.517.527		1.719.424
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	340.533	22,44%	385.839
Benefícios fiscais:				
. Variação patrimonial negativo	0,00%		-0,07%	(1.155)
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-2,16%	(32.769)	-1,97%	(33.807)
. Donativos/Estagiários/Formação/E.Fatura	-0,04%	(598)	-0,03%	(477)
. Dividendos	-1,10%	(16.669)	-0,71%	(12.261)
. Rendimentos de Títulos de Dívida Pública	-9,11%	(138.238)	-8,10%	(139.236)
. Mais-valias contabilísticas	-0,17%	(2.536)	0,00%	-
. Reversões Provisões Tributáveis	-4,20%	(63.732)	-0,89%	(15.364)
Encargos não aceites fiscalmente	6,84%	103.867	4,64%	79.827
Prejuizo fiscal/ (Dedução de prejuizo fiscal)	0,00%	-	-3,66%	(62.886)
Imposto sobre o lucro do exercício	12,51%	189.858	11,66%	200.478
Beneficio Fiscal s/retenção Lucros para Fundo Prorpios	2,41%	36.551	0,00%	-
Tributaçao Autónoma	0,00%	-	0,00%	-
Imposto a pagar	10,10%	153.308	11,66%	200.478

O imposto da tabela acima apresenta uma diferença de 43.495 face ao imposto corrente apresentado na Demonstração de resultado de 2021, que é justificado pelo excesso de estimativa de imposto do exercício de 2020.
Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Nos termos da legislação que estava em vigor até 31 de dezembro de 2014, o Banco beneficiava de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efetivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por este motivo a carga fiscal apresentada pelo Banco até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi inferior à taxa normal de tributação.

Com a entrada em vigor do Código do IRPC no exercício de 2015, o Banco deixou de beneficiar de isenções sobre alguns rendimentos, com exceção do Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cujos rendimentos continuaram a ser isentos, por estes títulos terem sido obtidos antes de 31 de dezembro de 2014.

O Código do IRPC prevê que os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores apurados no âmbito do IUR podiam ser deduzidos nos três exercícios seguintes, nos termos do regime.

Ativos por Impostos Correntes

	2020	Movimentos 2021			2021
		Regulariz. IRPC Fraccionado 2020	IRPC Fraccionado 2021	Credito IRPC de 2020	
Activos por impostos correntes					
- IUR a recuperar	4.788			38.286	43.073
- Retenções na fonte do exercício	41.852	(41.764)	120.773		120.861
	46.639	(41.764)	120.773	38.286	163.934

O montante de 4.788 contos transita de 2018. Em Agosto de 2018 o BCA recebeu uma notificação das Finanças referente ao Credito de Imposto de 2016 e 2017, no valor de 10.630 contos. No âmbito do pagamento da 2ª prestação do IRPC fracionado de 2018 foram deduzidos 5.833 contos, ficando o saldo de 4.788 contos, que será deduzido no imposto a pagar de 2021.
O montante de 38.286 contos é referente ao crédito de IRPC de 2020, que será deduzido no imposto a pagar de 2021.
O montante de 120.861 contos é referente ao total das 3 prestações dos pagamentos fracionados de 2021, no valor de 120.773cts mais 89cts referente ao saldo transitados dos anos anteriores.

13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 2021 e 2020 (ver nota 2.1):

	2021	2020
Outros activos		
Bens arrematados	2.680.735	1.817.668
Património artístico	10.838	10.838
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	1.824	1.969
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	615.688	726.317
. Outras entidades	201.721	589.619
Bonificações a receber		
. Do Estado	817.969	898.616
. De outras entidades	5.521	5.409
Adiantamentos a fornecedores de activos fixos	22.589	18.411
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	20.610	28.214
. Outros	15.899	21.895
	4.393.394	4.118.956
Imparidade de outros activos (Nota 16):		
. Imóveis recebidos em dação	(519.224)	(231.819)
. Outros activos	(120.206)	(77.590)
	(639.429)	(309.409)
	3.753.964	3.809.547

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes foi alvo de negociações com a Direção Geral do Tesouro, que já confirmou a totalidade dos saldos em dívida até a 31 de dezembro de 2016, no montante global de mCve 1.093.248. A 09 de agosto de 2017 foi assinado um Acordo entre o Ministério das Finanças e o BCA, no qual foi referido que o valor de CVE 1.093.247.797 deverá ser amortizado no prazo de 12 anos, contados a partir de 01.01.2018 e à taxa de juros de

4,375% ao ano.

O saldo da rubrica "Devedores e outras aplicações – Outras entidades" a data de 31-12-2021 é explicado por 49.952cts referente aos juros do 29º cupão ELECTRA C e 9º cupão ELECTRA E deveria pagar ao BCA em Novembro de 2021, recebidos apenas em Fevereiro de 2022 e por 144.372cts referente aos devedores por falhas na gestão de procedimentos e outros devedores diversos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

	2021			2020		
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2012	22.474	(22.255)	219	27.270	(26.993)	277
2013	27.178	(13.411)	13.766	27.178	(13.411)	13.766
2014	37.533	(9.250)	28.283	40.823	(10.062)	30.761
2015	873.551	(187.159)	686.392	906.344	(99.294)	807.049
2016	16.920	(9.071)	7.849	21.920	(9.071)	12.849
2017	20.919	(1.727)	19.193	27.738	(2.965)	24.773
2018	531.197	(56.687)	474.510	531.197	(53.813)	477.384
2019	107.361	(16.450)	90.912	107.361	(16.209)	91.152
2020	127.837	(3.035)	124.802	127.837	-	127.837
2021	915.765	(200.179)	715.586			
	2.680.735	(519.224)	2.161.511	1.817.668	(231.819)	1.585.848

O Banco ao longo dos anos tem feito esforços acrescidos para venda ao mercado desses imoveis, porém face a especificidade do mercado imobiliário Cabo-verdiano sobretudo após a crise imobiliária ocorrida em 2008 e com efeitos internos a partir de 2011 tem condicionado essa atividade. Em 2020 foi criada uma área autónoma no banco dependente diretamente da CE denominada Gabinete Imobiliário para fazer a gestão e venda desses ativos, entretanto, o referido gabinete apenas entrou em funcionamento em Janeiro de 2022.

No exercício de 2021 o movimento ocorrido nos imóveis recuperados pode ser apresentado como se segue:

Saldo em 31.12.2020		Reclassifi	Recupera	Alienações	Transfe	Perdas por	Reversão	Abates	Saldo em 31.12.2021	
Valor bruto	Imparidade	cações	ções		rencias	imparidad	imparida		Valor bruto	Imparidade
965.547	(116.855)	483.444	1.660	(25.580)	-	(101.548)	4.124	-	1.425.070	(214.279)
248.374	(48.768)	6.160	424.502	(23.632)	-		2.387	-	655.404	(46.382)
568.046	(58.695)				(3.485)	(195.852)	3.485	-	564.561	(251.062)
35.700	(7.500)	-	-	-	-		-	-	35.700	(7.500)
1.817.668	(231.819)	489.604	426.161	(49.212)	(3.485)	(297.400)	9.995	-	2.680.735	(519.223)

O valor contabilístico bruto destes imóveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ascende a mCve 2.680.735 e mCve 1.817.668, respetivamente. A coluna "Reclassificações" é referente aos ativos recuperados em 2020, não tendo sido registado em imóveis arrematados pelo facto de ainda não estar em nome do BCA. Em 2021, efetivou-se o registo em nome do BCA e procedeu-se a reclassificação da rubrica outros devedores para imóveis arrematados.

No exercício de 2021, registaram-se 34.867 mCve de mais-valias na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito (Nota 26).

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	221.006	252.033
. De instituições de crédito no estrangeiro	287.518	22.359
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	165.170	165.170
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	-	-
Juros a pagar	326	691
	674.020	440.254

O aumento do saldo desta rubrica em 2021 face a 2020, deve-se ao facto de em 2021 o BCA ter distribuído dividendos do ano de 2020, pelo que os dividendos da casa mãe, no valor de 220.034cts, foram contabilizados na sua conta de depósitos a ordem no BCA.

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	3.274.254	3.333.751
. De residentes	1.109.536	1.125.446
	4.383.790	4.459.197
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	24.732.930	23.223.890
. De emigrantes	10.919.632	9.875.003
. De não residentes	3.240.936	3.387.900
	38.893.498	36.486.793
Depósitos obrigatórios	86.985	136.863
	38.980.483	36.623.656
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	24.593.385	24.964.865
. De residentes	10.598.644	10.826.516
. De não residentes	867.140	926.242
	36.059.169	36.717.623
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	21.236	35.128
	79.444.678	77.835.603
Juros a pagar	226.060	234.206
	79.670.738	78.069.809

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

16. PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021									
	Saldos em 31.12.2020	Reforços	Reposições Recuperações	Custos com pessoal (Nota 28)	Utilizações	Desvio Atuarial	Transferencias	Outros (Nota 29)	Saldos em 31.12.2021	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade										
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2.796.221	1.061.598	(909.977)	-	(52.047)	-	(54.392)	-	2.841.404	32.985
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37.671	-	-	-	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	309.409	285.623	(9.995)	-	-	-	54.392	-	639.429	
	3.143.301	1.347.222	(919.972)	-	(52.047)	-	-	-	3.518.504	
Provisões										
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 28)										
Assistência médica	252.910	-	-	4.323	(23.645)	15.374		9.942	258.904	
	252.910	-	-	4.323	(23.645)	15.374	-	9.942	258.904	
Processos Judiciais	21.127	9.807	(14.872)	-	-	-	-	-	16.062	
Extrapatrimonais	18.843	17.378	(23.414)	-	-	-	-	-	12.807	
Outras Provisões	6.229	19.233	-	-	-	-	-	-	25.462	
Riscos Bancários Gerais	7.279	-	-	-	-	-	-	-	7.279	
	306.387	46.418	(38.285)	4.323	(23.645)	15.374	-	9.942	320.514	
	3.449.688	1.393.639	(958.258)	4.323	(75.692)	15.374	-	9.942	3.839.018	

	2020								
	Saldos em 31.12.2019	Reforços	Reposições Recuperações	Custos com pessoal (Nota 28)	Utilizações	Desvio Atuarial	Outros (Nota 29)	Saldos em 31.12.2020	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade									
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2 866 304	825 509	(834 531)	-	(62 320)	-	1 261	2 796 221	60 489
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37 671	-	-	-	-	-	-	37 671	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	307 211	11 466	(755)	-	(8 512)	-	-	309 409	
	3 211 185	836 974	(835 286)	-	(70 832)	-	1 261	3 143 301	
Provisões									
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 29)									
Assistência médica	253 550	-	(16 503)	19 564	(20 837)	5 147	11 990	252 910	
	253 549	-	(16 503)	19 564	(20 837)	5 147	11 990	252 910	
Processos Judiciais	4 635	16 491	-	-	-	-	-	21 127	
Extrapatrimonais	26 845	41 722	(49 724)	-	-	-	-	18 843	
Fundo de Pensões	-	6 229	-	-	-	-	-	6 229	
Riscos Bancários Gerais	63 720	355	(56 796)	-	-	-	-	7 279	
	348 750	64 797	(123 023)	19 564	(20 837)	5 147	11 990	306 387	
	3 559 935	901 772	(958 310)	19 564	(91 669)	5 147	13 250	3 449 688	

As reposições/recuperações da imparidade associada ao crédito por desembolso foram responsáveis por 71,4% do total de reposições da carteira de crédito a clientes. A resolução de créditos com longo histórico de incumprimento, detidos por entidades com volume considerável de exposição, foi responsável por mais de 30% das reduções de imparidade da carteira de crédito observadas em 2021. A dação em cumprimento foi a via de resolução que mais permitiu a saída dessas operações do portfolio do Banco (~60%), aumentando assim a carteira de ativos vindos à posse, que no entanto, também registou vendas no exercício de 2021, mitigando de certa forma o risco imobiliário.

Em sentido contrário, atendendo ao contexto pandémico e por prudência, o BCA identificou um conjunto de operações, beneficiárias de moratória legal e cujo grau de incerteza relativamente à retoma dos planos no período pós-moratória é relevante, para as quais estimou a imparidade em 10% e 15%, utilizando para o efeito, o overlay constituído para este propósito em dez20 e alocando deste modo o montante à carteira. Com efeito, o reforço de imparidade promovido pelas respetivas entidades contribuiu em 39,7% para os aumentos de

imparidade da carteira de crédito em 2021.
A variação na rubrica "Outras Provisões" resulta da provisão referente a ação intentada por um colaborador, que teve desfecho desfavorável contra o Banco.

17. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 2021 e 2020 (ver nota 2.1):

	2021	2020
Credores		
Recursos - conta activa	122.587	130.232
Recursos - conta caução	4.369	3.264
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	28.981	44.716
Previdência social	16.965	13.522
Outros	(8.610)	(17.715)
Passivos por Locação	66.353	49.602
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	25.376	89
. Férias não gozadas	490	5.929
Gastos gerais administrativos	17.371	5.053
Outros	131.770	108.009
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	28.602	31.429
Comissões de abertura de créditos em conta corrente	8.780	11.535
De garantias prestadas	3.028	2.830
Operações passivas a regularizar	(40.702)	(607)
Outras contas de regularização	179.412	94.604
	584.772	482.492

Em 2021, o saldo da rubrica "Prémio de produtividade" aumentou, porque o premio de produtividade de 2020 foi registado noutra rubrica. O aumento registado na rubrica "Passivo por locação financeira" é devido ao registo do passivo referente ao contrato de arrendamento do novo prédio para as áreas centrais em Palmarejo (ver quadro detalhado na nota 9). O aumento registado na rubrica "Encargos a pagar - Outros" é devido ao registo de investimentos que estavam em curso a data de 31-12-21, cujas faturas foram recebidas apenas em 2022. O saldo da rubrica "Operações passivas regularizar" aumentou em relação a 2020 devido ao saldo da conta do Pré-Funding Visa, criado junto da casa mãe em 2021, reforçado semanalmente pelo BCA, para que a VISA possa descontar os movimentos diários que os clientes fazem através de cartões VISA. A rubrica "Outras contas de regularização" inclui as compensações interbancárias efetuadas no último dia do ano de 2021, que são regularizadas no mês seguinte.

18. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está representado por 1.324.765 de ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

	2021		2020	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%	697.446	52,65%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	89.504	6,76%	89.504	6,76%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	-	-	-	-
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social	166.078	12,54%	166.078	12,54%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	76.322	5,76%	76.322	5,76%
Outros accionistas	295.415	22,30%	295.415	22,30%
	1.324.765	100,0%	1.324.765	100,0%

O capital social do Banco é representado por 1.324.765 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil e setecentos e sessenta e cinco) ações, nominativas e ao portador, com o valor nominal de 1.000$00 (mil escudos) cada, distribuído da seguinte forma: a) 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) ações nominativas; b) 799.765 (setecentos e noventa e nove mil e setecentos e sessenta e cinco) ações ao portador.

19. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCICIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado do exercício têm a seguinte composição:

	2021	2020
Reservas de justo valor		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de Capital (Nota 5)	49.491	44.195
Ajustamento risco de crédito de ativos financeiros ao justo valor através	10.841	10.841
através outro rendimento integral IFRS 9 (nota 5)		
	60.332	55.036
. Reservas por impostos diferidos		
- Por diferenças temporárias resultantes da valorização		
ao justo valor (Nota 12)	-	(12.382)
	60.332	42.655
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	1.138.223	990.059
. Outras reservas:		
. Desvios actuariais de responsabilidades com pensões e assistência médica (Nota 28)	(222.341)	(210.417)
. Reservas por impostos diferidos - por desvios actuariais (Nota 12)	-	-
. Outras reservas	5.111.950	4.148.885
	4.889.609	3.938.468
. Resultados transitados	48.526	48.631
	6.136.690	5.019.812
Resultado do exercício	1.424.163	1.481.638
	7.560.854	6.501.451

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII de 23 de abril, Artº 42), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.469.339	2.435.449
. Crédito ao exterior	16.889	20.470
. Crédito ao pessoal	42.458	43.508
. Crédito vencido	8.844	10.404
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	762.063	771.138
. Títulos de intervenção monetária	5.863	18.149
. Títulos de regularização monetária	35	55
. Aplicações a muito curto prazo	8.749	10.629
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	3.049	4.977
Outros juros e rendimentos similares	-	1
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	97.325	96.005
	3.414.613	3.410.785

Juros de Crédito a Clientes com reflexo do crescimento da carteira de crédito normal por dois anos consecutivos.
Restantes juros e rendimentos equiparados com evolução negativa, refletindo a conjuntura de baixas taxas de juro.

21. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	40.856	50.006
. De residentes - Poupança Jovem	15.181	16.985
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	300.425	365.833
. De residentes	118.950	145.045
. De não residentes	4.057	6.770
. De outras instituições de crédito no país	1.053	1.671
De outras instituições de crédito no estrangeiro	0	130
Juros de Ativos em Locação	6.186	5.046
Outros juros e encargos similares	23	71
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	145	145
	486.877	591.702

As diferenças materiais ocorridas, nomeadamente em Juros de DP de emigrantes e residentes é devido ao efeito da redução das taxas passivas efetuadas em 2020

22. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira		59
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1.299	1.299
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	250	222
. Visa International Service Association	112	36
	1.660	1.616

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos com serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	81.509	71.985
Garantias e avales prestados	25.220	28.931
Comissões por ordens de pagamento emitidas	67.527	57.445
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	68.694	62.740
Comissões Western Union	21.607	24.816
Cobrança de valores	11.940	11.878
Créditos documentários	614	1.530
Outros	154.506	137.440
	431.616	396.764
	-	-
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(390)	(427)
Visa International Service Association	(31.644)	(31.160)
Comissões de correspondentes	(25.738)	(27.778)
Outros	(6.134)	(9.890)
	(63.906)	(69.255)

A data de 31-12-2021, o saldo da rubrica Outros rendimentos com serviços e comissões era maioritariamente composto por comissões de Gestão de Cartões Crédito e Debito, Contas Inativas e comissão sobre seguros angariados.

24. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021			2020		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	134.966	(5.682)	129.284	119.149	(12.861)	106.288
Resultados em notas e moedas	53.096	(5.573)	47.523	41.517	(32.893)	8.624
	188.062	(11.255)	176.807	160.666	(45.754)	114.912

25. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 13)	34.867	-
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis (Nota 13)	9.589	(4.515)
	44.456	(4.515)

Relativamente aos imóveis recebidos em dação, em 2021 foram vendidos somando 25.580 contos de terrenos e 23.632 contos de edifícios habitacionais (ver nota 13).

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	25	20
. Outros	3.519	6.597
Reembolso de despesas		
. Correios	1.269	1.209
. Outros	32.927	30.183
Outros	15.658	45.212
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	206.083	95.449
	259.482	178.670
Outros gastos de exploração		
Outros impostos	(57.408)	(44.188)
Quotizações e donativos	(503)	(479)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(22.272)	(13.408)
Multas e outras penalidades legais		-
Outros	(5.453)	(5.544)
	(85.636)	(63.619)
	173.846	115.051

Os Outros Rendimentos de Exploração deram um contributo relevante para o crescimento, por via da recuperação de créditos, juros e despesas de crédito vencido de 2021, no valor de 206.083.

27. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações de colaboradores	790.015	803.387
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	40.073	29.383
Prémios de produtividade	37.064	-
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Nota 29)	14.856	35.602
. Assistência médica	14.599	14.416
. Previdência social	100.586	94.690
. Outros	3.059	2.494
Outros custos com pessoal	15.844	43.574
	1.016.096	1.023.546

A rubrica “Encargos sociais – Assistência médica” inclui as despesas de saúde incorridas pelo Banco com os seus colaboradores no ativo e o custo relacionado com responsabilidades com

saúde com colaboradores na idade da reforma (Nota 29).

A variação de Prémios com Produtividade é justificada com a variação ocorrida em Outros custos com pessoal, porque o premio de produtividade de 2020 foi registado na rubrica outros custos com pessoal e o premio de 2021 foi contabilizado na rubrica Premio de produtividade.

Nos exercícios de 2021 e 2020, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores e administradores:

	2021	2020
Administradores	9	9
Directores	11	11
Chefias	98	98
Técnicos	208	213
Administrativos	60	62
Pessoal auxiliar	42	48
	428	441
Efectivos	338	334
A prazo	90	107
	428	**441**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os números apresentados acima incluem 90 e 107 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respetivamente.

28. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

28.1 Assistência médica

A Provisões para Despesas tratamento no exterior abrange os colaboradores que pertencem ao Sistema Privativo de Segurança Social e os respetivos beneficiários. O número de participantes do estudo atuarial é de 719 em 2021 e 790 em 2020.

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve avaliações atuariais efetuadas por uma entidade especializada com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

	2021	2020
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa técnica	3,00%	3,50%
Taxa de inflação das despesas médicas	3,00%	2,00%

No que respeita ao plano de assistência médica do Banco a transferência e ajustamentos ocorridos em 2018 não são aplicáveis, assim com base nas avaliações atuariais referidas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos seus respetivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 258.904 e mCve. 252.910, respetivamente (Nota 16).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**252.910**
Contribuições dos empregados	9.942
Custo registado pelo Banco	4.323
Despesas médicas pagas	(23.645)
Desvios actuariais	15.374
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**258.904**

No Estudo Atuarial de 2021, foram analisados dois cenários, o melhor caso (Best Case) e o pior caso (Worst Case) com os seguintes pressupostos e resultados:

Pressupostos para Análise de Sensibilidade

	Worst Case	Best Estimate	Best Case
TCF	2,97%	3,00%	3,50%
TIDM	3,00%	3,00%	3,00%

Quadro Resumo - Best Case

	Exterior	Doméstico	Total
RA	85.804.172	159.386.914	245.191.086
CN	875.869	1.609.223	2.485.092

Quadro Resumo - Worst Case

	Exterior	Doméstico	Total
RA	90.504.925	169.144.412	259.649.337
CN	937.955	1.733.140	2.671.095

28.2 Desvios atuariais

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios atuariais diferidos nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser demonstrado como se segue:

	Restruturação	Saúde	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	(38.627)	210.418	171.791
Desvios actuariais no ano	-	15.374	15.374
Reserva IRPC s/ Desvios actuariais no ano		(3.450)	(3.450)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	(38.627)	222.342	183.715

Os desvios atuariais acumulados em 31 de dezembro de 2021 encontram-se deduzidos na rubrica de “Outras reservas e resultados transitados”.

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Conservacao e reparacao	131.802	98.423
Encargos com SISP	96.945	92.093
Agua, gas e electricidade	57.482	58.989
Comunicacoes e despesas exped	41.893	36.870
Encargos com Cartões	31.128	32.724
Transportes	30.301	30.123
Seguranca e vigilancia	28.537	27.329
Consultores outros	25.573	33.182
Impressos e material consumo	21.497	20.670
Auditores externos	17.371	6.947
Limpeza	15.300	15.454
Despesas com covid-19	14.579	8.196
Consul project arquivo digital	12.769	12.508
Avaliadores externos	11.451	10.526
Seguros	9.531	8.368
Combustiveis	7.276	4.189
Judiciais contencioso notariad	7.177	7.596
Condominio	6.966	7.102
Rendas e alugueres	6.907	3.180
Assistencia tecnica	5.267	2.663
Deslocacoes, estadas represent	5.206	3.527
Formacao de pessoal	4.249	4.231
Controlo interno	3.689	1.589
Publicidade e edicao publicaçã	3.646	3.184
Avencas e honorarios	3.179	5.548
Consultoria projecto imparidad	2.859	2.178
Manutencao periodica cotacão	2.149	2.679
Outros fornecimentos terceiros	2.052	1.044
Outros	7.027	8.581
	613.808	549.693

A rubrica “Conservação e reparação” teve um aumento considerável de 33.379 contos, justificada pelos aumentos 25.811 contos na manutenção de softwares, 2.855 contos na manutenção de máquinas e ferramentas, 2.720 contos na manutenção de equipamento informático e 2.006 contos na manutenção dos imóveis de serviço próprio.

Os “honorários dos auditores externos” totalizam mCve 17.371, sendo mCve. 8.623 relativo a auditoria estatutária e relatório de provisões mínimas regulamentares, mCve. 5.579 relativo ao Apoio ao Conselho fiscal do BCA, no âmbito do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, mCve. 1.750 relativo ao relatório de imparidade e mCve.1.419 ao relatório de controlo interno.

30. RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício/período.

	(milhares de escudos)	
	31.12.2021	31.12.2020
Resultado do Exercício	1.424.163	1.481.638
Número médio de acções ordinárias emitidas	1.324.765	1.324.765
Resultado por Acção	1,08	1,12

Resultado por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos.

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2021	2020
Passivos eventuais		
. Garantias e avales	1.418.910	1.589.798
. Créditos documentários abertos	4.507	26.206
	1.423.418	1.616.005
Depósito e guarda de valores	6.638.082	6.614.319
	8.061.499	8.230.324

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte, os quais são efetuados de modo consistente com os critérios da IFRS 8 e são apresentados de forma voluntária:

- Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.
- Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.
- Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.
- Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.

- Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.
- Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Os pressupostos utilizações na segmentação operacional para as rubricas onde não seja possível obter a informação diretamente no balancete contabilístico, utiliza-se o peso da carteira de crédito e dos depósitos no caso de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, para a desagregação entre "Banca Comercial" e "Banca de Retalho. Nos dois anos em análise (2021 e 2020) foram utilizados os mesmos pressupostos para o preenchimento do mapa.

Com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2021						
	Corporate Finance	Negociação e Vendas	Pagamento e Liquidação	Banca Comercial	Banca de Retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	762.063	17.695	-	959.331	1.675.524	-	3.414.613
Juros e encargos similares	-	(1.198)	-	(77.426)	(408.252)	-	(486.877)
MARGEM FINANCEIRA	762.063	16.497	-	881.905	1.267.271	-	2.927.736
Rendimentos de instrumentos de capital	1.660	-	-	-	-	-	1.660
Rendimentos com serviços e comissões	-	101.592	125.877	32.545	171.602	-	431.616
Encargos com serviços e comissões	-	(26.129)	(31.644)	-	(6.134)	-	(63.906)
Resultados de activos financeiros dispóniveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	176.807	-	-	-	-	176.807
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	44.456	44.456
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	173.846	173.846
PRODUTO BANCÁRIO	763.723	268.768	94.233	914.450	1.432.740	218.302	3.692.217
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(8.248)	-	-	(53.371)	(90.001)	(283.761)	(435.381)
	755.475	268.768	94.233	861.079	1.342.739	(65.458)	3.256.835
Outros custos e proveitos							(1.832.672)
Resultado líquido do exercício							**1.424.163**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	4.159.933	-	-	-	-	4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	670.181	-	-	-	-	670.181
Activos financeiros disponíveis para venda	-	116.561	-	-	-	-	116.561
Aplicações em instituições de crédito	-	25.685.645	-	-	-	-	25.685.645
Crédito a clientes	18.916.704	-	-	12.796.487	21.579.275	-	53.292.467
Recursos de outras instituições de crédito	-	674.020	-	-	-	-	674.020
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	12.700.979	66.969.760	-	79.670.738

	2020						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	771 138	33 836	-	977 109	1 628 702	-	3 410 785
Juros e encargos similares	-	(1 946)	-	(97 773)	(491 983)	-	(591 702)
MARGEM FINANCEIRA	771 138	31 891	-	879 336	1 136 719	-	2 819 083
Rendimentos de instrumentos de capital	1 616	-	-	-	-	-	1 616
Rendimentos com serviços e comissões	-	94 008	114 662	31 183	156 911	-	396 764
Encargos com serviços e comissões	-	(28 205)	(31 160)	-	(9 890)	-	(69 255)
Resultados de reavaliação cambial	-	114 912	-	-	-	-	114 912
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	(4 515)	(4 515)
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	115 051	115 051
PRODUTO BANCÁRIO	772 754	212 606	83 502	910 519	1 283 740	110 536	3 373 657
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(106 035)	-	-	44 272	70 785	31 013	40 035
	666 719	212 606	83 502	954 791	1 354 525	141 549	3 413 693
Outros gastos e rendimentos							(1 932 054)
Resultado do exercício							**1 481 638**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	-	3 462 864	-	-	-	-	3 462 864
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	715 189	-	-	-	-	715 189
Activos financeiros disponíveis para venda	-	108 553	-	-	-	-	108 553
Aplicações em instituições de crédito	-	25 491 603	-	-	-	-	25 491 603
Crédito a clientes	17 759 340	-	-	12 940 189	20 689 757	-	51 389 285
Recursos de outras instituições de crédito	-	440 254	-	-	-	-	440 254
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	12 942 836	65 126 973	-	78 069 809

A totalidade da atividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, empresas associadas, os órgãos de gestão (Conselho de Administração) a Companhia de Seguros Garantia e a SISP. O BCA tem um administrador na gestão da SISP a representar o banco, pelo que considera ter influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2021							
		Grupo Caixa Geral de Depósitos						
	INPS	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	BNU	Banco Comercial de Investimentos	SAR	CGD Paris	Associadas
Activos:								
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	269.939	-	-	498	-	65.977	-
Aplicações em instituições de crédito	-	487.806	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-	-
ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	50.000	-	-	-	-
Crédito a clientes	21	-	-	-	-	-	-	5
Outros activos	-	-	12	160	-	-	-	3.153
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	(0)
Passivos:								
Recursos de outras instituições de crédito	-	(239.472)	(315)	-	-	(1)	-	(315.948)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(949.151)	-	-	(58.655)	-	-	-	(104.806)
Provisões para Beneficios aos Empregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	(16.965)	-	-	-	-	-	-	(8.046)
Capital:								
Reservas de Reavaliação	-	-	-	(10.841)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:								
Garantias recebidas	-	55	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	-	24.389
Rendimentos:								
Juros e rendimentos similares	-	739	-	-	-	-	-	-
Resultados Filiais excluidas Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	72.620
Gastos:								
Juros e encargos similares	(8.860)	-	-	-	-	-	-	(1.053)
Encargos com serviços e comissões	-	(4.295)	-	-	-	-	-	(390)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(6.966)	-	-	-	(96.945)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperaç	-	-	-	-	-	-	-	1

	2020							
		Grupo Caixa Geral de Depósitos						
	INPS	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	BNU	Banco Comercial e de Investimentos	CGD Paris	Associadas
Activos:								
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	364 425	-	-	1 162	-	27 761	-
Aplicações em instituições de crédito	-	718 403	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	50 000	-	-	-	-
Crédito a clientes	7	-	-	-	-	-	-	6
Outros activos	-	-	12	160	-	-	-	1 422
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Passivos:								
Recursos de outras instituições de crédito	-	(19 438)	(3 087)	-	-	(575)	-	(330 934)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(902 328)	-	-	(52 473)	-	-	-	(94 564)
Provisões para Beneficios aos Empregados	-	-	-	-	-	-	-	(407)
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	(8 281)
Cpaitais Próprios:								
Outras reservas e resultados transitados	-	-	-	(10 841)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:								
Garantias recebidas	-	1 330	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	-	89 785
Rendimentos:								
Juros e rendimentos similares	-	4 976	-	-	-	-	-	-
Resultados Filiais excluidas Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	53 024
Gastos:								
Juros e encargos similares	(16 491)	-	-	-	-	-	-	(1 671)
Encargos com serviços e comissões	-	(4 772)	-	-	-	-	-	(427)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(7 102)	-	-	-	(92 093)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-	-	-	(1)

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão
Em 2021, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos de Gestão do Banco ascenderam a mCve. 46.798 (mCve. 29.383 no exercício de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor do crédito concedido a membros dos Órgãos de Gestão do Banco ascendia a mCve. 22.298 e mCve. 24.351, respetivamente.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco

As atividades do BCA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco do Banco é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direção de Contabilidade e Gestão Financeira faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objetivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O setor financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e ações.
O Banco tem uma carteira de ativos financeiros que possui alguma representatividade do ativo, mas que não foi constituída com o objetivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direção de Contabilidade e Gestão Financeira (DCG) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DCG é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de ativos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No setor bancário caboverdiano o Coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é atualmente de 10% em 31.12.2021 (13% em 2019) pelo que em caso de dificuldades os bancos têm capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de novembro, do Banco de Cabo Verde, a DCG calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

Adicionalmente, a Direção de Gestão de Risco produz ainda que pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de ativos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2021								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.159.933	-	-	-	-				4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	670.181	-	-	-	-				670.181
Aplicações em instituições de crédito	23.099.686	1.504.273	1.034.458	-	47.228				25.685.645
Crédito a clientes (valores brutos)	4.155.306	492.055	872.541	922.248	4.579.197	9.983.099	15.309.019	19.820.406	56.133.871
	32.085.106	1.996.328	1.906.999	922.248	4.626.425	9.983.099	15.309.019	19.820.406	86.649.630
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédit	(653.757)	-	(20.263)						(674.020)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(43.032.542)	(8.856.349)	(7.600.727)	(20.180.120)	(1.000)				(79.670.738)
	(43.686.299)	(8.856.349)	(7.620.990)	(20.180.120)	(1.000)	-	-	-	(80.344.758)
Diferencial	(11.601.194)	(6.860.021)	(5.713.991)	(19.257.872)	4.625.425	9.983.099	15.309.019	19.820.406	6.304.871

	2020								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 462 864	-	-	-	-				3 462 864
Disponibilidades em outras instituições de crédito	715 189	-	-	-	-				715 189
Aplicações em instituições de crédito	23 559 293	1 167 098	723 974	-	41 238				25 491 603
Crédito a clientes (valores brutos)	2 833 806	1 122 566	855 198	1 881 227	6 577 619	9 197 449	18 440 388	13 277 254	54 185 507
	30 571 152	2 289 664	1 579 172	1 881 227	6 618 857	9 197 449	18 440 388	13 277 254	83 855 163
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(354 950)	-	(65 102)	(20 202)					(440 254)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(41 001 223)	(9 263 569)	(7 777 104)	(20 027 913)					(78 069 809)
Outros passivos subordinados									-
	(41 356 173)	(9 263 569)	(7 842 207)	(20 048 115)	-	-	-	-	(78 510 063)
Diferencial	(10 785 021)	(6 973 905)	(6 263 035)	(18 166 888)	6 618 857	9 197 449	18 440 388	13 277 254	5 345 100

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da atividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 15.000.

É da competência do GRC- Gabinete Risco Crédito emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efetua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2021	2020
Aplicações em instituições de crédito	25.685.645	25.491.603
Crédito a clientes	53.292.467	51.383.316
	78.978.111	76.874.920
Garantias e avales	1.418.910	1.589.798
Créditos documentários abertos	4.507	26.206
	1.423.418	1.616.004
Exposição máxima	80.401.529	78.490.924

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2021			
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	6.330.591	3.210.513	1.043.555	10.584.659
Vencido	4.201	2.595	1.289.437	1.296.233
	6.334.792	3.213.108	2.332.992	11.880.892
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.303.864	68.082	40.790	1.412.736
Vencido				
	1.303.864	68.082	40.790	1.412.736
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	14.541.635	977.129	600.464	16.119.228
Vencido	5.149	2.029	305.620	312.799
	14.546.784	979.158	906.084	16.432.027
Crédito ao consumo				
Vincendo	2.026.187	90.395	6.006	2.122.588
Vencido	922	219	9.038	10.178
	2.027.109	90.614	15.043	2.132.766
Pequenos negócios				
Vincendo	1.001.386	177.742	39.428	1.218.555
Vencido	198	58	49.871	50.127
	1.001.584	177.800	89.299	1.268.683
Outros créditos				
Vincendo	2.302.925	153.065	67.207	2.523.197
Vencido	3.012	4.569	30.856	38.437
	2.305.937	157.634	98.062	2.561.634
Garantias prestadas				
Vincendo	7.000	0	0	7.000
Sector Público				
Vincendo	2.854.702	27.945	0	2.882.646
Vencido	365	0	2	368
	2.855.067	27.945	2	2.883.014
Total crédito vincendo	30.368.289	4.704.872	1.797.449	36.870.610
Total crédito vencido	13.848	9.469	1.684.824	1.708.141
Total de crédito	**30.382.137**	**4.714.342**	**3.482.273**	**38.578.752**

	2020			
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	8 903 346	110 375	1 330 287	10 344 008
Vencido	4 532	2 771	1 565 229	1 572 532
	8 907 878	113 146	2 895 516	11 916 540
Garantias e créditos documentários a empresas			-	
Vincendo	1 565 202		40 790	1 605 991
Vencido				
	1 565 202	-	40 790	1 605 991
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	14 400 114	246 963	743 529	15 390 606
Vencido	4 706	1 510	274 474	280 690
	14 404 821	248 473	1 018 003	15 671 296
Crédito ao consumo				
Vincendo	2 096 268	17 655	11 694	2 125 618
Vencido	701	202	7 539	8 442
	2 096 969	17 858	19 233	2 134 060
Pequenos negócios				
Vincendo	1 111 650	8 290	54 115	1 174 055
Vencido	246	95	55 524	55 865
	1 111 896	8 385	109 639	1 229 920
Outros créditos				
Vincendo	2 247 009	38 617	62 297	2 347 924
Vencido	1 881	555	32 141	34 576
	2 248 890	39 172	94 438	2 382 500
Garantias prestadas				
Vincendo	9 024	-	-	9 024
Sector Público				
Vincendo	2 920 183	101 345		3 021 529
Vencido			2	2
	2 920 183	101 345	2	3 021 531
Total crédito vincendo	33 252 798	523 246	2 242 711	36 018 754
Total crédito vencido	12 065	5 133	1 934 909	1 952 108
Total de crédito	**33 264 863**	**528 379**	**4 177 620**	**37 970 862**

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;

- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena. Conforme definido em normativo interno do BCA, o abate de créditos ao ativo só deve ocorrer quando, tendo sido exigido o vencimento da totalidade do crédito pela instituição e tendo sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados, as expetativas da sua recuperação, num horizonte temporal razoável se demonstrem praticamente nulas. Portanto, a decisão de proceder-se ao abate é tomada pela Comissão Executiva do BCA, tendo em conta o remanescente não cobrado e após todas as diligências de cobrança. Este princípio encontra-se refletido na norma interna IS 10/2015 que determina as condições em que um crédito pode ser abatido ao ativo, assim como os procedimentos a serem seguidos no que concerne ao abate e ao seu registo.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

		2021				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**10.733.700**	**14.436.190**	**5.451.636**	**2.807.319**	**33.428.845**
Com vencido mas sem imparidade individual		**416.672**	**1.906.506**	**488.831**	**75.695**	**2.887.705**
	Inferior a 30 dias	226.315	1.108.105	350.995	75.693	1.761.109
	30 a 90 dias	7.532	60.541	10.046	-	78.120
	91 a 180 dias	5.505	13.173	9.871	-	28.549
	181 a 360 dias	220	39.225	10.867	-	50.312
	superior a 360 dias	177.100	685.461	107.052	2	969.615
Créditos com imparidade individual		**2.143.256**	**89.331**	**29.615**	**-**	**2.262.202**
	Inferior a 30 dias	236.382	89.331	28.691	-	354.405
	30 a 90 dias	3.066	-	-	-	3.066
	91 a 180 dias	508.311	-	-	-	508.311
	181 a 360 dias	99.463	0	924	-	100.387
	superior a 360 dias	1.296.033	0	0	-	1.296.033
Total		**13.293.628**	**16.432.027**	**5.970.083**	**2.883.014**	**38.578.752**

		2020				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**10 454 074**	**13 844 104**	**5 272 037**	**2 862 538**	**32 432 752**
Com vencido mas sem imparidade individual		**442 652**	**1 759 018**	**479 404**	**158 993**	**2 840 067**
	Inferior a 30 dias	170 367	947 670	288 211	158 991	1 565 239
	30 a 90 dias	15 404	8 273	3 525	-	27 202
	91 a 180 dias	5 407	30 515	8 800	2	44 725
	181 a 360 dias	39 993	31 357	12 690	-	84 040
	superior a 360 dias	211 481	741 204	166 177	-	1 118 862
Créditos com imparidade individual		**2 625 805**	**68 174**	**4 064**	**-**	**2 698 043**
	Inferior a 30 dias	353 045	68 174	2 969	-	424 187
	30 a 90 dias	538 604	-	3	-	538 607
	91 a 180 dias	-	-	-	-	-
	181 a 360 dias	111 686	0	0	-	111 686
	superior a 360 dias	1 622 470	0	1 092	-	1 623 562
Total		**13 522 531**	**15 671 296**	**5 755 504**	**3 021 531**	**37 970 862**

Como subcategoria do risco de crédito, conforme definido em normativo interno (OS n.º 34/2020), o risco concentração é o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrente de concentração em i) grandes exposições, ii) setores industriais ou iii) geografias comuns. Este risco é mensal acompanhado no Risk Appetite statement (RAS) e através da métrica Exposure to single

largest EG as % of Own Funds". Adicionalmente, e através do Relatório Integrado de Risco (RIR), é feito a monitorização das contrapartes relativo ao Setor Público, Banco Central e Outros Bancos, relativo a exposições superiores a 500 mil contos e ainda Empresas com exposições, igualmente, superiores a 500 mil contos.

Justo valor

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria estão incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros). Inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(milhares de escudos)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor		Justo valor total
		Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
31 de dezembro de 2021				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.159.933	4.159.933	0	4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	670.181	670.181	0	670.181
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral **a)**	116.561	0	116.561	116.561
Aplicações em instituições de crédito	25.685.645	25.685.645	0	25.685.645
Crédito a clientes	56.133.870	0	56.133.870	56.133.870
Outros Ativos	4.393.394	1.712.659	3.397.555	5.110.214
Ativos financeiros	**86.766.191**	**30.515.759**	**56.250.432**	**86.766.191**
Recursos de outras instituições de crédito	674.020	674.020	0	674.020
Recursos de clientes	79.670.738	79.670.738	0	79.670.738
Outros passivos	584.772	0	584.772	584.772
Passivos financeiros	**80.929.530**	**80.344.759**	**584.772**	**80.929.530**

(milhares de escudos)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor		Justo valor total
		Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
31 de dezembro de 2020				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 462 864	3 462 864	0	3 462 864
Disponibilidades em outras instituições de crédito	715 189	715 189	0	715 189
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral **a)**	108 553	0	108 553	108 553
Aplicações em instituições de crédito	25 491 603	25 491 603	0	25 491 603
Crédito a clientes	54 185 507	0	54 185 507	54 185 507
Outros Ativos	4 118 956	2 533 108	1 585 848	4 118 956
Ativos financeiros	**83 963 716**	**29 669 656**	**54 294 059**	**83 963 716**
Recursos de outras instituições de crédito	440 254	440 254	0	440 254
Recursos de clientes	78 069 809	78 069 809	0	78 069 809
Outros passivos	482 492	0	482 492	482 492
Passivos financeiros	**78 992 555**	**78 510 063**	**482 492**	**78 992 555**

Em 2021, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, foram registados seguindo as duas políticas e são avaliados por peritos externos de 3 e 3 anos:

1. De Janeiro a Setembro de 2021, os bens adjudicados foram registados pelo valor pelo qual foram adjudicados;
2. A partir de Outubro de 2021, data em que foi aprovada a norma corporativa referente a IFRS 5, os ativos executados e os ativos recebidos em dação passaram a ser valorizados pelo valor mais baixo de entre:
    - O montante transitado dos ativos financeiros aplicado, tratando como garantias os ativos executados e ativos recebidos em dação em pagamento;
    - O justo valor do ativo penhorado menos o custo de venda.

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito. Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral
Avaliação casuística através de modelo de desconto ou através de múltiplos. Custo histórico: preço médio de aquisição.

Procedimentos: Avaliação casuística, tipicamente sem informação de mercado. No mínimo com periodicidade anual, até final de Novembro, a DGR/CGD, com apoio do BCA na recolha das informações sobre a empresa, apresenta uma proposta a CE sobre as valorizações dos ativos nestas condições.

Crédito a clientes
O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos
Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2021					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	2.939.575	1.399.636	683.483	(652.971)	(1.277.415)	(2.447.877)
Total activo sensível	2.939.575	1.399.636	683.483	(652.971)	(1.277.415)	(2.447.877)

	2020					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	2 778 748	1 324 606	647 198	(618 943)	(1 211 432)	(2 323 550)
Total activo sensível	2 778 748	1 324 606	647 198	(618 943)	(1 211 432)	(2 323 550)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2021 e 2020, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2021	(698.304)	(349.152)	(174.576)	174.576	349.152	698.304
Exercício de 2020	(698.965)	(349.483)	(174.741)	174.741	349.483	698.965

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2021 e 2020, respetivamente, procedendo-se à sua

renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

O Risco Cambial é monitorizado através de análises diárias da posição cambial (VAR – value at risk), análise mensal da evolução da posição cambial, taxas de câmbio e resultados de reavaliação, principalmente do USD. Note-se que os resultados de reavaliação cambial representaram boa % da margem complementar do BCA, com impacto positivo na performance do banco, pelo que são ativamente analisadas e reportados com rigor, numa base diária na linha de negócio e mensalmente nos reportes da área de risco.

As métricas de monitorização e reporte da posição cambial, métricas de RAS-Risk Appetite Statement, nomeadamente VaR (Value-at-Risk) e Posição Aberta Total continuam garantindo a fiabilidade das estimativas das perdas potenciais. A carteira de moeda estrangeira tem reduzido consideravelmente devido à redução das posições detidas na moeda Euro e os indicadores mantêm-se baixos e muito afastado dos níveis de tolerância definidos na estratégia da gestão do risco cambial.

As posições cambiais raramente ultrapassaram os limites definidos para as diversas moedas que compõem a carteira, e quando ultrapassam foram prontamente justificadas, corrigidas e reportadas à Administração, garantindo um processo de gestão do risco cambial sem sobressaltos. As perdas potenciais resultantes do câmbio entre divisas representam folgas suficientes e encontram-se longe do limite de tolerância estabelecido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2021				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.459.891	480.656	175.466	43.920	4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.981	378.284	225.028	5.888	670.181
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	74.302	-	38.057	4.203	116.562
Aplicações em instituições de crédito	25.150.611	-	535.034	-	25.685.645
Crédito a clientes (valores brutos)	55.473.365	660.505	-	-	56.133.870
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	454.179	-	-	-	454.179
Outros activos Liquidos	6.099.566	39.049	-	-	6.138.615
Imparidade acumulada	(2.997.455)	-	-	-	(2.997.455)
	87.775.441	1.558.495	973.585	54.010	90.361.531
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	646.695	27.325	-	-	674.020
Recursos de clientes e outros empréstimos	77.422.631	1.264.914	966.687	16.507	79.670.738
Outros passivos	1.136.737	591	68	-	1.137.395
	79.206.062	1.292.830	966.755	16.507	81.482.154
Exposição líquida	8.569.379	265.664	6.831	37.503	8.879.377

	2020				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.220.121	195.221	25.206	22.316	3.462.864
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40.255	417.288	246.846	10.800	715.189
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	69.224	-	35.127	4.203	108.553
Aplicações em instituições de crédito	24.731.961	-	759.642	-	25.491.603
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (valores brutos)	53.569.534	615.973	-	-	54.185.507
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	408.545	-	-	-	408.545
Outros activos Liquidos	3.809.547	-	-	-	3.809.547
Imparidade acumulada	(2.796.221)	-	-	-	(2.796.221)
	83.052.965	1.228.482	1.066.821	37.318	85.385.586
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	418.179	18.661	3.414	-	440.254
Recursos de clientes e outros empréstimos	75.741.745	1.260.317	1.062.638	5.109	78.069.809
	76.642.416	1.278.978	1.066.052	5.109	78.992.555
Exposição líquida	6.410.549	(50.496)	770	32.209	6.393.031

35. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da atividade bancária no País;

- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento da atividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;

- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Ativos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direção Contabilidade e Gestão Financeira (DCG), mais concretamente pelo Gabinete de Contabilidade e Controlo (GCC) com o contributo do Gabinete de Gestão Financeira (GGF) que concerne à determinação do Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito, Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado e Ativos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respetivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de dezembro de 2021:

Capital realizado		1.318.648		
Prémios de emissão de acções e outros títulos		-		
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos		6.250.173		
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores		-		
Resultados positivos do último exercício		48.526		
Resultados positivos provisórios do exercício em curso		1.424.163		
Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas		-		
Interesses minoritários [1]				
SOMA			9.041.510	
Activos intangíveis		40.793		
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores				
Resultados negativos do último exercício				
Resultados negativos provisórios do exercício em curso				
Provisões adicionais				
Reservas de reavaliação negativas				
Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas		222.341		
Acções próprias		125		
Diferenças positivas de primeira consolidação [1]				
Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial [1]				
SOMA			263.259	
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO				8.778.251
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer		-		
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS				8.778.251
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis				
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro				
Empréstimos subordinados e acções preferenciais	-	-		
Outras reservas de reavaliação		30.166		
Outros elementos				
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES			30.166	30.166
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES				8.808.417
Participações a deduzir:				
Superiores a 10 % do capital		50.000		
Inferiores ou iguais a 10 % do capital	155.708	-	50.000	
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	560.799	-	560.799	
Fundos próprios destinados a coberturas específicas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99)				
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007)			-	
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO				8.197.618
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007)			-	
FUNDOS PRÓPRIOS				**8.197.618**

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adoção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adoção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de

Reavaliação positivas ou negativas de alguns Ativos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do ativo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respetivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 12%. Como medida excecional e temporária, com o intuito de atenuar o impacto do novo Coronavírus – Covid19 na economia nacional e no sistema financeiro, o Aviso nº 2/2020 reduziu o valor mínimo do Rácio de Solvabilidade para 10%, até 31 de dezembro de 2021.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de dezembro de 2021, ascende a 8.260.325 milhares de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Ativo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 26,47%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, mas já estão em implementação, nomeadamente em resposta ao exigido pelo acionista CGD, algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de autoavaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua atuação pela adoção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.

36 – “Impactos e medidas de mitigação Covid-19”.

Com a continuação da pandemia provocada pelo novo coronavírus, causador da COVID19, o Governo continuou a adotar medidas para assistência aos agentes económicos (empresas e particulares) que foram desfavoravelmente afetados pelo contexto pandémico.

Na sequência do delineado no DL 38/2020 de 31 de março que rege as condições de concessão de moratória nos seus compromissos junto à banca, e o tratamento especial que esta deve incutir na gestão de risco da carteira, e como reflexo da evolução do contexto pandémico da COVID19 em Cabo Verde, o referido DL, sofreu diversas alterações com prorrogações sucessivas das moratórias nos anos de 2020 e 2021, cujo término está previsto para mar22, nomeadamente;

- Decreto-Lei nº 45/2020 de 21 de abril, que procede a primeira alteração do DL nº 38/2020, sendo as principais alterações:
    - Inclusão dos Municípios nas entidades que podem beneficiar das medidas previstas no DL 38/2020, desde que cumpram os preceitos definidos no referido decreto, nomeadamente sua situação regularizada nos termos da lei, sendo que o diploma vigorava até 30set2020.
- Decreto-Lei nº 65/2020 de 01 de setembro, que procede a segunda alteração do DL nº 38/2020, sendo a principal alteração:
    - Prorrogação das medidas previstas no DL 38/2020 para o período vigência do diploma até 31dez2020.
- Decreto-Lei nº 04/2021 de 15 de janeiro que procede a terceira alteração do DL nº 38/2020, sendo as principais alterações:
    - Prorroga a moratória (suspensão de pagamento capital e juros) até 30jun2021;

  - A partir de 01jul2021 a prorrogação rege sobre os seguintes critérios:
    - Menos afetados (inclui os Municípios) – suspensão do capital até 30set2021, sendo que a partir de 01out2021 deverão retomar o pagamento integral (capital e juros);
    - Mais afetados (de acordo com a tabela de CAE anexa ao referido DL) prorrogação da moratória (capital e juros) até 30set2021.
  - Permitiu novas adesões à moratória de créditos pré-covid19 existentes até 31Jan2021.
  - Extensão de 12 meses à maturidade dos créditos " mais afetados", resultante de sucessivas prorrogações de moratória;
  - Atribuir o estatuto de " mais afetadas" às entidades consideradas menos afetadas que comprovam redução de atividade em pelo menos 60%.
- Decreto-Lei nº 48/2021 de 16 junho que procede à quarta alteração do DL nº 38/2020, sendo as principais alterações;
  - Permitiu aplicar moratórias públicas aos créditos concedidos no âmbito "Linhas Covid19" que tenham finalizado o período de carência, podendo suspender capital e juros com efeitos retroativos;
  - Não permitiu mais adesões de outros créditos Pré-Covid19;
- Decreto-Lei nº 54/2021 de 12 de agosto que procede à quinta alteração do DL nº 38/2020, sendo as principais alterações;
  - Prorrogação até 31dez2021, com caráter opcional para os beneficiários, a moratória de capital nos créditos Pré-Covid19 dos beneficiários "menos afetados" (inclui-se os Municípios);
  - Prorrogação até 31mar2022, a moratória plena (capital e juros) nos seguintes termos:
    - Créditos Pré-Covid19 dos beneficiários " mais afetados" (conforme lista de CAE anexa ao DL), com extensão do prazo suspensivo (06 meses) na maturidade atual;
    - Créditos das Linhas Covid19 (sem discriminação), com extensão do prazo (06 meses) na maturidade atual;
    - À exceção dos créditos nas Linhas Covid19, não permitiu a adesão de mais créditos Pré-Covid19 (apenas os que já gozavam de moratória).

Em 31 de dezembro de 2021, o stock de moratórias ativas concedidas tinha a seguinte distribuição entre Performing e Non-Performing:

	Saldo Devedor	Saldo Potencial *	%	Nº Operações
Non_Performing	57.760.323	57.760.323	1,0%	12
Performing	5.955.645.070	5.986.002.913	99,0%	779
Total Geral	6.013.405.393	6.043.763.236	100,0%	791

Relativamente aos créditos Non-Performing, importa dizer que à data da concessão das moratórias cumpriam os requisitos elegibilidade definidos pelo Supervisor no DL 38/2020, ou seja, não estarem a 28 de março de 2020, em mora ou incumprimento há mais de 90 dias, o que efetivamente se verificou para 12 Entidades que constam do quadro acima. Note-se que de acordo com o normativo interno existem outros critérios que não quantitativos para a classificação de uma operação e/ou entidades em Non-Performing.

Em 31 de dezembro de 2021, o stock de moratórias concedidas tinha a seguinte distribuição de maturidade residual:

	Saldo Devedor	Saldo Potencial *	%	Nº Operações
< 01 Ano	466.048.866	496.406.708	7,8%	64
01_03 Anos	287.556.414	287.556.414	4,8%	132
03_05 Anos	945.536.763	945.536.763	15,7%	266
05_10 Anos	3.239.862.343	3.239.862.343	53,9%	217
> 10 Anos	1.074.401.008	1.074.401.008	17,9%	112
Total Geral	6.013.405.393	6.043.763.236	100,0%	791

Em 31 de dezembro de 2021, as linhas Covid19 contratadas no âmbito de garantias públicas apresentavam a seguinte distribuição por segmento e nível de colateralização:

	Montante Contratado	%	Nº Operações
Grandes Empresas (50% Estado)	**409.700.000**	**35,4%**	**19**
Fiança/aval	248.700.000		10
Penhor/Hipoteca	103.000.000		6
Títulos/Depósitos	58.000.000		3
Linha PME (70% a 80% Estado)	**558.657.679**	**48,3%**	**157**
Fiança/aval	341.643.954		94
Penhor/Hipoteca	59.700.000		15
Títulos/Depósitos	157.313.725		48
Linha Sectorial (75% a 80% Estado)	**78.180.779**	**6,8%**	**35**
Fiança/aval	58.282.779		23
Penhor/Hipoteca	8.000.000		3
Títulos/Depósitos	11.898.000		9
Microempresas e ENI (75% a 80% Estado)	**109.191.500**	**9,4%**	**88**
Fiança/aval	49.887.000		43
Penhor/Hipoteca	17.600.000		8
Títulos/Depósitos	41.704.500		37
Total Geral	**1.155.729.958**	**100,0%**	**299**

Governação

Para fazer face à pandemia, o BCA definiu uma estratégia baseada na prevenção e proteção da saúde e bem-estar dos seus colaboradores e consequente mitigação do risco operacional para o negócio, com destaque para a elaboração do Plano de Contingência, com os respetivos triggers de ativação, bem como o organograma de atuação, que contempla a Comissão Executiva, Equipa Gestão de Crise e Órgãos de Estrutura do BCA. Inicialmente com reuniões diárias de monitorização da evolução da pandemia em Cabo Verde e BCA em particular, mas com a evolução favorável da situação o acompanhamento passou a ser semanal.

Alterações nas aplicações informáticas em resposta à Covid

Foram realizados desenvolvimentos informáticos que permitiram, de forma clara e uniforme, identificar na plataforma Banka, assim como refletir nos vários reportes de carteira, a situação excecional destes créditos, nomeadamente através de um codificação própria, créditos com moratória dentro do DL e créditos com moratória fora do DL, por decisão do Banco.
De acordo com o Aviso nº1/2020 do BCV, no seu art.º 3º, devem constar nos reportes ao banco

central, entre outros, os seguintes elementos:

- Código comum designado de Covid-19;
- Tipo de negociação: suspensão de pagamento de juros, de capital ou de ambos.

A criação do código Covid-19, no âmbito do nº 3 do Aviso, deve ter os seguintes efeitos, face ao prazo de vigência das moratórias legais:

- Sem agravamento de imparidades com a introdução de qualquer suspensão de pagamento no contrato, ou seja, inibe efeitos de contágio, de início de contagem de qualquer período de quarentena, e de atribuição de flag NPL/NPE;
- Sem alteração da cor do Segmento que o crédito/entidade detinha na altura da introdução da referida suspensão;
- Conservação da Classe de Risco que o crédito detinha na altura da introdução da referida suspensão de pagamento.

A nível do modelo imparidade (LIVE) as alterações foram sobretudo a nível do ficheiro de Créditos Reestruturados, com a criação de mais dois campos adicionais, de modo a identificar claramente essas operações e não proceder-se ao agravamento de risco, em particular, a marcação como RDF (Reestruturação por Dificuldades Financeiras).

Reforço de Imparidade para operações beneficiárias de moratória

Atendendo à elevada incerteza dos impactos decorrentes da pandemia Covid 19 realizaram-se análises de sensibilidade sobre a distribuição da carteira por stage e o respetivo impacto na imparidade. Com efeito em set21 o BCA procedeu ao reforço da imparidade no montante de 421,76 mil contos a um conjunto de operações identificadas como as mais afetadas pela pandemia e cujo impacto não foi possível captar através do modelo coletivo de imparidade.

37 - IFRS Divulgações

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021

Alterações à IFRS 9/IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2:

Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência (IBOR), incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como:

i) Alterações na designação e documentação de cobertura;

ii) Valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa;

iii) Avaliação retrospetiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39;

iv) Alterações nas relações de cobertura para grupos de itens;

v) Presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto;

vi) Atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

Alteração á IFRS 16 – Locações – Bonificações de renda relacionadas com a COVID-19

Perante a pandemia os locadores tem atribuídos benefícios aos locatários, relativamente as rendas de locação, as quais podem assumir diferentes formatos, como a redução, o perdão ou o diferimento das rendas contratualizadas.

A alteração a IFRS 16 introduz um expediente prático para os locatários que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, e exclusivamente estas bonificações qualificam como modificações às Locações.

Só se aplica às concessões ao nível das rendas que ocorram como consequência direta da pandemia de COVID-19 e apenas se estiverem preenchidas todas as seguintes condições:

a. A alteração dos pagamentos de locação resulta numa revisão da retribuição pela locação que é substancialmente idêntica, ou inferior, à retribuição pela locação imediatamente antes da alteração;

b. Qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão ao nível das rendas preencherá esta condição, por exemplo, se resultar numa redução dos pagamentos de locação em ou antes de 30 de junho de 2022e num aumento dos pagamentos de locação para além dessa data); e

c. Não há nenhuma alteração substancial dos outros termos e condições da locação.

Um locatário deve aplicar o documento «Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021» retrospetivamente, reconhecendo o efeito cumulativo da aplicação inicial dessa emenda como um ajustamento do saldo de abertura dos resultados retidos (ou de outra componente do capital próprio, conforme adequado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a emenda pela primeira vez.

No período de relato em que aplica pela primeira vez o documento «Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021», um locatário não é obrigado a divulgar a informação exigida pelo parágrafo 28 da IAS 8.

Alteração á IFRS 4 – Contratos de Seguro – Diferimento da aplicação da IFRS 9

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.
A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento

As alterações realizadas ao texto da norma clarificam que não podem ser deduzidos ao custo de aquisição quaisquer proveitos obtidos com a utilização do ativo até à sua instalação definitiva no local em que irá operar de acordo com as condições definidas pela gestão para o seu uso pretendido. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.

IAS 37 Provisões -Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato

Esta alteração específica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.

As alterações realizadas ao texto da norma especificam o enquadramento dos custos elegíveis para a classificação de um contrato como oneroso. Devem ser considerados para este efeito todos os custos que possam ser diretamente afetos ao cumprimento das obrigações contratuais, podendo estes assumir natureza incremental (como por exemplo bens, equipamentos ou honorários) ou mediante outros tipos de alocação desde que claramente identificáveis (como por exemplo custos de amortização de equipamento utilizado no cumprimento das referidas obrigações).

IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos ativos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Explicita no texto da norma que um adquirente não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em resultado de uma concentração de atividades empresariais.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Desreconhecimento de passivos

Esta melhoria clarifica os honorários que uma entidade inclui aquando da avaliação sobre se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Clarifica ainda que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

A alteração clarifica os critérios de elegibilidade das comissões a considerar pela entidade no âmbito da realização do teste de desreconhecimento de passivos. Devem apenas ser reconhecidas comissões pagas ou recebidas entre a instituição (o emitente do passivo financeiro) e o investidor (ou investidores), incluindo aqueles pagos ou recebidos em nome ou representação da outra parte.

IFRS 1 Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

IAS 41 Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – Justo valor.

IFRS 17 Contratos de Seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um contrato.

É efetuada uma classificação adicional relativamente ao significado da liquidação de um passivo. Que passa a ser definida como extinção de um passivo através da transferência:

a) De caixa ou outros recursos económicos, ou
b) De instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospetiva.

Alteração IAS 1 - Divulgação da política contabilística

As alterações aos requisitos de divulgação de politica contabilística que passam a ser baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo"

A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas.

Alterações á IAS 8 – Divulgação de estimativa contabilística

Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. A estimativa contabilística passam a ser definida como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o (s) objetivo (s) de uma política contabilística

Alteração à IAS 12 – Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação.

A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconhecem impostos diferidos sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporária dedutível.
As transações sujeitas referem-se ao registo de:

i) Ativo sob direito de uso e passivos de locação; e
ii) Provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não revelam para efeitos fiscais.

Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos.
Os efeitos acumulados da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) de período comparativo mais antigo apresentado.

IFRS17 – Contratos de seguros (emitida e 18-05-2017); incluindo alterações á IFRS17 (emitida a 25-06-2020)

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – "Contratos de seguros", a norma que vigora de uma forma interina desde de 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitem contratos de seguros, contratos de resseguro e contratos de investimento com caraterísticas de participação discricionária.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

O Conselho de Administração não antecipa que da adoção das normas e interpretações acima referidas resultem impactos patrimoniais significativos na preparação das demonstrações financeiras do Banco.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

As consequências da invasão russa à Ucrânia estão a chegar a Cabo Verde aos poucos, impactando a vida dos Cabo-verdianos, nomeadamente através do aumento do preço dos bens de primeira necessidade e dos combustíveis. Ainda assim, o Governo de Cabo Verde pretende implementar algumas medidas de mitigação para atenuar a crise, nomeadamente através da estabilização dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade. Para o efeito será reforçada a fiscalização para evitar a especulação de preços dos bens de primeira necessidade, bem como incentivar os produtores e importadores a realizarem compras agrupadas. Além disso, pretende-se criar linhas de crédito agrícola e para apoio a pesca semi-industrial em condições favoráveis. No domínio do emprego, a retoma das obras de infraestruturas a nível nacional, com vista a dinamizar o setor da construção civil, com impacto no emprego, nomeadamente da população de baixa renda. No que diz respeito ao turismo, setor mais atingido pela crise da pandemia, irá merecer uma diferenciação positiva em termos da extensão de moratórias e reestruturação dos créditos e das dívidas junto à Banca.

Uma ação intentada por um colaborador, teve desfecho desfavoravel contra o Banco, mas ajustada as contas de 2021 (ver nota 16).